

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER)
Gessica Steffens

**ENTRE O DITO E O CONSTRUÍDO: análise de reassentamento de atingidas/os por
barragem no Vale do Jequitinhonha/MG, sob a ótica dos direitos humanos**

Diamantina
2020

Gessica Steffens

**ENTRE O DITO E O CONSTRUÍDO: análise de reassentamento de atingidas/os por
barragem no Vale do Jequitinhonha/MG, sob a ótica dos direitos humanos**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para obtenção do título de Mestra em Estudos Rurais.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Weber Sulzbacher

Diamantina

2020

Elaborado com os dados fornecidos pelo (a) autor(a).

S817e

Steffens, Gessica

Entre o dito e o construído: análise de reassentamento de atingidas/os por barragem no Vale do Jequitinhonha/MG, sob a ótica dos direitos humanos / Gessica Steffens, 2020.

105 p.: il.

Orientadora: Aline Weber Sulzbacher

Dissertação (Mestrado– Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2019.

1. Moradia adequada. 2. Movimentos sociais. 3. Desenvolvimento. 4. Deslocamento compulsório. 5. Comunidades tradicionais. I. Sulzbacher, Aline Weber. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

CDD 301.018

Ficha Catalográfica – Sistema de Bibliotecas/UFVJM
Bibliotecária: Viviane Pedrosa – CRB6/2641



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

GESSICA STEFFENS

ENTRE O DITO E O CONSTRUÍDO: ANÁLISE DE REASSENTAMENTO DE ATINGIDAS/OS POR BARRAGEM NO VALE DO JEQUITINHONHA/MG, SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em **Estudos Rurais** da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, **nível de Mestrado**, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestra em Estudos Rurais**.

Orientador: Profa. Dra. Aline Weber Sulzbacher

Data de aprovação 02/10/2020.

Profa. Dra. Natália Biscaglia Pereira
Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS)

Dra. Elisiane de Fátima Jahn
Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS)

Prof. Dr. Marivaldo Aparecido de Carvalho
Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (UFVJM)

Ms. Leandro Gaspar Scalabrin
Conselheiro Titular no Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH)

Profa. Dra. Aline Weber Sulzbacher
Orientadora (PPGER/UFVJM)

Diamantina
2020



Documento assinado eletronicamente por **Aline Weber Sulzbacher, Servidor**, em 24/02/2021, às 13:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELISIANE DE FÁTIMA JAHN, Usuário Externo**, em 24/02/2021, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Gaspar Scalabrin, Usuário Externo**, em 24/02/2021, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marivaldo Aparecido de Carvalho, Servidor**, em 24/02/2021, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Natália Biscaglia Pereira, Usuário Externo**, em 24/02/2021, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0290032** e o código CRC **B8900169**.

Aos povos atingidos por barragens que, ao somar na luta por um mundo mais justo,
lembram-nos sempre que água, terra e energia não são mercadorias.

AGRADECIMENTOS

Sentir gratidão está diretamente ligado com o entendimento de que não somos sozinhos no mundo. E eu não sou sozinha no mundo, muita gente está comigo nesta caminhada e contribuiu no percurso e no encerramento desta etapa do mestrado. Sempre correndo o risco de não citar pessoas, organizações e instituições importantes, arrisco-me aqui, em poucas linhas, a agradecer a todos os/as envolvidos/as:

A todos os guias espirituais, que me protegem e amparam na caminhada da vida;

Aos pais e aos irmãos por ensinarem o amor do dia-a-dia, o poder de uma boa risada, por respeitarem e apoiarem as decisões, sejam elas quais forem;

Agradeço ao Movimento dos Atingidos por Barragens pela oportunidade de tanto aprendizado, por apontar caminhos para um projeto energético popular e construção de uma nova sociedade;

Ao Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro, principalmente nas pessoas da professora Aline e da professora Ivana, que batalham “pelo lado de dentro” para que a universidade se pinte de povo;

A todos os que se envolveram e se envolvem com compromisso para executar o Projeto Veredas, Sol e Lares;

Ao meu companheiro de caminhada e de sonhos Giomar, que em seu amor à terra, acredita profundamente na agroecologia e na coerência entre teoria e prática;

Aos amigos de longa data e os feitos em Minas Gerais;

A todos que nos acolheram no Vale do Jequitinhonha;

Aos interlocutores e moradores do Reassentamento Agrovila 2;

As organizações que são e estão ao lado do povo, principalmente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapada do Norte/MG e o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica de Turmalina/MG;

Ao PPGER, toda admiração aos professores que se propõem a estudar o mundo rural em suas diversidades e todo o reconhecimento do trabalho envolvido para que o programa se consolide e prospere;

À minha orientadora Professora Dr^a. Aline Weber Sulzbacher, pelo apoio, inspiração, paciência, amizade, boas referências e diálogos dignos de saudade.

Agradeço a todas/os que de alguma forma implementaram políticas afirmativas para acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade neste país. Sem elas, certamente eu não estaria aqui.

RESUMO

A pesquisa vincula-se ao curso de mestrado no Programa Interdisciplinar em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM e também ao Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento “D 0632 Veredas Sol e Lares – uma alternativa para o múltiplo aproveitamento energético em reservatórios de usinas hidrelétricas na região do semiárido mineiro”, protagonizado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB e executado em parceria com diversas instituições. Como objeto de estudo, apresenta-se o reassentamento Agrovila 2, localizado no município de Chapada do Norte (MG), composto por 84 famílias atingidas pela construção da barragem de Setúbal (iniciada em 1980 e concluída em 2010), situada predominantemente na área municipal de Jenipapo de Minas (MG). A partir do estudo exploratório da realidade do reassentamento na Agrovila 2, é possível apontar graves e contínuas violações de direitos humanos básicos, como a falta de acesso à água, à energia e à moradia adequada. O objetivo principal deste trabalho foi investigar e analisar a relação entre o modelo energético brasileiro e a moradia adequada no reassentamento Agrovila 2. Para tal, além da pesquisa bibliográfica sobre o tema e o local, foram utilizadas as seguintes ferramentas para obtenção de dados: estudo exploratório, conversa com informantes-chave e análise de conteúdo com materiais já produzidos sobre a referida localidade. Como resultado, ampliou-se a compreensão sobre o modelo energético brasileiro e a violação de direitos humanos às pessoas atingidas por barragens que ele acarreta.

Palavras-chave: Moradia Adequada. Movimentos Sociais. Desenvolvimento. Deslocamento compulsório. Comunidades Tradicionais.

RESUMEN

La investigación está vinculada al curso de maestría del Programa Interdisciplinar em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. También vinculase al Proyecto de Investigación y Desarrollo "D 0632 Veredas Sol e Lares – uma alternativa para o múltiplo aproveitamento energético em reservatórios de usinas hidrelétricas na região do semiárido mineiro". Este proyecto es dirigido por el Movimiento de Afectados por Represas - MAB y ejecutado en asociación con varias instituciones. El estudio presenta el reasentamiento Agrovila 2, situado en el municipio de Chapada do Norte (MG), compuesto por 84 familias afectadas por la construcción de la presa de Setúbal (iniciada en 1980 y terminada en 2010), localizado predominantemente en el área municipal de Jenipapo de Minas (MG). Del estudio exploratorio de la realidad del reasentamiento en Agrovila 2 se pueden señalar violaciones graves y continuas de los derechos humanos básicos, como la falta de acceso al agua, a energía y la vivienda adecuada. El objetivo principal de este trabajo fue investigar y analizar la relación entre el modelo energético brasileño y la vivienda adecuada en el reasentamiento de Agrovila 2. Para eso se realizó una investigación bibliográfica (sobre varios temas transversales a los conceptos abordados, así como sobre el lugar de estudio), y se utilizaron las siguientes herramientas para obtener datos locales: estudio exploratorio, conversación con informantes clave y análisis de contenido con materiales ya producidos en el lugar mencionado. Como resultado, ha aumentado la comprensión del modelo energético brasileño y la violación de los derechos humanos a las personas afectadas por las represas.

Palabras clave: Vivienda adecuada. Movimientos sociales. Desarrollo. Desplazamiento forzoso. Comunidades tradicionales.

ABSTRACT

This research is linked to the master course at Programa Interdisciplinar em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. It's as well connected whit Research and Development Project called “ D 0632 Veredas Sol e Lares – uma alternativa para o múltiplo aproveitamento energético em reservatórios de usinas hidrelétricas na região do semiárido mineiro”. This project is knows as a social achievement conquest by the social movement called Movement of People Affected by Dams - MAB. As a study, the researcher visited the resettlement Agrovila 2, located in a city's Chapada do Norte (MG). At these place live nowadays 84 families affected by the construction of the dam named Setúbal (started in 1980 and ended in 2010). The dam are located predominantly in Jenipapo de Minas (MG), one of the surroundings cities of Chapada do Norte. From the exploratory study of reality at the resettlement in Agrovila 2, it is possible to point out serious and continuous violations of basic human rights such as lack access to water, energy and adequate housing. The main objective of this work is to investigate and analyze the relationship between the Brazilian energy model and adequate housing in the Agrovila 2 resettlement. For this purpose, in addition to bibliographic research on the topic and location, the data were obtain by the following tools: exploratory study, conversation with key informants and content analysis with materials already produced about that location. As a result, we expanded the understanding of the Brazilian energy model and the violation of human rights to people affected by dams.

Keywords: People affected by dams. Social movements. Development. Compulsory displacement. Traditional communities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fases da análise de conteúdo	23
Figura 2 - Percursos históricos que influenciaram a habitação rural no Brasil - da Nova República até a Atualidade.	355
Figura 3 - Área do Cerrado e características	566
Figura 4 - Esquema com características gerais de Chapada do Norte e Jenipapo de Minas ..	588
Figura 5 - Área territorial de Chapada do Norte e entorno com plantações de eucalipto	599
Figura 6 - Localização da Bacia do Rio Jequitinhonha e UPGRHs	62
Figura 7 - Limites territoriais dos municípios, localização das áreas urbanas e dos reassentamentos.....	63
Figura 8 - Foto de parasitas internos em traíra pescada na barragem de Setúbal / Elevador desativado para transposição de peixes.	655
Figura 9 - Estruturas abandonadas após finalização da construção da barragem.....	655
Figura 10 - Processo de purificação da água para consumo humano	677
Figura 11 - Estação de tratamento de água – Agrovila 2.....	688
Figura 12 - Localização ETA em relação à Agrovila 2.....	699
Figura 13 - Família sem acesso à água em residência na Agrovila 2.....	699
Figura 14 - Placas no percurso da barragem	70
Figura 15 - Residência do Reassentamento	73
Figura 16 - Comparação de tonalidade da água no decorrer dos anos	73
Figura 17 - Mapa Falado da Microrregião de Chapada do Norte.....	83
Figura 18 - Realização do Mapa Falado e do Diagrama de Fluxo na Agrovila 2	84
Figura 19 - Diagrama de Fluxo.....	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Descrição dos documentos utilizados na análise de conteúdo	24
Tabela 2 - Resumo da estrutura fundiária brasileira em 2006.....	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEDAS	Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social
ANA	Agência Nacional das Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ASA	Articulação Semiárido Mineiro
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAV	Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica
CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CEF	Caixa Econômica Federal
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CEP	Conselho de Ética em Pesquisa
CNDH	Conselho Nacional dos Direitos Humanos
CODEVALE	Comissão de Desenvolvimento Vale do Jequitinhonha
COHAB	Companhias Estaduais de Habitação
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
DER	Departamento de Estradas e Rodagem
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICA	Índice de Qualidade das Águas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPICH	Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas
ONU	Organização das Nações Unidas
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PEABs	Política Estadual dos Atingidos por Barragens
PNAB	Política Nacional dos Atingidos por Barragens
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PPGER	Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais
SDHPR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SEAPA	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SEDA	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UHC	Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

APRESENTAÇÕES	12
Percurso da pesquisadora e imersão na pesquisa	12
Campesina Acadêmica	12
Introdução à pesquisa	17
Metodologia	20
CAPÍTULO 1 – OLHARES PARA A AMÉRICA LATINA E O BRASIL	26
1.1 Moradia e controle político – breve contextualização histórica	26
1.2 Moderno-colonial latino-americano e o Brasil: civilização e barbárie.....	28
1.3 Moradia adequada, urbanização e as políticas para a habitação rural	39
1.4 Moradia adequada contextualizada com o meio rural	39
CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO, MODELO ENERGÉTICO E DIREITOS HUMANOS	43
2.1 Processo histórico dos direitos humanos	46
2.2 Onde os direitos humanos se encontram com os atingidos por barragens	48
CAPÍTULO 3 – O VALE DO JEQUITINHONHA E A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE SETÚBAL.	54
3.1 Barragens	66
3.2 Agrovila 2	66
CAPÍTULO 4 – OS SUJEITOS COLETIVOS E AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS: DENÚNCIAS DA REALIDADE.	78
4.1 Mapa Falado e Diagrama de Fluxo.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICE	95
ANEXO A – TERMO DE APOIO FINANCEIRO	97

APRESENTAÇÕES

Percurso da pesquisadora e imersão na pesquisa

Campesina Acadêmica

Existem pesquisadores que costumam deixar claro que não são “neutros” em suas pesquisas, afinal, temos uma trajetória de vida que implica nossa forma de agir e se portar. Como afirma Gilberto Velho, somos construídos enquanto indivíduos através de interações culturais historicamente definidas e que isso não é motivo para falta de rigor metodológico:

A “realidade” (familiar ou exótica) sempre é filtrada por determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada. Mais uma vez não estou proclamando a falência do rigor científico no estudo da sociedade, mas a necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa. (VELHO, 1978, p.129).

No livro “Pesquisa Participante”, organizado por Carlos Rodrigues Brandão, temos afirmação que corrobora os escritos de Velho:

O pesquisador é um homem ou uma mulher com uma inserção social determinada e com uma experiência de vida e de trabalho que condicionam sua visão de mundo, modelam o ponto de vista a partir do qual ele ou ela interagem com a realidade. E é essa visão de mundo, este ponto de vista que vai determinar a intencionalidade de seus atos, a natureza e a finalidade de sua pesquisa, a escolha dos instrumentos metodológicos a serem utilizados. (BRANDÃO, 1986, p.24).

Essas linhas respaldam meu caminho. Nasci no interior de Severiano de Almeida, município com pouco menos de 4 mil habitantes. Visto a localidade geográfica do norte do Rio Grande do Sul, já se pode imaginar qual era a cor que predominava nas minhas mãos quando trabalhava na terra e quantas frutas de época comi à sombra. Era sempre uma labuta esfregar até sair aquele latossolo vermelho e argiloso das mãos e dos pés. Nem sei por que tanta implicância com um marronzinho tão bonito. Escrevo como alguém que olha para a infância e vê uma mescla de lembranças boas e processos de “revolução” verde¹ por qual passaram as

¹ A revolução verde, grosso modo, pode ser entendida como a derrubada da **teoria do húmus** pela **teoria do mínimo**. A primeira preconiza que o aumento de húmus no solo possibilita a transmutação de elementos químicos essenciais às plantas, pode ser correlacionada atualmente com a teoria do solo vivo da professora Ana Primavesi. A teoria do mínimo por sua vez, propõe que a absorção de determinados elementos químicos pelas plantas é orientada pela maior ou menor disponibilidade de outros elementos químicos no solo, principalmente NPK (nitrogênio, fósforo e potássio). A adoção desta teoria tende ao desequilíbrio do solo e cada vez mais justifica a padronização do mesmo, das sementes e das plantas. Amplia exponencialmente o consumo de insumos agrícolas,

famílias da região. Sou descendente de grupos sociais que chegaram para serem “colonos”, sabendo ou não por que estavam vindo, traziam embutida na mala a tarefa de “embranquecer” um continente. Comprovadamente excluídos dos direitos humanos básicos (terra, alimento, moradia, trabalho, etc.) na Europa, ouviram dizer que vieram para povoar uma terra incrivelmente fértil, porém “não desenvolvida”. Sabemos como segue a história do Brasil até hoje.

O fato dos imigrantes urbanizados e pobres (camponeses expropriados em outra época) serem colocados em um novo continente com nenhuma infraestrutura por eles conhecida, fez toda a diferença na preservação da memória coletiva. O sentimento de identidade dos que aqui aportaram se baseia em um saudosismo hipersensibilizado pelo fato de nunca mais terem retornado ao continente europeu, nunca mais reverem os que lá ficaram.

Ao direcionar os olhares para o norte do Rio Grande do Sul no início do século XX e para esse contingente populacional agora excedente nas Colônias Velhas², vemos instaurar-se um modo caracteristicamente capitalista de colonizar as terras em pequenas propriedades familiares e individuais. Posteriormente, por volta dos anos 1970, direcionou seu excedente populacional para algumas cidades estratégicas, a exemplo de Erechim ou Passo Fundo, onde ainda vemos prevalecer atividades industriais. Estes agricultores reproduzem até hoje um discurso de amor ao trabalho, que consegui entender um pouco mais com os escritos da antropóloga Arlene Renk ao abordar o *ethos* do trabalho entre os colonos no sul do Brasil³.

Concomitante a esses fatos, os povos originários que aqui estavam buscavam resistir às ameaças às suas vidas, impostas por esse mesmo sistema capitalista que invadia - e invade - terras tradicionais a todo momento e que não tem previsão política de acabar tão cedo.

tais como agrotóxicos e fertilizantes e aumenta a mecanização do campo. A teoria do mínimo é predominante hoje no mundo e suas bases são capitalistas: dá as linhas da agricultura chamada de convencional ou de agronegócio; tem influência sobre a maior parte dos cursos das ciências agrárias; não preza pela preservação do meio ambiente nem pela biodiversidade entre os modos de vida tradicionais e a agricultura. Para ler mais sobre este assunto pode-se consultar autores consagrados como Ana Primavesi, Sebastião Pinheiro e Luiz Carlos Pinheiro Machado, dentre outros.

² “Colônias Velhas” foi a denominação geral para os primeiros núcleos coloniais criados no Rio Grande do Sul: 1875 - Caxias, Dona Isabel e Conde D’Eu; 1877 - Silveira Martins; 1880 – Antônio Prado e Alfredo Chaves (BENINCÁ, 1990).

³ No artigo “Etnicidade e itinerários de grupos étnicos no sul do Brasil”, a autora aborda a concepção de trabalho sob o prisma da diferenciação étnica: os **colonos de origem** versus os **brasileiros**. O trabalho passa a ser o idioma da etnicidade, penoso, enaltecido como progresso, virtude e distinção social em relação aos brasileiros que “não trabalham”.

São formas de organização social em que o que se respira é resistência, e esta pode ser de várias formas, desde o esconderijo até o enfrentamento.

Hoje, vejo a realidade em que me encontro com duas lentes principais (porém não únicas) em meus olhos: *uma acadêmica*, na qual eu sempre quis estar (as paredes de madeira de onde eu morei na infância tinham várias aulas para estudantes imaginários – a única regra era não riscar a casa, o restante podia) e hoje se contextualiza no Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais, nas seguintes linhas de pesquisa: Sociedade e Cultura no Mundo Rural (linha um) e Configurações do Rural, Política e Meio Ambiente (linha dois). Resumidamente, neste programa interdisciplinar de pós-graduação, abrangem-se discussões sobre diversos atores sociais e políticos envolvidos nas dinâmicas socioambientais do campo em seus diferentes aspectos. Estuda-se sobre a trajetória das ações coletivas e dos movimentos sociais no campo; suas formas de construção nos territórios e as relações complexas com o sistema-mundo; dimensão histórica dos processos e suas memórias, tradições, resistências e reinvenções; sobre a questão agrária brasileira, suas relações entre trabalho e trabalhadores e com o meio ambiente; o papel do Estado enquanto instância de regulação, planejamento e controle do espaço rural; bem como transformações no cenário internacional e nacional que interferem diretamente sobre este espaço estudado. O interesse por essa área de estudo já existia desde a graduação em Arquitetura e Urbanismo (cursada entre os anos de 2010 a 2016, na Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim/RS), em que o trabalho final de graduação, desenvolvido junto com minha orientadora, teve como tema estudos sobre arquitetura itinerante em comunidades rurais.

A outra lente é a *da militância*, que encoraja e apoia para estarmos sempre disputando espaços acadêmicos que nos foram negados por séculos em diversos recortes, principalmente três: classe, raça e gênero. É uma militância que acredito ser muito maior do que representações políticas, pois materializa além de ações coletivas, também as transformações individuais. Hoje, inserida no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), vejo o quanto os debates teóricos e as ações práticas de todos os movimentos sociais populares representam realmente a busca por uma sociedade melhor. São eles e suas demandas, que com trabalho diário de articulação social e política, auxiliaram e auxiliam os projetos e implementações de diversas políticas públicas de cunho reparador para a maioria da população brasileira. Inclusive, foi a partir de algumas dessas políticas públicas (interiorização das universidades federais, políticas de permanência estudantil, iniciação acadêmica, Programa Ciência Sem Fronteiras), em uma pequena janela temporal na história recente, que permitiram desenrolar os estudos vinculando arquitetura e urbanismo com a questão agrária brasileira. Com

a aproximação gradual e contínua com o MAB, pude ir compreendendo conceitos sobre o modelo energético brasileiro, entender em linhas gerais como opera a desigualdade de classes sociais no país, como se mantém o controle da comunicação (conglomerados de poucas agências telecomunicadoras que dominam as emissoras de TV, os jornais, as rádios e as agências de propagandas e notícias) e quem são os/as atingidos/as por barragens. Participar de um movimento social realça a necessidade de estudar cada dia mais, como também enfoca a importância da interdisciplinaridade.

Ser pesquisadora popular e participar do projeto Veredas, Sol e Lares, a partir de agosto de 2018, consolida a possibilidade de vivenciar processos de organização e luta dos atingidos por barragens em outro local do país, neste caso Minas Gerais. Assim, me deslocar de Erechim para ir morar em Diamantina garantiu o tempo, a teoria e as vivências para reflexões sobre lutas populares, sobre a importância de reconhecimento de direitos humanos há tanto tempo (e propositalmente) negligenciados por um Estado que atende claramente a uma classe social dominante.

De meados de 2018 até início de 2020, foram anos de muitos aprendizados nas Minas Gerais. Primeiro porque a interdisciplinaridade exige um desprendimento grande, visto que os assuntos da sua graduação podem ser (e normalmente são) estranhos para os colegas do mestrado e também porque fazer reflexões em áreas do conhecimento que você não tem familiaridade exige maior carga de leitura e compreensão de mundo. Para ser pesquisadora alinhada com os princípios da pesquisa-ação, é preciso um entendimento mais sistêmico do lugar em que você se encontra, é necessário ouvir as histórias que o povo conta e ler sobre elas (assim fiz com a história da Acayaca, com a representação da Via-sacra nas igrejas da cidade, com o percurso da Estrada Real, com o Caminho dos Escravos e o início do Bairro Palha e seu Chico Boi). Durante o período de realização das disciplinas do mestrado, além da carga horária demandada, cursei a disciplina de Artes da Cura ofertada no mestrado profissional, vinculado ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Saúde, Sociedade e Ambiente (SaSA), a qual recomendo a todos que tiverem oportunidade. Recomendo também conversar com os professores organizadores da disciplina⁴. O estágio docência realizado na disciplina de Organização do Espaço Mundial ⁵(curso de Geografia/UFVJM), também foi primordial para minha formação. As leituras e discussões em sala de aula permitiram ter um panorama mundial dos processos históricos que influenciaram (e influenciam) no Vale do Jequitinhonha, além do

⁴ Professoras Silvia Paes, Ana Figueiredo, Ofélia Ortega e professor Clebson Souza.

⁵ Professora Aline Weber Sulzbacher.

objetivo fim da disciplina que é o aperfeiçoamento das (os) mestrandas (os) no exercício da docência no nível do ensino superior.

Através do Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro, foi possível realizar diversas atividades de estudo, pesquisa e extensão contextualizadas com a realidade local e regional. Os eixos de pesquisa se dividem principalmente em três grandes linhas: 1) estudos agrários, questão energética e agroecologia; 2) movimentos sociais, educação popular e educação do campo; 3) participação social, políticas públicas e desenvolvimentos. Das atividades do projeto Veredas que cabe ao Observatório, integrei as reuniões internas, as de coordenação ampliadas, acompanhamento dos pesquisadores que estão a campo, oficinas, atividades de preparação para os módulos de formação, entre outras. Nessas atividades foram debatidos e estudados temas que perpassam pela realidade energética nacional e regional; direitos humanos; diagnóstico; diagnóstico participativo; participação e pesquisa social; produção de energia fotovoltaica; validação da pesquisa e participação social. Essas atividades foram realizadas alternando entre as cidades de Diamantina, Araçuaí e Salinas.

No que tange às atividades abertas de formação e debate, uma de grande relevância foi o seminário regional “Com quantos quilos de medo se faz uma tradição?” realizado em abril de 2019. Nesse evento, participaram diversos militantes pesquisadores populares, assim como demais estudantes da UFVJM, professores e membros da comunidade externa. Os temas do seminário perpassam pela questão energética nacional (principalmente hidrelétrica e mineral), questão agrária, relações sociais de gênero e desenvolvimento. Outra participação importante foi no âmbito do projeto de extensão “Ações em comunidade: fomentando redes de formação e participação social”, no qual se realizaram encontros de atores sociais diversos do Alto Jequitinhonha. Em alguns dos encontros de formação, foram debatidos temas como desconstitucionalização e privatização da previdência social, economia política, contexto regional e dívida pública.

Entre os dias 30 e 31 de agosto de 2019, em Turmalina/MG, aconteceu o I Encontro de Guardiões (ãs) e feira de sementes crioulas do Alto Jequitinhonha. Na ocasião, foram realizados intercâmbios entre agricultores e agricultoras da região, palestras, visitas em propriedades rurais, confraternizações e trocas de sementes. Citando os eventos acadêmicos, participei do I Encontro dos Estudos Rurais; de duas edições da Semana de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão da UFVJM (Sintegra); do Seminário Regional do Habitat Rural: moradia, produção e a questão agrária no oeste paulista, realizado na USP São Carlos/SP e do 21º Congresso Brasileiro de Arquitetos que aconteceu em Porto Alegre/RS.

Referente às diversas lutas encampadas pelo MAB, pude participar e contribuir em algumas, dentre elas: marcha 3 anos de lama e luta em 2018, em que os atingidos partiram em marcha de Mariana/MG à Regência/ES; brigada em Brumadinho no ano de 2019, quando do rompimento da barragem de rejeitos B1 em Córrego do Feijão; participação em atividades da Jornada de Lutas “ Se a Vale destrói o povo constrói”, de outubro de 2019 a março de 2020. Participação em audiências públicas de caráter reivindicatório como a de 21 de novembro de 2019 realizada pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG, referindo-se aos danos (sociais, ambientais, econômicos) na bacia do rio Paraopeba e a audiência realizada na Câmara dos Deputados na Comissão Especial que trata sobre o Código Brasileiro de Energia Elétrica; atos e manifestações de massa; espaços de formação; projeto e montagem de exposição de arpilleras, dentre outras atividades.

Portanto, a escolha de uma vivência densa, em diferentes espaços e frentes, me permitiu uma aproximação com organizações e sujeitos, com partilhas sobre leituras e visões de mundo que foram fundamentais para a realização da pesquisa e perpassam, a todo tempo, este trabalho.

Introdução à pesquisa

Em linhas gerais, podemos afirmar que a América Latina, no conjunto mundial, enquadra-se como fornecedora de matéria-prima para países considerados desenvolvidos e a legitimação desse papel fornecedor se materializa nos plantios de extensas áreas de monocultura, construção de grandes empreendimentos, tais como usinas hidrelétricas, linhas de transmissão, minerodutos, barragens de rejeitos ou outros. Essa concepção de mundo considera a natureza apenas como recurso a ser explorado e os seres humanos que moram nessas áreas como passíveis de remoção, o que desencadeia conflitos que normalmente perduram por anos. Porto Gonçalves e Quental (2012) dizem que, dentre as formas de apropriação do Estado, existem aquelas que se referem a grandes projetos de integração física e de infraestrutura, que desencadeiam inúmeros conflitos sociais e territoriais. Não por acaso, a partir da descoberta e exploração do ouro e prata, madeiras, especiarias, exploração do trabalho indígena e escravo, plantio de cana-de-açúcar, algodão, café e tabaco do chamado “novo mundo” é que a Europa se fortaleceu e tornou-se centro geopolítico do mundo. É o que o autor chama de “contradições do sistema-mundo moderno-colonial” (PORTO-GONÇALVES; QUENTAL, 2012, p. 167)

E seguindo as estruturas destes monopólios, constrói-se o que chamamos atualmente de modelo energético brasileiro. O mestre em energia, Gilberto Cervinski (2019),

afirma que existem três grandes setores industriais no modelo energético nacional: o do petróleo; dos agrocombustíveis e da eletricidade, sendo a hidroeletricidade a responsável em 2012 por 92% da eletricidade do país. O setor elétrico é dividido em Geração, Transmissão e Distribuição, e compreende dois tipos principais de consumidores de energia: os livres (grandes consumidores) e os cativos (em suma as tarifas residenciais, que pagam as maiores tarifas de energia). A produção de energia por hidroeletricidade é muito rentável, já que envolve baixíssimo custo de produção e sua venda é realizada a preços elevados⁶, geralmente desconsidera os custos e danos sociais e ambientais, tornando-se um setor atrativo para as multinacionais, corporações e capital financeiro em geral.

Esse modo de operação, seja do próprio Estado ou de multinacionais (com o aval e incentivo do Estado), está sempre amparado no discurso desenvolvimentista e provoca passivos ambientais e sociais irreparáveis, desencadeando crises, escassez, violências e morte. O relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH)⁷ com estudos entre 2006 e 2010, em diversas regiões do país⁸, apontou que na construção de barragens e hidrelétricas no Brasil há um padrão vigente de violação de direitos humanos, são eles:

1) Direito à informação e à participação; 2) Direito à liberdade de reunião, associação e expressão; 3) Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida; 4) Direito à moradia adequada; 5) Direito à educação; 6) Direito a um ambiente saudável e à saúde; 7) Direito à melhoria contínua das condições de vida; 8) Direito à plena reparação das perdas; 9) Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados; 10) Direito de ir e vir; 11) Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais; 12) Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais; 13) Direito de grupos vulneráveis à proteção especial; 14) Direito de acesso à justiça e à razoável duração do processo judicial; 15) Direito à reparação por perdas passadas; 16) Direito de proteção à família e aos laços de solidariedade social ou comunitária. (CDDPH, 2010, p. 7 e 8 - **grifos nossos**).

⁶ A título de comparação, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) analisou 160 hidrelétricas nacionais (aproximadamente 80% do total) - custo médio de produção R\$9,50/1000 KWh e, em novembro de 2019, os consumidores residenciais em Minas Gerais pagavam R\$976,00 pela mesma quantia de quilowatts/hora. (CERVINSKI, 2019).

⁷ Em 2014, o CDDPH foi transformado em Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), pela Lei Federal nº 12.986. Tem por finalidade a promoção e a defesa dos direitos humanos (sejam os direitos e garantias fundamentais, individuais, coletivos ou sociais previstos na Constituição Federal, sejam aqueles previstos nos tratados e atos internacionais ratificados pelo Brasil), mediante ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação desses direitos. O conselho possui composição paritária entre órgãos do Estado (11 representantes ao todo: do governo federal, congresso, senado, magistrados, DPU, PF e PGR) e Sociedade Civil (11 representantes, sendo OAB, CNMP e nove eleitos) (CDDPH, 2010, p. 9).

⁸ Os casos elencados para ser investigados em maior profundidade foram: Barragem de Acauã; nas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) de Emboque e Fumaça; e nas Usinas Hidrelétricas (UHEs) Foz do Chapecó, Tucuruí, Canabrava e Aimorés.

Considerando as violações históricas de direitos humanos sofridas pelas populações atingidas por barragens no Brasil, a pergunta da pesquisa pretende responder a seguinte problemática: os critérios de moradia adequada são atendidos quando dos deslocamentos compulsórios?

Perpassa a intenção de debater sobre a violação de direitos humanos quando da construção de barragens no Brasil, visto que no modelo energético vigente prevalece a busca do lucro (pilar do sistema capitalista), e não necessariamente o cuidado com a vida e com os bens comuns. Para tal, nos debruçamos sobre a Barragem de Setúbal, construída em Jenipapo de Minas, interior de Minas Gerais.

Jenipapo de Minas, juntamente com outros municípios, localiza-se no chamado Vale do Jequitinhonha. Na década de 1980, foi proposto o “Plano Novo Jequitinhonha” que propunha uma ação conjunta para dotar a região de infraestrutura básica e foi executado pelos órgãos estaduais: COPASA, RURAL MINAS, DER, EMATER e EPAMIG (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018). Nesse contexto, a partir de 1980, quando se iniciou a barragem de Setúbal, sua implantação gerou diversos conflitos na região, até a obra ser finalizada em 2009. A partir dela, foram deslocadas 170 famílias e criados dois reassentamentos denominados Agrovila 1 (no próprio município) e Agrovila 2 (no município vizinho de Chapada do Norte).

Portanto, esta pesquisa teve por objetivo investigar e analisar a relação entre o modelo energético brasileiro e a violação de direitos humanos no que tange à moradia adequada no reassentamento Agrovila 2, construído em 2008 em Chapada do Norte/MG.

Os objetivos específicos deste estudo são: 1) descrever brevemente o panorama latino- americano e as lutas sociais para validação de direitos humanos no que se refere à moradia e energia; 2) recuperar elementos históricos e geográficos do Vale do Jequitinhonha e as propostas de desenvolvimento baseado em grandes projetos (1950-2010) e sua relação com violação de direitos humanos; 3) analisar a situação dos atingidos na construção de barramentos de água, tendo como exemplo a Barragem de Setúbal, enfatizando o direito humano à moradia adequada.

No que tange à distribuição dos capítulos desta dissertação, este texto foi dividido em cinco partes: a primeira versa sobre a trajetória da pesquisadora, motivações da pesquisa, bem como a introdução do trabalho e a metodologia construída para este fim; a segunda descreve brevemente o panorama latino-americano no que tange aos discursos de desenvolvimento, ordem, progresso e urbanidade. Apontam-se, também, as concentrações de terras e como isso reflete negativamente no acesso à moradia rural. A terceira parte relaciona o modelo energético brasileiro como motor para a execução das ações desenvolvimentistas

propostas pelo norte global (neste caso específico os EUA), a violação dos direitos humanos e as lutas específicas das populações atingidas por barragens. A quarta parte recupera elementos históricos e geográficos do Vale do Jequitinhonha e as propostas de desenvolvimento baseadas em grandes projetos, principalmente entre os anos de 1950 a 2010. Ainda nessa parte, adentra-se especificamente no estudo sobre a barragem de Setúbal, as formas de atuação do Estado, os discursos principais da época e atualmente, bem como a situação dos moradores do reassentamento. Por fim, na quinta sessão perpassamos reflexões sobre os sujeitos coletivos e a importância das metodologias participativas para descrever a realidade de forma mais fidedigna possível.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos da pesquisa, executados de agosto de 2018 a agosto de 2020, estiveram vinculados ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e ao Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento “D 0632 Veredas Sol e Lares – uma alternativa para o múltiplo aproveitamento energético em reservatórios de usinas hidrelétricas na região do semiárido mineiro”. Por meio do Projeto Veredas Sol e Lares, houve apoio financeiro para a execução da pesquisa, com concessão de bolsa de estudos e diárias para pesquisa de campo, detalhados no Termo de Apoio Financeiro (Anexo A).

Os estudos iniciais, bem como maior parte da pesquisa, nortearam-se a partir dos princípios da pesquisa-ação, encabeçados por autores consagrados no Brasil e em outras partes do mundo, tais como Orlando Fals Borda, Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão. Como alternativa aos moldes da ciência predominante, em vários países da América Latina, eferveceram pesquisas que se propunham a trabalhar com o povo, com questões pertinentes ao cotidiano das pessoas oprimidas. No Brasil, esse modelo de pesquisa que se aproxima das vivências e experiências dos sujeitos tem em sua origem a proposta de educação popular dirigida ao mundo rural, em contraponto à educação urbana dirigida a esses sujeitos e descontextualizada da realidade dos mesmos, propondo-se a ser método de ação política nos espaços coletivos de planejamento social. De acordo com Rosiska e Miguel Oliveira (1986), a ciência que se disser apolítica, descomprometida ou neutra é facilmente utilizada para controle social. Para esses autores, o estudo da realidade vivida por parte dos sujeitos da pesquisa é parte fundamental no processo educativo:

[...] partimos sempre da premissa de que a pesquisa da realidade, capacitação de quadros e aquisição de conhecimentos são dimensões inseparáveis e interligadas de um mesmo itinerário político-pedagógico. Pensamos que a finalidade de qualquer ação educativa deva ser para a produção de novos conhecimentos que aumentem a consciência e a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com quem trabalhamos. Por isso mesmo, o estudo da realidade vivida pelo grupo e de sua percepção desta mesma realidade constituem o ponto de partida e a matéria-prima do processo educativo. (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1986, p.19).

Em meados da década de 1960, as propostas vinculadas à pesquisa/ação ressignificavam as vivências no campo e propunham pensar melhores condições de vida para os trabalhadores, reforma agrária, moradia adequada, saneamento básico, alfabetização dos trabalhadores, entre outros ideais. Propunha “a aquisição de um conhecimento e de uma consciência crítica do processo de transformação pelo grupo que está vivendo este processo, para que ele possa assumir, de forma cada vez mais lúcida e autônoma, seu papel de protagonista e ator social” (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1986, p.27). A grande maioria dos pensadores dessa época foram exilados na Ditadura Militar brasileira. Como continuavam seus estudos nos países que os tinham acolhido, existem várias obras que foram escritas nesse período, porém algumas ainda não foram traduzidas para o nosso idioma.

Inicialmente, no projeto, previa-se a observação participante nas reuniões de execução das atividades do projeto Veredas e a realização de entrevistas com pelo menos cinco famílias moradoras do reassentamento. Para tal atividade, houve um preparo e aperfeiçoamento da pesquisadora no tema, elaboração de roteiro de entrevista, aproximação com a comunidade e submissão da pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) vinculado à Plataforma Brasil. A pesquisa se encontrava em consonância com as orientações acadêmicas, de ética em pesquisa, sendo aprovada através do Parecer Consubstanciado nº 3.570.866, em setembro de 2019. Previram-se dois Termos de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (um para as pessoas entrevistadas e outro para aquelas que fossem observadas), sendo ambos escritos em conformidade com o modelo já previsto na instituição de ensino, seguindo principalmente as normas da Resolução nº 466, de dezembro de 2012, e da Resolução nº 510, de abril de 2016.

Entretanto, o andamento da pesquisa esteve diretamente correlacionado com as atividades do Projeto Veredas, sendo estas impactadas pelo avanço da pandemia mundial da Covid-19, que exigiu medidas de isolamento social e, portanto, de suspensão de atividades presenciais por tempo indeterminado⁹ (ANEXO II), o que também desencadeou o retorno de uma parte dos estudantes para a residência dos familiares. Os comunicados da AEDAS também

⁹ Publicação da AEDAS: “Comunicado institucional nº 02 no contexto de pandemia do coronavírus” enviado à CEMIG em 20 de março de 2020.

seguem as orientações do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, mantendo-se somente as situações de teletrabalho (*home office*).

Dessa forma, houve impacto direto no planejamento da pesquisa com a necessidade de ajustes metodológicos estruturais, dentre eles a suspensão da pesquisa de campo, das reuniões do projeto Veredas e entrevistas semiestruturadas presenciais previstas para março e abril de 2020. Visto o cenário atípico e de forma a manter o tempo previsto para a conclusão da pesquisa e do curso de mestrado, optou-se por trabalhar com análise de conteúdo de pesquisa bibliográfica e dados coletados a partir de metodologias participativas realizadas anteriormente à pandemia, bem como realizar conversas informais com informantes-chave por telefone. Esta última atividade ficou muito limitada, devido ao somatório de diversas situações, dentre elas: a dificuldade de acesso à rede telefônica por parte dos moradores do reassentamento Agrovila 2; o constrangimento da pesquisadora em solicitar que os informantes se desloquem para o ponto de telefone e fiquem em uma entrevista que pode demorar entre uma e duas horas; o fato de alterar a rica dinâmica de uma entrevista pessoal para uma conversa impessoal por telefone.

Entrevistas por telefone ferem todos os princípios da pesquisa-ação e excluem totalmente a chance de um olhar técnico arquitetônico para as residências. Ainda assim, foi possível conversar com duas mulheres atingidas, lideranças na região, na faixa etária entre 40 a 50 anos, e um coordenador regional do MAB, visto que estes já estavam sabendo da realização da pesquisa e conheciam a pesquisadora.

Talvez, como amparo, podemos dizer que a adequação de cronograma e atividades de pesquisa também são consideradas no âmbito da pesquisa-ação, visto que nas palavras da coordenação de pesquisa social do projeto, entende-se que, se a realidade não é estática o caminho metodológico também não o será:

Em lugar de ser um processo linear de geração de conhecimento que depois é aplicado a contextos de prática, a pesquisa de ação integra o desenvolvimento da prática à construção do conhecimento, num processo cíclico (...). Em lugar de ser pesquisa *sobre* um contexto social e as pessoas dentro dele, esta é uma pesquisa feita de *dentro* desse contexto e realizada quer pelos próprios participantes, quer por pesquisadores que trabalham em colaboração com eles. (NOFFKE e SOMEKH, 2015, p.141 *apud* AEDAS, 2020, p. 09).

Para a análise dos documentos reunidos sobre a barragem, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. A análise de conteúdo se transformou em ferramenta de guerra durante a Segunda Guerra Mundial. Foram os institutos de ciências políticas que responderam pela investigação política dos Estados Unidos à época. Dentre as formas de comparação estavam: comparações entre os discursos nazistas destinados aos EUA e jornais incriminados; análise de

favoritismo entre textos de livros e periódicos; análise léxica de palavras consideradas "palavras-chave" na política (BARDIN, 1977, p.16). Bardin (1977) também aponta que, entre as décadas de 1940 – 1950 a análise de conteúdo foi definida por dois autores denominados B. Berelson e P. Lazarsfeld como técnica de investigação que intenta descrever objetiva, sistemática e quantitativamente o conteúdo manifesto da comunicação. Através da leitura desta autora, chegou-se ao seguinte esquema apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Fases da análise de conteúdo

Fases da Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin _1970	
DESCRIÇÃO	FASE
<ul style="list-style-type: none"> ○ Contato com o material bruto - Leitura Flutuante; ○ Demarcação de análise dos documentos; ○ Formular hipóteses e objetivos; ○ Referenciar os índices e elaborar os indicadores. 	Pré- Análise ①
<ul style="list-style-type: none"> ○ Codificar e definir as categorias; ○ Identificar as unidades de registro - os significantes; ○ interpretações analíticas do <i>corpus</i>. 	Exploratória ②
<ul style="list-style-type: none"> ○ Fase mais subjetiva - Intuição e Crítica; Informações para avaliar + referencial teórico do pesquisador.	Tratamento dos Resultados; Inferência; Interpretação. ③

Fonte: ELABORADO POR GESSICA STEFFENS/2019.








Maria Laura Puglisi Barbosa Franco, em seu livro “Análise de Conteúdo”, resume que:

O que está escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado, e/ou simbolicamente explicitado sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo, seja ele explícito e/ou latente. A análise e a interpretação dos conteúdos são passos (ou processos) a serem seguidos. E, para o efetivo caminhar neste processo, a contextualização deve ser considerada como um dos principais requisitos, e mesmo como o pano de fundo para garantir a relevância dos sentidos atribuídos às mensagens. (FRANCO, 2018 p. 17).

A análise de conteúdo tornou-se ferramenta para análise de documentos e entrevistas coletadas ao longo da pesquisa. Dessa forma, foi possível comparar os discursos e as atitudes à época de construção da barragem, do reassentamento e a realidade vivida pelos moradores atualmente. Os materiais foram organizados considerando sua origem, ano,

classificados conforme o tipo e com breve descrição e indicação do conteúdo geral. As características principais dos documentos analisados, bem como as cores utilizadas para a legenda das categorias, estão apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Descrição dos documentos utilizados na análise de conteúdo

Origem	Época	Tipo/ Leg.	Descrição	Conteúdo Geral
Governo MG	2008	Reportagem 	Reportagem de novembro de 2008	Descrições gerais do reassentamento. Caráter positivo.
Estado	2010	Discurso presidencial 	Inauguração da barragem dia 19/01/2020 em Jenipapo de Minas.	Descrições positivas sobre as inaugurações de modo geral. Parte da obra foi realizada com recursos do PAC.
Comitê de Bacia Hidrográfica	2019	Ata CBH – JQ2 	Dia 25/05//2019	Principal indagação: Como reverter a situação atual do Rio Setúbal em relação à turbidez da água. Representações diversas.
Instituto de Ciências e Tecnologia (ICET/UFVJM)	2019	Relatório Técnico 	Abril de 2019, foi requisitado pela prefeitura de Jenipapo de Minas.	Análise preliminar da barragem do Rio Setúbal para levantar as possíveis causas do problema de turbidez da água.
Projeto Veredas, Sol e Lares	2018/2022	Relatórios e produtos (foco em duas metodologias participativas). 	Realizadas entre 2018 e 2019 – Mapa Falado e Diagrama de Fluxo.	Histórico e situação atual dos moradores.
Entrevistas com 3 informantes-chave	2020	Conversas e relatos anotados 	Realizados no primeiro semestre de 2020, por telefone devido à impossibilidade de ir a campo	Histórico e situação atual dos moradores.
CAV– Turmalina	2013	Dados Secundários 	Cadastro das famílias no P1MC – Articulação ASA	Informações sobre moradores, escolaridade, renda, condições da casa.

Fonte: ELABORADO POR GESSICA STEFFENS/2020.

As categorias de análise serão descritas em maior profundidade no capítulo quatro e serão divididas em: 1) água/rio/barragem; 2) reassentamento; 3) moradia e 4) sujeitos atingidos. A escolha dessas categorias, a partir de uma pré-análise ratificada no estudo exploratório dos documentos acessados, foi realizada levando em consideração os quatro temas chaves da pesquisa. A categoria “água/rio/barragem” foi pensada para identificar se no discurso principal a água tem sentido de manutenção da vida ou se busca realizar primordialmente

atividades econômicas. Nessa categoria, encontram-se os valores investidos na construção da barragem, como está a situação do rio atualmente e se os objetivos do empreendimento foram atendidos ou não. A categoria “reassentamento” foi pensada para entender o processo de deslocamento compulsório das famílias, quanto recurso foi investido para tais obras, se foi garantido o direito à consulta popular, quais os critérios para a construção das agrovilas e como as famílias se adaptaram ao novo local de moradia. A categoria “moradia” intenciona analisar os elementos técnicos da casa propriamente dita, se houve elaboração e atendimento ao programa de necessidades da família (tais como número de cômodos, materiais predominantes) e quais alterações foram necessárias posteriormente. A categoria “sujeitos atingidos” foi pensada para identificar nos documentos alguma referência a quem são essas pessoas que precisaram sair de seu habitat rural e ribeirinho para dar lugar ao lago da barragem.

CAPÍTULO 1 – OLHARES PARA A AMÉRICA LATINA E O BRASIL

Este capítulo busca dissertar sobre moradia como controle político em contextos europeus e posteriormente nacionais, bem como sobre os discursos urbanos criados para impulsionar as pessoas a migrarem do campo para a cidade, seja de maneira voluntária ou forçada. Discute-se, também, sobre moradia rural no Brasil.

1.1 Moradia e controle político – breve contextualização histórica

A Europa, na virada do século XVIII e XIX, via surgir novos modelos urbanos e inchaço populacional que forneciam força de trabalho para a Revolução Industrial. Esse fato transformava as relações campo e cidade e criava uma demanda até então inédita de mais habitações para as classes pobres. Marília Pacheco Machado (2007) realça que:

O escopo das experiências de produção de habitações para trabalhadores abrange desde aquelas realizadas por conta do estado, passando por aquelas oriundas da iniciativa privada das novas classes dominantes – isto é, empresários e industriais –, até a ação de especuladores e construtores tradicionais. (MACHADO, 2007, p. 29).

Na época, os socialistas utópicos, como Charles Fourier e Robert Owen, propunham modelos de comunidades ou cidades ideais, que fossem distantes dos grandes centros e fugissem da experiência cotidiana insalubre. Propunham reformas sociais, cooperativismo, melhores condições de alimentação, moradia e higiene. O livro mais conhecido de Fourier denomina-se *Théorie des quatre mouvement*, publicado em 1808, onde a partir dessas premissas de organização da sociedade criou espaços denominados falanges ou falanstérios, que seriam:

Unidades cooperativas de produção e de consumo, racionalmente organizadas em oposição ao caos da cidade industrial, abrigando 810 pessoas de cada sexo e cujos rendimentos deveriam ser repartidos entre o trabalho, o talento e o capital. (FOURIER, 1808 *apud* MACHADO, 2007, p.30).

Engels, em 1873, ao escrever para o jornal *Volksstaat*, era enfático em dizer que o problema da falta de moradia só pode ser resolvido com o fim do capitalismo. Ele direcionou a escrita do texto “Para a questão da habitação” a sociais-reformadores burgueses e pequenos burgueses. A proposta da burguesia era a propriedade privada e era o que sustentava o sistema de exploração vigente, pois submetia o trabalhador às condições da indústria:

Vemos aqui claramente que o que numa etapa histórica anterior era a base de um relativo bem-estar dos operários — a ligação entre cultivo da terra e indústria, a

propriedade de uma casa e horta e campo, a segurança da habitação, se torna hoje, **com a dominação da grande indústria**, não só na mais terrível cadeia para o operário mas também no maior infortúnio para toda a classe operária, na base de uma descida sem precedentes do salário abaixo do seu nível normal, e isto não só para regiões e ramos de negócio isolados mas também para todo o território nacional. (ENGELS, 1873, p. 8 - **grifos nossos**).

O autor afirmava que proporcionar a compra de terras em inúmeras parcelas era “prender” a pessoa no lugar e sujeitá-la às condições de trabalho e salário daquele entorno, referindo-se às cidades industriais e suas vilas operárias comumente fornecidas pelos proprietários das indústrias. Engels (1873) afirmava que para resolver a falta de habitação era necessário resolver questões mais profundas, dentre elas a superação dessa oposição forçada entre cidade e campo e que não precisava propor soluções muito utópicas:

Como não temos de fazer nenhum sistema utópico para organização da sociedade do futuro, seria mais do que ocioso entrar nesse assunto. É, porém, certo que já hoje existem nas grandes cidades edifícios suficientes para, com **uma utilização racional dos mesmos**, se remediar de imediato toda a «falta de habitação» real. Isto só pode, naturalmente, acontecer por meio da expropriação dos actuais proprietários ou pelo alojamento nos seus prédios de operários que não têm casa ou que têm até aqui vivido apertados nas suas habitações, e, **logo que o proletariado tenha conquistado o poder político**, esta medida, imposta pelo bem público, será tão fácil de executar como o são hoje outras expropriações e acantonamentos pelo actual Estado. (ENGELS, 1873, p. 27 - **grifos nossos**).

Saindo do período industrial e dando um salto histórico de mais de um século, debruçamo-nos sobre a habitação no pós II Guerra Mundial. Precisava-se organizar as moradias no pós-guerra de forma rápida e econômica, e para isso padronizou-se o habitat e o habitante (a exemplo do *modulor* criado pelo Le Corbusier). Reapareceram alguns princípios das cidades jardins, como um número ideal de pessoas, ordenamento das funções urbanas, tipificação da moradia (MACHADO, 2007, p. 30). Essas aspirações do movimento moderno perpassaram países e chegaram com força ao Brasil, ao ponto de que, enquanto país, disponibilizássemos as condições para construir uma nova capital baseada nesses princípios.

Durante todo esse período, caminhou a passos rápidos o fortalecimento do capitalismo como sistema financeiro predominante no mundo todo, que continuou incentivando constantemente a valorização da propriedade e moradia individuais. No contexto das imigrações do Brasil, no início do século XX, as autoridades viam como ameaça moral e política a moradia nos cortiços, vinculadas comumente à promiscuidade:

Obrigada a viver na habitação coletiva, a mulher estaria condenada a desejar e se deixar desejar, a atentar contra as normas sexuais cristãs, a romper o isolamento do lar e sofrer o contágio de um meio propício ao pecado. O homem, por sua vez, seria

afetado por riscos tão ou até mais graves para a ordem social, a criminalidade e a vagabundagem: “ A nossa tese outra coisa não visa senão demonstrar que a má habitação é fator que concorre para a eclosão da delinquência. ” (SINISGALLI, 1942 apud BONDUKI, 2017, p. 95).

Era necessário fazer com que esse operário desejasse morar em casas individuais. Para tanto, seria necessário mudar a *cultura de morar*, e que a família passasse a poupar para construir sua própria moradia e que isso significasse melhoria de vida. Em outras palavras, melhorar a moradia era obtenção de casa individual (BONDUKI, 2017, p. 96). Essa perspectiva segue até os dias atuais.

Nas reflexões sobre o modo de controle que o Estado pode ter ao incentivar esse tipo de morada, nos deparamos com a desarticulação política dos que outrora moravam próximos, dificuldade ou impedimento da auto-gestão dos territórios, valorização da monogamia e da família tradicional brasileira¹⁰ e maior consumo de bens materiais individuais.

1.2 Moderno-colonial latino-americano e o Brasil: civilização e barbárie

A América Latina foi a primeira realização material, central na edificação da era capitalista. Em uma ordem distributiva geométrica, representava os princípios da ordem social hierárquica. As cidades eram o sonho de “ordem e progresso” nas terras do novo continente. Ángel Rama, no livro “ Cidade das Letras”, cita desde Tenochtitlán à Brasília e escreve sobre destruições completas de cidades, remodelamentos ou projetos novos (como é o caso da capital brasileira):

Dura e gradualmente, tiveram de se adaptar a um projeto que, como tal, não escondia sua consciência racionalizadora, para a qual não era suficiente organizar homens dentro de uma determinada paisagem urbana, pois também requeria que fossem moldados com destino a um futuro, sonhado igualmente de forma planejada, em obediência às exigências colonizadoras, administrativas, militares, comerciais e religiosas, que iriam se impondo com crescente rigidez. Ao cruzarem o Atlântico, não somente passaram de um continente velho a um supostamente novo, mas atravessaram o muro do tempo e ingressaram no capitalismo expansivo e ecumênico, ainda carregado do missionarismo medieval. (RAMA, 2015, p. 21).

O autor uruguaio discorre sobre o enorme esforço de ideologização para se legitimar o poder a partir das três maiores estruturas institucionalizadas até então: a Igreja, o Exército, a Administração. No que se refere à representação do espaço construído, o resultado da “ordem”

¹⁰ Leitura de “ A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, também do Engels (1884).

esperada foi nas cidades o desenho tipo tabuleiro de xadrez, que se reproduziu com ou sem planejamento (e que prevalece até os dias atuais). Modelo frequente no pensamento renascentista, obedece aos mesmos princípios do xadrez: unidade, planificação e ordem rigorosa que se traduz em hierarquia social (RAMA, 2015, p. 25). Foi um processo violento e rápido das construções das primeiras cidades. Neste trecho, apresentam-se 30 anos:

A invasão espanhola foi “uma frenética cavalgada por um continente imenso, atravessando rios, selvas, montanhas, de uma extensão próxima a 10 mil quilômetros, deixando pelo caminho uma fileira de cidades, praticamente incomunicáveis e isoladas no imenso vazio americano, só percorrida por aterrorizadas populações indígenas. Com uma mecânica militar, foram os fortes, inicialmente, que permitiram o avanço, tornando-se mais tarde as correias de transmissão da ordem imperial. Da fundação do Panamá por Pedrarias Dávila (1519) à de Concepción, no extremo sul chileno, por Valdivia (1550), passaram-se apenas trinta anos. Nesta última data, já estavam funcionando os vice-reinados do México e Peru, sob a condução de que “deviam preservar no Novo Mundo o caráter carismático da autoridade, que está baseado na crença de que os reis o eram pela graça de Deus” (RAMA, 2015, p. 31).

A partir de então, ficou comprovado o triunfo das cidades sobre um imenso e desconhecido território, reiterando a concepção grega que opunha a *pólis* civilizada à barbárie dos não urbanizados. A cultura urbana é central para a implementação do sistema capitalista no novo mundo, sendo assim, é necessário problematizar a ideia de que as culturas rurais são inferiores. Rama descreve que era a cidade letrada¹¹ que “compunha o anel protetor do poder e executor de suas ordens” (RAMA, 2015, p.38).

Alberto Acosta, em seu livro “O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos”, corrobora e acrescenta:

A partir de 1492, quando a Espanha invadiu com estratégia de dominação para a exploração a região que após a chegada dos conquistadores passou a se chamar América, impôs-se um imaginário para legitimar a superioridade do europeu, “o civilizado”, e a inferioridade do outro, o “primitivo”. Neste ponto emergiram a colonialidade do poder, a colonialidade do saber e a colonialidade do ser, que não são apenas uma recordação do passado: estão vigentes até nossos dias e explicam a organização do mundo, já que são um ponto fundamental na agenda da Modernidade. (ACOSTA, 2011, p. 63).

Essa estrutura de pensamento e ação foram as que embasaram os discursos desenvolvimentistas para a América Latina, conseqüentemente para o Brasil. Como exemplo no século XX, podemos citar o modo como o “moderno” projeto de república tratava quem não concordasse com ele. No livro “Sertão, Sertões –repensando contradições, reconstruindo

¹¹ Número reduzido de alfabetizados (religiosos, administradores, educadores, profissionais, escritores e múltiplos servidores intelectuais), que através da mecanicidade das leis instituem a ordem. (RAMA, 2015).

veredas”, organizado por Joana Barros, Gustavo Prieto e Caio Marinho, são abordados diversos artigos que perpassam pela chamada primeira, segunda e terceira Canudos. Consideram como base os escritos da obra “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, e as fotografias de Flávio de Barros (tiradas para comprovar que todos estavam mortos, que Canudos tinha sido destruída e a expedição um sucesso) e apontam a violência dos conflitos, que mataram aproximadamente 25 mil sertanejos. Chamam atenção para o fato de Euclides da Cunha ter sido membro do exército e que este último era quem relatava os conflitos no meio rural:

Não por coincidência, várias obras que registram os protestos rurais foram escritas por militares ou escritores vinculados ao Exército. A explicação é óbvia: quem levou a cabo a repressão em todo o continente foi o Exército, seja por que exercia diretamente o poder Executivo (caso como o México, Uruguai e Colômbia), seja por que era a sustentação principal dos governos civis (como na Argentina e no Brasil). Em qualquer dos casos, quem levou adiante o projeto modernizador e pôde viabilizá-lo foi o Exército, o que é possível considerar de outra maneira: **somente a força repressiva de que dispunha o Exército era capaz de impor o modelo modernizador**, já que implicava uma reestruturação econômica e social que castigaria ingentes populações rurais, forçando-as a uma rebelião despreparada. (GALVÃO 2016, p. 617, livre tradução *apud* BARROS, PRIETO, MARINHO, 2019, p. 23 - **grifos nossos**).

Em estudos contemporâneos, o economista Luís Fiori, em seu artigo “Estado e Desenvolvimento na América Latina”, faz uma leitura (entre os anos 1950 a 1970) das principais matrizes teóricas¹² que culminam na teoria da "segurança nacional", formulada pela Escola Superior de Guerra do Brasil, fundada em meados de 1950 e que se transformaram em um projeto de defesa e expansão do poder nacional, baseada em princípios militares. Na época, apesar de ter visão competitiva do sistema mundial, o Estado brasileiro girava em torno de uma obsessão frente a um inimigo (discursos da Guerra Fria) e foi este foi seu maior argumento:

[...] essa foi a **única teoria** e estratégica dentro do universo desenvolvimentista que associou, explicitamente, a **necessidade da industrialização e do crescimento econômico acelerado com o problema da defesa nacional**, mas sua visão simplista e maniqueísta do mundo explica o seu caráter antipopular e autoritário e a facilidade com que foi derrotado e desconstruído nos anos 1980 e 1990. (FIORI, 2018, p. 06 - **grifos nossos**).

O que o autor chama de discurso líbero-desenvolvimentista possui a crença “inabalável de um Estado racional, homogêneo e funcional, capaz de formular políticas de crescimento econômico, por cima de divisões, conflitos e contradições que pudessem atravessar

¹² A matriz weberiana (e as versões da teoria da modernização); a matriz estruturalista (e as versões da teoria centro-periferia); a matriz marxista (e as versões da teoria da revolução democrático-burguesa).

e paralisar o próprio Estado (FIORI, 2018, p.7). Destaca que esses discursos não abrangem as especificidades de cada país na América Latina, muito menos sua população, divisões internas, de classe, etnia e regiões.

No Brasil, tudo o que envolve a questão agrária expressa as estruturas oligárquicas, escravocratas que corroboram com esse discurso desenvolvimentista mais recente. Somos um dos países no mundo com a maior desigualdade no acesso à terra. O artigo do geógrafo Paulo Alientejano, denominado "Questão agrária no Brasil do Século XXI: uma abordagem a partir da geografia", discorre sobre esse tema, perpassando pela questão da propriedade da terra; pelos processos tecnológicos; alterações de dinâmicas produtivas; crescente insegurança alimentar; expulsão e violência no campo. Ele traz como comparativo os imóveis rurais, considerados pelo IBGE no censo agropecuário de 2006 (ALENTEJANO, 2011), em que as grandes propriedades, com mais de 1000 hectares, são menos de 1% dos estabelecimentos, no entanto ocupam 43% das terras do Brasil.

Tabela 2 - Resumo da estrutura fundiária brasileira em 2006

Estabelecimentos	Nº de Ha	% de Estabelecimentos	Área Ocupada no Território Nacional
Pequenos	- 10 ha	47% do total	2,7%
Grandes	+ 1000 ha	0,9% do total	43%

Fonte: ALENTEJANO, 2011. Adaptado

A socióloga Maria de Nazareth B. Wanderley (2014), quando se refere ao campesinato brasileiro, afirma que associar a agricultura brasileira às grandes propriedades monocultoras é fruto de “amnésia social”, pois não são as produções em larga escala que alimentam a população brasileira¹³. A produção de *commodities*, destinados principalmente à exportação, correspondem a 93% da área agrícola brasileira, enquanto somos um país com aproximadamente 3,4 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar (ESTEVE, 2017, p. 18).

Em seu texto “O campesinato brasileiro: uma história de resistência”, Wanderley aborda questões das leis de terras no Brasil, lembrando do vazio entre a legislação fundiária colonial, de origem portuguesa, finalizada em 1822, até a Lei de Terras em 1850. Esse período

¹³ Aproximadamente 70% da produção de alimentos no Brasil é realizada pela agricultura de pequena escala (enquadrada toda a diversidade e regionalidade que essa categoria compreende).

facilitou a ocupação das terras por parte de latifundiários que se apropriavam não só das terras, como também da mão de obra das pessoas que ali estavam (WANDERLEY, 2011). Não obstante, o discurso de modernização e desenvolvimento esteve sempre vinculado com a colonização ou exploração, seja das condições naturais presentes (terra, água, minério e vegetação), como também das pessoas, seja sua mão de obra barata ou sua expulsão do território.

Como nos aponta o professor Carlos Porto Gonçalves, nosso problema não está na falta de tecnologia, haja vista que, desde a produção de açúcar, possuíamos os melhores maquinários para tal:

A velha plantation de 500 anos e suas monoculturas em grandes latifúndios empresariais com suas manufaturas ganhará um novo nome: agribusiness. A manufatura dos nossos engenhos de açúcar, assim como as primeiras monoculturas de exportação em grande escala, era o que de mais moderno o mundo conhecia no século XVI, tão moderna como o são, hoje, os tratores-computadores e o plantio direto da agroindústria. **Nosso problema não está em sermos tecnologicamente avançados. O que temos que reconhecer é a colonialidade que subjaz à modernidade** que, entre nós, tem uma cara socialmente injusta, um racismo sutilmente perverso e uma relação irresponsável com a natureza. (PORTO GONÇALVES, 2012, p.175 – **grifos nossos**).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), de 2015, é consequência da soma dos fatores apontados acima por Alentejano, Esteve e Wanderley: 84,72% da população vivendo em áreas urbanas e 15,28% em áreas rurais e alusões ao espaço rural como “atrasado”, “pobre”, ou “pouco desenvolvido”. Isso interfere diretamente nos problemas habitacionais no campo e conseqüentemente na cidade¹⁴, na perspectiva sobre impactos sociais e ambientais de grandes empreendimentos e, principalmente, na negação dos direitos humanos aos sujeitos do campo em toda sua diversidade (camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc.).

1.3 Moradia adequada, urbanização e as políticas para a habitação rural

¹⁴ A título de comparação, se considerarmos somente o déficit habitacional em Minas Gerais, publicado em 2011 pela Fundação João Pinheiro, temos um total absoluto de 575.498 de moradias. Sendo dividido em 18.936 habitações precárias; 209.544 coabitações familiares; 330.090 ônus excessivo do aluguel (superior a 30% da renda domiciliar total) e 16.928 com adensamento excessivo (mais de três habitantes utilizando o mesmo cômodo) (IPEA,2013).

No Brasil, a Constituição de 1988, em seu art. 6º, aponta os seguintes direitos sociais: “educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados. Não são encontradas menções à habitação rural ou algum termo similar; somente no art. 186 diz que se deve garantir “o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores” (BRASIL, 1988, art. 186 *apud* SDHPR, 2013). Para debater moradia adequada no meio rural é necessário considerar outras três categorias: terra, capital e trabalho, concatenadas na seguinte afirmação: “o problema da produção da moradia no campo não se resolve enquanto as relações de propriedade e expropriação persistirem”¹⁵ (INO, et al., 2019, p. 21).

Os corpos humanos, por questões biológicas e físicas, precisam de abrigo tanto resguardados das ruas como das condições da natureza (proteção das chuvas, ventos, neve). A nível mental, também precisamos de abrigo: um local para pensar sem interrupções, interagir com outros seres com privacidade, conservar memórias, descansar depois de um longo dia de trabalho (SDH/PR; REPÚBLICA, 2013, p. 9). A moradia adequada precisa garantir essas questões e nos seguintes tópicos é especificada nesta longa citação:

Segurança da posse: a moradia não é adequada, se os seus ocupantes não têm um grau de segurança de posse que garanta a proteção legal contra despejos forçados, perseguição e outras ameaças.

Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura: a moradia não é adequada, se os seus ocupantes não têm água potável, saneamento básico, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo.

Economicidade: a moradia não é adequada, se o seu custo ameaça ou compromete o exercício de outros direitos humanos dos ocupantes.

Habitabilidade: a moradia não é adequada, se não garantir a segurança física e estrutural, proporcionando um espaço adequado, bem como proteção contra o frio, umidade, calor, chuva, vento, outras ameaças à saúde.

Acessibilidade: a moradia não é adequada, se as necessidades específicas dos grupos desfavorecidos e marginalizados não são levadas em conta.

Localização: a moradia não é adequada, se for isolada de oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais ou se localizados em áreas poluídas ou perigosas.

Adequação cultural: a moradia não é adequada, se não respeitar e levar em conta a expressão da identidade cultural. (UNITED NATIONS, 1991 *apud* SDHPR, 2013).

Apesar de nos últimos anos termos registro de investimentos nessa área, por uma série de fatores ainda o problema da habitação no campo é visto como algo residual, inclusive para o debate teórico e ação política. De acordo com Cecília Silva, em sua dissertação

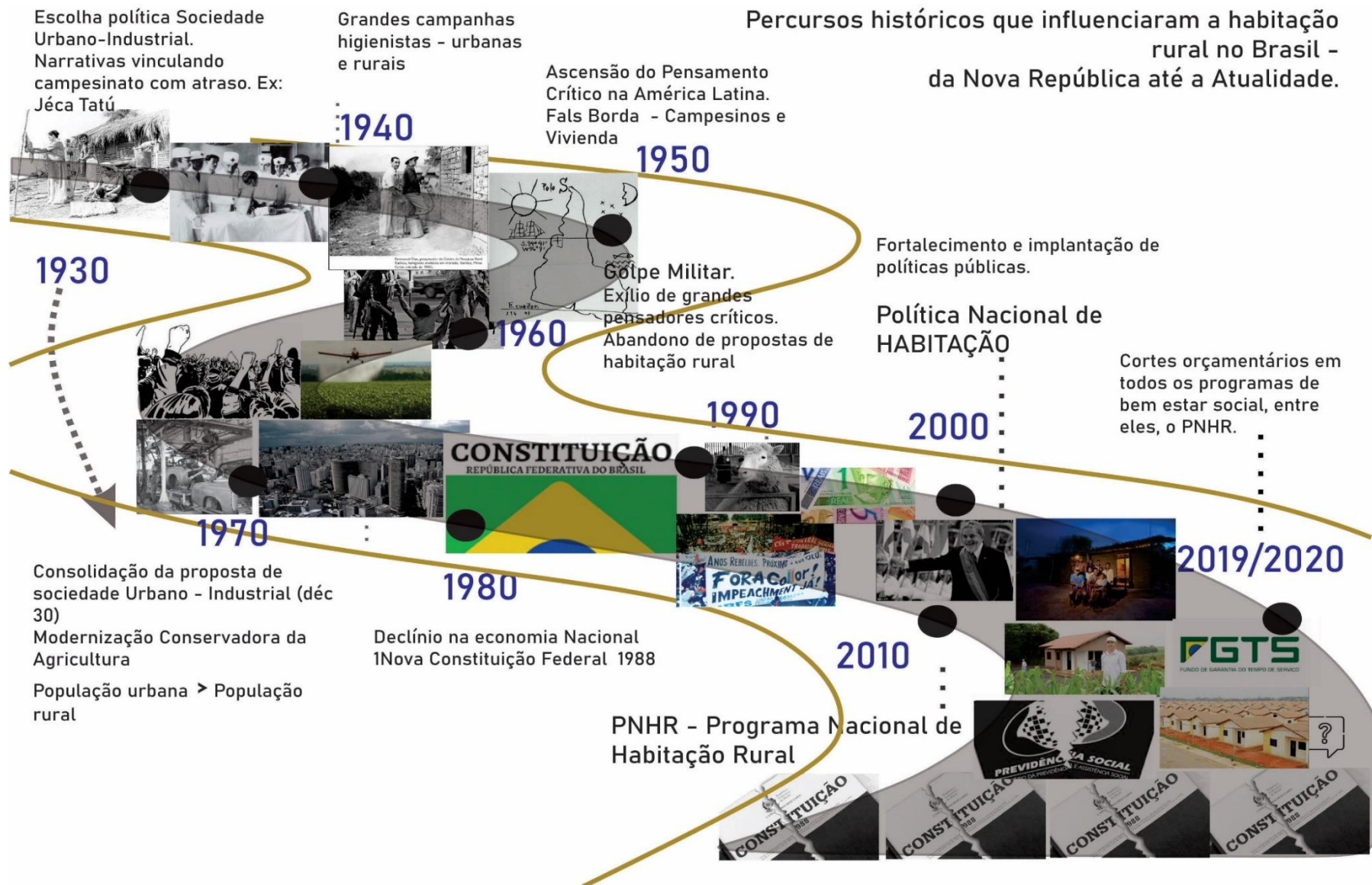
¹⁵ Esta afirmação provém do Iº Seminário Regional do Habitat Rural, organizado pelo Grupo Habis no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Campus São Carlos em março de 2019. Neste seminário, debateu-se sobre questões relacionadas à moradia rural e às questões agrárias no Brasil.

“Habitação Rural: uma luta por cidadania”, o que ela denomina de habitat rural é visto como a congregação de diversas interações sociais:

[...] mais do que uma mercadoria, a moradia rural é uma prática familiar. Enquanto no urbano os locais de trabalho e de moradia quase sempre se constituem em espaços físicos distintos, no mundo rural, esses espaços se constituem em uma unidade física e espacial única – o lote ou o sítio, onde diversas escalas de trabalho, lazer e de interação comunitária e social acontecem. Nessa perspectiva, a moradia rural se torna elemento fundamental dos territórios rurais. (SILVA, 2014, p. 13).

De forma a elucidar sucintamente o percurso dos debates acerca da habitação rural, foi criada uma linha do tempo, desde a década de 1930 (década marcada por golpe de Estado e fim da República Velha) até os dias atuais, com alguns marcos históricos elencados como prioritários, dentre eles: a escolha política de construção de uma sociedade urbana industrial moderna, as campanhas higienistas, as publicações referentes ao pensamento crítico latino-americano, a ditadura militar e as ênfases de políticas públicas nos governos do Partido dos Trabalhadores.

Figura 2 - Percursos históricos que influenciaram a habitação rural no Brasil - da Nova República até a Atualidade.



Fonte: ELABORADA POR GESSICA STEFFENS/2019.

Na década de 1940, o Brasil protagonizava nas cidades crises habitacionais urbanas agravadas por fatores vinculados à grande imigração e ao não preparo das cidades para um inchaço populacional. No livro “As origens da habitação social no Brasil”, o arquiteto Nabil Bonduki apresenta a situação do país na época:

Defrontando-se com uma sociedade de cunho oligárquico e excludente, que, desde a Lei de Terras de 1850, dificultara o acesso à propriedade da terra, centenas de milhares de imigrantes ainda não haviam tido a oportunidade de, num processo cumulativo ao longo das gerações, alcançar a condição de proprietários. (BONDUKI, 2017, p. 92).

Como proposta para solucionar isso, foram tomando corpo os discursos da “ordem urbana”, primeiramente nas cidades de maior porte, principalmente a capital Rio de Janeiro, ponte do poder colonial entre Minas Gerais e a Metrópole. A vida urbana ia crescendo complexa e diversa, e como diz Robert Moses Pechman (2008, p 212) “a distância que ia do sobrado à rua era a mesma que distanciava a casa-grande da senzala.” Os cientistas da época consideraram as precárias condições de infraestrutura, o amontoamento das pessoas, a falta de circulação de ar nos espaços as causas principais das epidemias. A isso denominavam “desordem” e para combater tais situações é que se desenvolvem as principais ações higienistas no país (PECHMAN, 2008, p. 212-214). Com foco inicial nas áreas urbanas onde moravam precariamente os imigrantes, provêm dos higienistas os primeiros relatos (carregados de preconceito) referentes à casa operária brasileira:

[...] A população italiana calculada em setenta mil almas só na capital, composta na sua maior parte de indivíduos recém-chegados e de operários paupérrimos, é um fato grave perante a higiene do estado. Basta, como nos tem inúmeras vezes acontecido, penetrar em habitação aglomerada de italianos para se depreender desde logo que o menor preceito de higiene e moral, que é a base do edifício social, ali não existe. (VEIGA, 1894 *apud* BONDUKI, 2017, p. 26).

Essas posturas culminaram em medidas governamentais, dentre elas o Código Sanitário de 1894, e abrangeram processualmente também as áreas rurais do país e de onde até hoje ouvimos relações entre técnicas vernaculares (tais como taipa de mão, adobe, piso de chão batido) com precariedade construtiva e vinculação com doenças, a exemplo do mal de chagas.

Surgia também, no decorrer das décadas de 1930 e 1940, um esforço para a valorização do espaço privado¹⁶, que se fortaleceu nos anos de autoritarismo e que, atualmente, é justificado pela violência urbana e materializado pela segregação espacial no espaço urbano.

¹⁶ Trecho do livro referindo-se ao discurso que associava de forma negativa as residências coletivas e os processos de organização e reivindicação social: Manifestava-se a preferência pela casa própria e unifamiliar, já que para o

Quando do golpe militar em 1964, foi criado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que perdurou até 1986, ano em que tal sistema foi extinto e suas atribuições transferidas para a Caixa Econômica Federal. O órgão central do SFH era o Banco Nacional de Habitação (BNH), que disponibilizava os recursos para moradias das Companhias Estaduais de Habitação (COHAB). Esse período foi caracterizado por investimentos privados, advindos de recursos do FGTS e cadernetas de poupança (SILVA, 2014, p. 06).

Na implantação da Nova República, o quadro existente no setor habitacional apresentava, resumidamente, as seguintes características:

Baixo desempenho social, alto nível de inadimplência, baixa liquidez do sistema, movimentos de mutuários organizados nacionalmente e grande expectativa de que as novas autoridades pudessem resolver a crise do sistema sem a penalização dos mutuários. (SILVA, 2014, p. 18).

Quando da extinção do BNH, a decisão foi classificada como “contra as declarações feitas pelo próprio governo, o que tornava pública a falta de proposta para o setor habitacional” (AZEVEDO, 1995, *apud* SILVA, 1999, p. 19). Concomitante a isso e ao período de recessão que se instalava, aumentavam as críticas às ações do governo federal e ao modelo central-desenvolvimentista do regime totalitário. Nesse sentido, Bonduki aponta em seu livro:

Na imprensa e em universidades, organizações e movimentos comunitários, entidades profissionais etc. surgiram propostas alternativas de políticas urbanas e habitacionais, por vezes encampadas em programas de governo de administrações mais progressistas. Foram colocadas em prática por algumas prefeituras enquanto a caráter nacional se via uma ampliação da crise do Estado. (BONDUKI, 2017, p. 329).

A década de 1990 caracterizou-se por algumas propostas de habitação tanto em nível nacional, estadual e municipal. Em sua maioria, essas propostas eram desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que coordenava os processos de reassentamentos da reforma agrária.

Em 2004, houve a aprovação da Política Nacional de Habitação, que se estruturava em dois subsistemas: habitação de mercado (demandas em faixas de renda mais altas) e habitação de interesse social. No meio rural, podemos elencar quatro programas de maior abrangência: a) Crédito Instalação do INCRA; b) Programa de Subsídio à Habitação de

trabalhador urbano simbolizava o progresso material. [...] a difusão da pequena propriedade era vista como meio de dar estabilidade ao regime, contrapondo-se às ideias socialistas e comunistas. [...] no cortiço e em outras habitações coletivas seria inviável a vida familiar plena e normal, devido às tentações, à infidelidade, à delinquência, aos maus hábitos (BONDUKI, 2017, p. 92-93).

Interesse Social Rural (PSH- Rural); c) Programa Carta de Crédito; d) Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

O PNHR (Lei Federal 11.977/2009) foi criado em 2009 e vinculado como subprograma do Minha Casa Minha Vida¹⁷. Possibilita enquadramento em construção de casa nova ou reformas e ampliações, dependendo da faixa de renda e da necessidade da família, podendo parte do recurso ser subsidiado e parte financiado. As categorias seguidas para determinação dos valores financiáveis a cada família estavam vinculadas ao seu enquadramento nos grupos G1, G2 e G3 do PRONAF (SILVA, 2014, p. 94).

Entre os anos de 2009 a 2016, o PHNR propiciou construção de casa nova (Grupo I) ou reforma (Grupo II) em 116.199 mil residências no país (CEF, 2016). Diversos pesquisadores já se debruçaram sobre o tema, mostrando seus aspectos positivos ou insuficientes. No Vale do Jequitinhonha, dentro dos 21 municípios englobados no projeto Veredas, apesar de uma alta demanda, visto o número de moradores em áreas rurais ser mais alto que a média no país, tem-se uma realidade de não abrangência da política pública. Apenas 5 municípios - Grão Mogol, Salinas, Taiobeiras, Indaiabira e Araçuaí - acessaram recursos do programa num somatório de 370 casas (SULZBACHER e STEFFENS, 2019, p. 06).

Esse dado de execução de poucas casas corrobora a citação de Ino *et al.* (2019, p. 19) que nos diz que o PNHR perpassa na “contradição de ser símbolo de resistência dos movimentos e representa uma vitória após anos de luta por terra e cidadania, e sofrer as contradições inerentes aos processos de acumulação do capital.” Ou seja, melhorou as condições de vida de muitas famílias rurais, mas não abrangeu regiões como o Vale do Jequitinhonha.

A partir do golpe de estado em 2016, que destituiu a presidenta eleita Dilma Rousseff, percebe-se a redução de investimentos nas políticas habitacionais, bem como o desmantelamento de outras relacionadas ao bem-estar social, tais como a previdência pública (responsável por uma melhoria considerável na qualidade de vida de muitos agricultores e pela movimentação da economia principalmente em pequenos municípios); contingenciamento de

¹⁷ A lógica imobiliária que sustentou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) promoveu as condições necessárias para um rearranjo na relação entre a política pública habitacional e a produção privada de moradias. Além de contar com uma ampla disponibilidade de recursos – provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), ambos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) – este agente, caracterizado pela fusão entre construtoras e incorporadoras, passou a comandar, a partir da territorialização de monopólios imobiliários, todas as etapas de produção habitacional (INO *et al.*, 2019, p. 20).

recursos em saúde e educação; aumento gradual da tarifa de energia rural, dentre inúmeros outros ataques aos direitos sociais e individuais.

1.4 Moradia adequada contextualizada com o meio rural

O Brasil viu, na década de 1950, formas mais contextualizadas de propor moradia rural, em iniciativas pontuais, porém não menos importantes. Bringel e Maldonado (2016) citam Orlando Fals Borda, sociólogo colombiano, como precursor e participante deste período histórico diretamente relacionado com a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. Fals Borda trouxe contribuições significativas em temas, como questão agrária, campesinato, violência no campo e moradia rural no Brasil. Trabalhava concomitante com pessoas de notório saber, como Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão. Uma de suas obras que discute a questão da habitação rural no Brasil foi publicada em 1963 e intitula-se *El Brasil: Campesinos e Vivienda* em que analisa a produção da moradia rural no Brasil, em especial considerando a realidade da zona da mata mineira, na cidade de Viçosa com as comunidades rurais de Palmital e Padre Nosso (BORDA, 1963).

Borda (1963) andou na contramão do discurso higienista e realizou, juntamente com grupo interdisciplinar, aprofundamento na realidade do modo de vida rural brasileiro. Nessa jornada, envolveram-se profissionais multidisciplinares, entre eles arquitetos, agrônomos, sociólogos rurais e extensionistas da Universidade Federal de Viçosa - UFV e da então Divisão de Habitação e Construções Rurais – DHCR, da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR. Para além da pesquisa bibliográfica sobre o país, Borda viajou para diversos estados a fim de "ampliar el conocimiento de la realidad local e de establecer los contraster necesarios" (BORDA, 1963, p.11).

Fals Borda retrata a complexidade de estudar moradia rural no Brasil, devido as nossas dimensões continentais e inúmeras variações tipológicas existentes:

[...] que van desde la vivienda arbórea de algunos indios de Mato Grosso hasta la granja com celosías venecianas del valle del Itajaí, desde las casas flotantes de Manaus hasta las casas-grandes nordestinas y las estructuras con sótanos de piedra de las colonias italianas de Rio Grande do Sul (BORDA, 1963, p. 07).

Aponta que mais do que dizer que cada região deve oferecer sua própria solução às demandas de uma casa, as diferenças construtivas são provas de adaptação humana ao ambiente. Construir casas iguais, com a mesma configuração espacial e os mesmos materiais de norte a sul do país é perder a adaptabilidade que nós humanos desenvolvemos e precisamos

ter com o ambiente. Que tipo de seres humanos nos tornamos quando não estamos mais contextualizados ao ambiente em que residimos?

A moradia é um verdadeiro complexo cultural e uma instituição social. Fals Borda apontava como direção da moradia rural no Brasil o seguinte caminho:

La base de toda programación futura en vivienda rural en el Brasil debe ser el conocimiento de la técnica vernácula de la construcción de casas y de las normas de vida de los campesinos, la experimentación y el mejoramiento de esas técnicas y la educación de las familias para el mejor uso y conservación de sus albergues" (BORDA, 1963, p. 08).

A forma de propor habitação, em determinado tempo histórico, é vinculada ao discurso predominante da época. Apesar de possibilidades testadas e escritas, como as apresentadas por Borda (1963), ainda predomina no Brasil um modelo de construção baseado no controle social. É exemplar que, nas atuais formas de construir, ainda prevalece o incentivo à moradia privada, individual, de alvenaria mista, com padrão arquitetônico igual ou muito semelhante de norte a sul do país e normalmente desvinculada dos contextos climáticos e sociais em que a moradia está inserida.

Apesar de seu caráter público, morar é também experiência individual. Nessa perspectiva, Juhani Pallasmaa, em seu livro "Habitar", traz diversos aspectos simbólicos sobre o lar e nos diz que "o ato de habitar é o modo básico de alguém se relacionar com o mundo", fundamenta-se em uma dualidade onde habitante e espaço se acomodam entre si, convertendo o lugar em uma extensão do ser, seja no âmbito físico ou mental (PALLASMAA, 1995, p. 07).

Habitar é, ao mesmo tempo, um evento e uma qualidade mental e experimental e um cenário funcional, material e técnico. A noção de lar se estende muito além de sua essência e seus limites físicos. Além dos aspectos práticos de residir, o ato de habitar é também um ato simbólico que, imperceptivelmente, organiza todo o mundo de seu habitante. Não apenas nossos corpos e necessidades físicas, mas também nossas mentes, memórias, sonhos e desejos devem ser acomodados e habitados. Habitar é parte de nosso próprio ser, de nossa identidade:

O lar não é um simples objeto ou um edifício, mas uma condição complexa e difusa, que integra memórias e imagens, desejos e medos, o passado e o presente. Um lar também é um conjunto de rituais, ritmos pessoais e rotinas do dia a dia. Não pode se constituir em um instante, pois possui uma dimensão temporal e uma continuidade, sendo um produto gradual da adaptação da família e do indivíduo ao mundo. (PALLASMAA, 1995, p.18).

O depoimento colhido na elaboração da dissertação de Mayan Maharishi nos apresenta diferentes olhares sobre casas novas e casas antigas. Nosso conforto está relacionado com a forma que vemos o mundo:

Nessa nova construção de casa às vezes, eu que tô dizendo, é o novo que eles falam né, antes era pedra, hoje é cimento que é comprado, fica um piso que fala que é fácil pra limpar, mas quebra tudo. Hoje quebra tudo, estora tudo, banheiro com box, **modernizou tudo, mas maioria das vezes prendeu nós dentro de casa pra ficar limpando o dia inteiro**, e a tabatinga o piso, cê faz uma vassoura de coco passa tá limpinho, num tem aquele gasto financeiro de comprar produtos, uma construção moderna traz tudo lá do fundo, e a casa de chão não, boas práticas, natural também...né(risada)....**Eles falam que é conforto, toda casa tem conforto, depende de ser ter um colchão, uma higiene pessoal boa, uma alimentação adequada, um teto sem goteira, que já morei e foi horrível e um banheiro é bom também.** (MAHASRISHI, 2018, p.18 – **grifos nossos**).

No meio rural, a casa também responde por questões econômicas e produtivas da família. Diferente da maioria dos espaços urbanos, que separam o local de casa e trabalho, as casas rurais normalmente congregam espaços para beneficiamento do alimento consumido pelos familiares e de geração de renda. Aqui cabe citar todos os espaços no chamado peridomicílio ou entorno: fornos, quintais, hortas, roçados, instalações para secar e armazenar os alimentos, currais, fogões à lenha (internos ou externos à casa, vai depender da região e do clima), salas de costura, tanques ou estufas. Para exemplificar, no Vale do Jequitinhonha e Rio Pardo, existem tradicionalmente feiras (algumas que ultrapassam milhares de pessoas durante o dia), onde são vendidos diversos alimentos *in natura* ou processados, quitandas, artesanatos, flores, entre outros.

Outro aspecto interessante sobre a casa está no texto de Yara de Cássia Alves, intitulado “As mães que enraízam e o mundo que gira: criação e movimento no Vale do Jequitinhonha/MG”, em que as mulheres de quatro comunidades quilombolas de Minas Novas nos apontam para outra função da casa: “ser uma casa raiz”. Para elas, uma das tarefas principais das mães é ensinar os filhos a ir para o mundo e retornar para casa, fato que vincula essas vivências ao caráter e índole ensinados a eles pela família. Pelo fato de normalmente serem as mulheres que saem de casa para morar com o companheiro, às vezes na casa da sogra, o que faz com que elas consigam “enraizar” a casa são os filhos. Estes promovem o divertimento das mães, que nesse contexto está ligado às ocupações diárias (ALVES, 2017):

[...] pois com filhos a mãe nunca fica parada, ela tá sempre com a ideia ocupada. Para D. Bárbara não faltou divertimento, teve oito filhos e todos os partos foram realizados em casa. De parto em parto, ela se tornava mais forte e sua casa ia se enraizando. Ela crescia em cômodos, plantas e criações. Como mulher forte, que passou pela

experiência do parto, passou a ser reconhecida como alguém que merecia respeito, alguém cujos desejos e escolhas iam nortear seu espaço doméstico. No segundo filho, ela pediu para que o marido construísse um forno de assar, onde passou a fazer seus pães, bolos e biscoitos sem precisar de usar o forno da sogra. Ela o construiu como o forno de sua mãe, do jeitinho do seu povo. **Ao criar os filhos, ela ia fazendo de sua casa seu espelho, a sua cara.** Se antes estranhava cada cômodo, agora tratava de adorná-los do seu modo. (ALVES, 2017, p. 199- **grifos nossos**).

A casa também diz diretamente sobre nossa saúde e como enfatiza o ditado popular: “casa que não entra sol entra médico”. Moradias que não comportam todas as necessidades básicas da família moradora, que está em área de risco, com poluição sonora, muito quentes ou muito frias, escuras, úmidas, com pouca ventilação ou mofadas são ameaças constantes à saúde humana. Ligam-se a elas doenças respiratórias, tuberculose, quadros depressivos, insônia, chagas, quedas, fraturas, entre outras.

Casas construídas no meio rural, porém descontextualizadas, podem também ocasionar desestruturação dos modos de vida comunitários tradicionais, a exemplo de aldeias e quilombos. O isolamento social forçado pela distância geográfica pode ocasionar situações de medo, maior facilidade de intimidação e cooptação por parte das oligarquias ou grandes projetos quando do interesse destes no território, dificuldade de trocas sociais (seja com o cuidado das crianças, participação em reuniões, informes, alimentação) e maior consumo de materiais de trabalho (a exemplo das máquinas agrícolas, que poderiam ser compradas em conjunto, já que são de alto valor agregado e seu uso é esporádico).

CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO, MODELO ENERGÉTICO E DIREITOS HUMANOS

No capítulo anterior, ao abordar historicamente os percursos que influenciaram a habitação rural no Brasil, vimos que, na década de 1930, enquanto Estado Brasileiro, escolhemos construir uma sociedade urbana/industrial nas décadas seguintes. Neste capítulo, vemos que esse objetivo estava alinhado politicamente ao discurso norte americano, em especial dos Estados Unidos, de onde, desde meados dos anos 1920, fala-se sobre “desenvolvimento” aos moldes norte-americanos. Harry Truman, em 1949, ao tomar posse em seu segundo mandato, afirmou em seu discurso:

Devemos embarcar em um novo programa que disponibilize os benefícios de nossos avanços científicos e nosso progresso industrial para a melhoria e o crescimento das regiões subdesenvolvidas. Mais da metade da população mundial está vivendo em condições que se aproximam da miséria. Sua alimentação é inadequada. Elas são vítimas de doenças. Sua vida econômica é primitiva e estancada. Sua pobreza é um lastro e uma ameaça tanto para eles mesmos quanto para as regiões mais prósperas. [...] Com a cooperação das empresas, do capital privado, da agricultura e da mão de obra deste país, este programa pode aumentar a atividade industrial em outras nações e melhorar substancialmente seus padrões de vida. [...] o que vislumbramos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma relação limpa e democrática. (TRUMAN, 1949 *apud* ACOSTA, 2019, p.52 - grifos nossos).

A partir dos “nobres” princípios estado-unidenses, que gentilmente ofereciam seus avanços científicos para outras partes do mundo, foram firmadas bases conceituais desenvolvimentistas que se tornaram uma agenda comum de muitos países chamados pelo então presidente de “regiões subdesenvolvidas”. Acosta (2019, p. 54) relata que foram criados “planos, programas, projetos, teorias, metodologias e manuais de desenvolvimento, bancos especializados em financiar o desenvolvimento”, bem como capacitações, formações e comunicações diversas. Ações militares diversas (inclusive ditaduras), empréstimos vultosos junto ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) também foram justificados para este propósito. (ACOSTA, 2019, p. 54/55).

Para dar suporte a essas ações, foram transformadas as bases produtivas do setor elétrico tanto na esfera nacional quanto estadual. Enquanto até a primeira metade do século XX, o setor elétrico era em sua maioria de capital privado (nacional ou internacional), atendendo basicamente aos ramos de produção de tecidos, iluminação e mineração¹⁸, na segunda metade

¹⁸ A primeira usina hidrelétrica brasileira iniciou as operações em 1883, no município de Diamantina, na então província de Minas Gerais. Localizada no Ribeirão do Inferno, afluente do rio Jequitinhonha, a usina possuía duas máquinas de corrente contínua (dínamos Gramme), com 4 e 8 HP de potência. A usina de Ribeirão do Inferno foi

passou a ter gradativamente crescente intervenção estatal, marcadas, por exemplo, com a criação do Ministério de Minas e Energia, em 1960, e da Eletrobrás em 1962.

Para citar Minas Gerais, no ano de 1951, quando Juscelino Kubitschek assume o posto de governador, a meta prioritária era promover a modernização e a industrialização¹⁹ do estado, através da ênfase em “dois setores que identificava como pontos básicos de estrangulamento da economia mineira, sintetizando seu programa administrativo com o slogan “Binômio Energia e Transporte”” (CEMIG,2006, p. 23). Na sequência dos fatos, em 1961, a CEMIG, com o apoio e colaboração financeira do Fundo Nacional das Nações Unidas (atual PNUD), lança a demanda para estudo do potencial hidrelétrico do estado de Minas Gerais²⁰. As três empresas de engenharia escolhidas pelo próprio Banco Mundial foram: Montreal Engineering Company e G. E. Crippen and Associates (ambas canadenses) e a Gibbs and Hill (norte-americana). Juntas, formaram o consórcio Canambra Engineering Consultants Limited (CEMIG, 2006, p. 34).

É possível observar que as ações descritas acima estão alinhadas com os projetos políticos da ditadura militar. Durante os anos de 1970, foram construídos vários megaempreendimentos, em diferentes regiões do Brasil, tais como Itaipu (região Sul) e Tucuruí (região Norte). Na década de 1980, diante do endividamento do país, com crises econômicas e financeiras, o setor elétrico nacional passa por redução de gastos operacionais e administrativos, adaptando-se à diminuição de investimentos e das taxas de remuneração (CEMIG, 2006, p. 43). Diante desse cenário, na década de 1990, as escolhas políticas baseadas nas recomendações do Consenso de Washington foram as privatizações em massa:

A reorganização do setor elétrico na década de 1990 e a construção de novas usinas ao longo da década de 1990, o governo federal adotou um conjunto de medidas legislativas e executivas que **alteraram profundamente o modelo tradicional de organização do setor elétrico**. A reestruturação do setor compreendeu a privatização

instalada com finalidade de movimentar duas bombas de desmonte hidráulico de terreno diamantífero. Sua energia era levada até as bombas que extraíam o cascalho da mina por uma linha de transmissão com dois quilômetros de extensão (CEMIG, 2006, p.16).

¹⁹ A CEMIG assegurou a expansão da oferta de energia para grandes empresas que instalaram ou ampliaram suas plantas industriais no estado. Em 1962, a companhia atendia 1.800 consumidores industriais que absorviam mais de 80% de sua produção de energia elétrica. Entre os principais consumidores industriais, figuravam a Mannesmann (tubos de aço), a Belgo Mineira (laminados de aço), a Alumínio de Minas Gerais – Aluminas (alumínio e ferroligas), a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas (chapas de aço), a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (ferroligas), a Usinas Queiroz Júnior (laminados de aço) e as companhias de cimento Barroso, Itaú e Cauê (CEMIG, 2006, p.34).

²⁰ Este estudo, por recomendação do Banco Mundial, foi estendido posteriormente para toda a região sudeste e sul. Nas outras regiões do Brasil, foram realizados pela Eletrobrás.

de numerosas concessionárias federais e estaduais, a liberalização do mercado para a entrada do capital privado em novos empreendimentos de geração, a separação das atividades de geração, transmissão e distribuição e a reformulação das entidades especializadas nas funções de regulação, planejamento da expansão e coordenação da operação dos sistemas elétricos brasileiros (CEMIG, 2006, p. 44 – **grifos nossos**).

Ainda de acordo com a CEMIG (2006), mais da metade do mercado nacional de distribuição de energia, ao final do ano de 1998, já estava sob o controle da iniciativa privada, com participação expressiva de grupos norte-americanos e europeus.

Nas edições da Revista P&D da CEMIG (2005 até 2018), podemos ter um bom panorama de quais são os posicionamentos da empresa²¹, bem como perceber quais suas principais linhas de pesquisa. Em leitura breve, é possível identificar que os temas publicados durante os anos, em sua maioria falam sobre a produção de energia no contexto empresarial, enfatizando crescimento, energias renováveis e lucro. Enfatiza as divisões dos setores em geração, transmissão e distribuição e perpassam sobre temas de tecnologia, inovação, softwares, modernização em geral, novas fontes (gases de carbonização, energia eólica, solar, etc), sustentabilidade (premiações e obtenção de selos a exemplo do *Dow Jones Sustentabilidade*) aumento de lucratividade e redução de gastos²². Na seção denominada meio ambiente, também são citadas diversas pesquisas, dentre elas: transposição de peixes (em mais de uma edição); a erosão do entorno dos reservatórios; assoreamento das represas; campanhas contra incêndios; entre outros. Em algumas edições (a exemplo da 2014) essa seção não existe.

Ao que pode ser percebido, as ações realizadas pela CEMIG têm um direcionamento federal. Logo, se lermos o que foi publicado por esta empresa, temos um panorama do que os órgãos governamentais federais estão aprovando enquanto marco regulatório no país. Possivelmente, se estudarmos o marco do setor elétrico brasileiro, teremos um panorama de como funciona o setor energético brasileiro como um todo: baseado em

²¹ Todas as edições da revista P&D, desde o ano de 2005 ao ano de 2018, podem ser consultadas no seguinte endereço eletrônico: http://www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/inovacao/Paginas/default.aspx. Acesso em: maio de 2020.

²² Como um dos temas principais desta dissertação perpassa pelas questões de moradia, chamou a atenção uma reportagem na edição P&D 2007, na qual é citado o projeto “Abordagem Integrada da Eficiência Energética e Energias Renováveis”. Um dos subprojetos é uma habitação eficiente construída com intermédio do Laboratório de Arquitetura Bioclimática da UFMG. Foi projeto premiado na I Bienal de Arquitetura Bioclimática José Miguel Aroztegui e se enquadra nos princípios da boa arquitetura: orientação solar e aos ventos; ventilação interna cruzada; iluminação natural integrada à artificial; desempenho térmico dos materiais de construção; energia solar para iluminação e aquecimento de água. A reflexão é: se já existem projetos de moradia adequada, por que não são implantados nos reassentamentos?

orientações e interesses internacionais, buscando altas taxas de lucratividade e sempre amparado pelo discurso do desenvolvimento, principalmente o tecnológico e o econômico.

2.1 Processo histórico dos direitos humanos

Ao longo dos séculos, as palavras recorrentes nos discursos políticos giram em torno de ordem, progresso, desenvolvimento, modernização e tecnologia. São raros, para não dizer inexistentes, os documentos que se encontram as palavras: pessoas; famílias; comunidades; habitantes; moradores. Como ficam e para onde vão as pessoas que moram nesses territórios tão valorizados por seus recursos naturais e que são atingidas pela construção de megaempreendimentos? Aqui entra o debate sobre os direitos humanos.

Quando de antemão buscamos o percurso histórico dos direitos humanos, perpassamos por literaturas que retomam suas fases. No livro “Arquitetura e Política: ensaios para mundos alternativos”, de Josep Maria Montaner e Zaida Muxí, a primeira fase é descrita da seguinte forma:

Na primeira, do Iluminismo até o século XIX, tratou-se de estabelecer os direitos do indivíduo para contrabalançar o poder totalizador do Estado-nação. Na França revolucionária e pós-revolucionária, promulgaram-se o direito à intimidade (1791), o direito à propriedade (1807) e outros direitos básicos que tinham a ver com a classe burguesa emergente. No entanto, **a pretendida universalidade inicial dos direitos da Revolução era parcial**, pois era de aplicação para o sexo masculino, e as mulheres tiveram de lutar e reclamar para conseguirem cada um desses direitos (MONTANER e MUXÍ, 2014, p. 212 – **grifos nossos**).

Ou seja, esses direitos não tinham a pretensão de serem acessíveis a todas as pessoas. Os sujeitos de direitos perante o Estado é o “homem”, preferencialmente de origem nobre e/ou detentor de meios de produção. Ainda de acordo com Montaner e Muxí (2014), a segunda fase é debatida no decorrer do século XIX, época em que se estrutura uma sociedade de classes. Ocorrem desapropriações de grandes conjuntos religiosos para se transformarem em espaços ou edifícios públicos. Uma ideia incipiente de bem-estar social, cobrada ao Estado (ainda que timidamente) e aprimorada ao longo do século XX também pode ser acompanhada com a lei pioneira do Direito à Moradia na República de Weimar, de 1918, que “declarava o ‘direito a um alojamento salubre’ para todo cidadão alemão.”

A terceira fase, que culminou com a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, foi consolidada quando “a social-democracia centro-europeia do período entreguerras consolidou-se após a II Guerra Mundial por meio de políticas de bem-estar que conseguiram

conciliar a democracia com a regulação da economia de mercado. ” (MONTANER e MUXÌ, 2014, p. 213). A partir de então, as obrigações referentes à garantia dos direitos humanos passam a ser universais, contemplando grupos sociais até então marginalizados ou invisíveis, como as mulheres e as crianças, cabendo à ONU velar para que cada país as cumpra. Sabemos que tais direitos ainda não são garantidos em sua totalidade, haja vista que são acessados por etapas e setores através de muita luta social e são violados em inúmeras situações.

Deve-se considerar que os direitos humanos são inseparáveis, ou seja, não se pode levar em consideração um sem os demais. E como os Estados não os garantem em totalidade e em certos momentos retiram os que já foram conquistados, cabe à sociedade civil organizada cobrá-los incansavelmente, através de denúncias de formas variadas, por intermédio da ação de grupos sociais (principalmente com demandas sociais e ambientais) que passam, historicamente, a se organizar enquanto movimentos sociais de caráter local, nacional ou internacional.

De acordo com professora Maria da Glória Gohn (2011), socióloga e cientista política na Unicamp, os movimentos sociais podem ter caráter de escala local até internacional, realizam diagnósticos sobre determinada realidade e pautam propostas para inclusão social. Atuam em redes e muitos prezam pelas ações de caráter formativo e sentimento de pertencimento social.

Definições já clássicas sobre os movimentos sociais citam como suas características básicas o seguinte: **possuem identidade, têm opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade.** Historicamente, observase que têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência. Não são só reativos, movidos apenas pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão); podem surgir e desenvolver-se também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência. Na atualidade, apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática. [...]. Finalmente, os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais. (GOHN, 2011, p.3 37 - **grifos nossos**).

Tanto no Brasil quanto nos outros países da América Latina, são históricas as resistências, e mais recentemente, entre os anos 1970 e 1980, movimentos sociais populares se articulavam em oposição aos regimes militares e estes contribuíram decisivamente “via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988. ” (GOHN, 2011, p. 342).

2.2 Onde os direitos humanos se encontram com os atingidos por barragens

No que tange à construção de barragens no Brasil, nessas décadas citadas e com caráter nacional a partir de 1992 – quando da realização do I Congresso Nacional de Atingidos por Barragens, consolidou-se gradativamente um movimento social de caráter popular, caracterizado pelo sociólogo Dirceu Benincá como um movimento que:

Propõe mudanças da matriz energética; redução do consumo de energia; diminuição do uso de combustíveis fósseis, enquanto estes não forem substituídos por fontes renováveis mais limpas. [...] **questionam e refutam o modelo econômico dominante**. Ele desempenha uma função socio-política relevante, ao reunir e empoderar grupos e segmentos historicamente invisibilizados e excluídos. Também fortalece a consciência sobre os direitos ambientais na medida em que, por um lado, combate a tendência hegemônica que trata a água e a energia como mercadorias e, por outro, empunha desde sua origem a bandeira que reivindica "água para a vida não para a morte". (BENINCÁ, 2011, p. 08 - **grifos nossos**).

Compõem o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) sujeitos do campo e da cidade, trabalhadores de diversas gerações, etnias e ramos de atividades. Mobilizam-se quando da construção ou ameaça de criação de barragens de diversos tipos, sejam elas hidrelétricas, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), dessedentação e, mais atualmente, as de rejeito de mineração. Participam mulheres e homens de qualquer faixa etária que buscam uma organização nacional, porém com características regionais (BENINCÁ, 2011, p. 29). Apontam para a necessidade de projetos que contribuam para uma transição energética de caráter popular, visto que o modelo energético tal como está organizado atualmente traduz um *modus operandi* que atende aos interesses do capital. O MAB se posiciona de forma crítica e constrói historicamente uma defesa política em torno do conceito de atingido e atingida. As referências aos impactos sociais e ambientais utilizadas por esses grandes projetos de desenvolvimento (seja pelo Estado ou pelo capital privado) geralmente são estrategicamente reduzidas, evitando ao máximo o reconhecimento de direitos humanos. Portanto, as menções às pessoas e comunidades, quando são realizadas, perpassam por nomenclaturas que tendem a “suavizar” a realidade desses sujeitos.

Ademais, endossam perspectivas apenas patrimonialistas e hídricas. A concepção patrimonialista vincula atingido com proprietário, o que restringe o número de famílias ou municípios atingidos, desconsidera “elementos como o modo de vida, a posse efetivamente exercida e a existência de benfeitorias (em regra ligadas às condições de (re) produção da existência alicerçados na produção familiar e camponesa, diversidade cultural, etc.)” (RIBEIRO e MORAES, 2018, p.1063). Na concepção patrimonialista, não se consideram como atingidos

aqueles que vivem fora da área de abrangência direta da obra, nem aqueles que não têm a propriedade da terra. A segunda concepção é a hídrica, que passa a considerar atingido como aquele com bens e propriedades em área circunscrita espacialmente para ser alagada/inundada, mesmo sem um título de domínio. Essa concepção também não é considerada abrangente o suficiente, pois desconsidera, por exemplo, as consequências à jusante de uma hidrelétrica ou um rompimento de lama tóxica. Portanto, pressupõe-se que o impacto pode ser circunscrito a uma determinada classe e a um determinado local, independente da história agrária regional.

Por fim, o que é apontado como caminho é que seja incorporado ao conceito de atingido toda a dimensão de “complexo processo de mudança social perpetrado pelo empreendimento”, assim como descreve Ribeiro e Moraes:

Defendemos que não é possível compreender o MAB sem esse duplo movimento, que pode dar visibilidade, por um lado, à uma dimensão mais global e internacional da sua atuação frente aos processos de expropriação e lutas em matéria de água e energia num contexto de acumulação ampliada de capital e, por outro, permitir a compreensão das lutas dos camponeses, quilombolas, indígenas, ribeirinhos que, preservando sua identidade étnica, cultural ou territorial se reconhecem também como atingidos dado o grau de intervenção e violação de direitos que ocorrem no processo de construção das barragens em todo o Brasil. Não há, aqui, nenhuma essencialização possível, pois classe e identidade decorrem de um fazer, de um processo de organização, resistência e luta (RIBEIRO e MORAES, 2018, p. 1068).

A privatização do setor elétrico nacional citada anteriormente e as leis que se referem à produção, distribuição e comercialização de energia enfatizam o mercado da energia e a obtenção de lucros dos acionistas em detrimento das pessoas atingidas pelo empreendimento. Somente as incidências dos movimentos sociais permitem que os direitos humanos básicos sejam trazidos e debatidos, bem como as violências sejam denunciadas e cheguem ao conhecimento da sociedade em geral, construindo processos, articulações e referências para que os direitos possam estar também amparados por legislações nacional e estadual.

Dessa forma, a Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (ANAB) entende que não é possível atingir uma situação ideal em relação aos Direitos Humanos dentro de uma sociedade capitalista, que se baseia principalmente na obtenção de lucro:

[...] a situação social e histórica em que vivemos, na qual o acesso aos bens que os direitos prometem é **desigual**, mostra que a promessa feita pelas classes dominantes através das Declarações de Direitos Humanos, a promessa de igualdade e universalidade é **falsa**. (ANAB, 2013 p. 14 - **grifos nossos**).

Partindo de um pressuposto de igualdade que é falso, é necessário se amparar juridicamente para pautar frente ao Estado que as convenções internacionais e a constituição

nacional sejam seguidas e cumpridas. Dentre várias formas de incidência política, a principal delas é a construção e aprovação de uma política nacional que garanta os direitos das populações atingidas por barragens e de um marco legal no setor elétrico (em todas as etapas) que leve em consideração e garanta a vida dos atingidos por barragens.

O debate acerca da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens PNAB e das Políticas Estaduais dos Atingidos por Barragens PEABs, foram enfatizadas a partir das denúncias feitas à ONU pelas populações atingidas (principalmente a partir de 2005). Em 2010, foi montada uma comissão no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH para investigar essas denúncias²³ e, após quatro anos de longos e aprofundados estudos, concluiu-se que há um padrão de violação dos direitos humanos dos atingidos. Os principais fatores causadores de violações de direitos na implantação de barragens são: (1) a precariedade e insuficiência dos estudos ambientais realizados pelos governos federal e estaduais e (2) a definição restritiva e limitada do conceito de atingido adotada pelas empresas. (CDDPH, 2010, p.14).

Atualmente, no Brasil, existem aproximadamente 24 mil barragens construídas e mais de um milhão de pessoas deslocadas. Não há legislação vigente que garanta os direitos básicos a toda essa população atingida. Em debate promovido e transmitido em ambiente virtual²⁴ dia 26 de maio de 2020, denominado “A luta dos atingidos por barragens”, o deputado federal Rogério Correia apresentou um panorama geral das leis nacionais que alteram a legislação de barragens. São quatro principais, dentre elas a PNAB, que estão em tramitação na Câmara ou aguardando a apreciação do Senado, apresentadas no Quadro 02:

²³ A comissão recebeu denúncias de violação de direitos humanos em 74 barragens e selecionou sete casos para acompanhamento, contemplando as cinco regiões do país: Açude Acauã (PB); UHE Aimorés e PCH's Emboque e Fumaça (MG); UHE's Cana Brava (GO); Foz do Chapecó (RS/SC) e Tucuruí (PA). Os casos contemplaram obras em fase de licenciamento, em implantação e em operação, e todas as regiões do país: sul, sudeste, centro-oeste, norte e nordeste. Além disso, englobaram pequenas centrais hidrelétricas (PCH's) e grandes barragens para captação de água (açudes) e produção de energia elétrica (UHE). Entre 2006 e 2010, a comissão especial realizou visitas e audiências públicas às regiões, colheu depoimentos e requisitou documentos aos atingidos, órgãos públicos e empresas (ANAB, p. 29).

²⁴ Durante o período recomendado de isolamento social, as *lives* tomaram grandes proporções como espaço de debates, encontros, reuniões e afins. O debate virtual anteriormente citado contou com a presença da Tchénia Maso, coordenadora nacional do MAB e doutoranda da Universidade Federal do Paraná - UFPR; da professora Dra. Dulce Maria Pereira, da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP e do Deputado Federal Rogério Correia. O evento foi mediado por Leonardo Fernandes.

Quadro 2 – Panorama geral das leis a favor dos atingidos

Projeto de Lei	Nova Ementa	Situação
PL 550/2019	Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração).	Aguardando apreciação pelo Senado Federal
PL 2788/2019	Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal
PL 2787/2019	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para tipificar o crime de ecocídio e a conduta delitiva do responsável por desastre relativo a rompimento de barragem e dá outras providências.	Em tramitação na Câmara
PL 2790/2019	Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; entre outras providencias.	Em tramitação na Câmara

Fonte: ELABORADA POR GESSICA STEFFENS/2019.

De acordo com a doutoranda em direito na UFPR e integrante do coletivo de direitos humanos do MAB, Tchenna Maso, para além da competência federal no que se refere às barragens e hidrelétricas, tem-se a responsabilidade dos estados e, portanto, a luta para

consolidação das PEABs. Nos estados de Minas Gerais, Pará, Ceará, Paraná, Bahia, Rio de Janeiro e Santa Catarina, há tramitação dessas políticas estaduais. O Rio Grande do Sul era o único estado que tinha por meio do decreto estadual nº 51.595/2014 um marco legal que instituiu a Política de Desenvolvimento de Regiões Afetadas por Empreendimentos Hidrelétricos e a Política Estadual dos Atingidos por Empreendimentos Hidrelétricos no Estado do Rio Grande do Sul. Esse decreto foi revogado em novembro de 2019 pelo governador Eduardo Leite, do PSDB.

No que tange a aparatos legais, pode-se citar ainda o decreto nacional nº 7.342/2010, que trata do cadastro socioeconômico da população atingida e, em 2012, através de regulamentação de Comissão Interministerial, privatizou o cadastramento dos atingidos (ANAB, 2013, p.14), que até então era responsabilidade das concessionárias, tornando esses dados alvos de especulações, leis do mercado e até mesmo manipulação.

O fato de não ter um marco legal definido torna mais difícil a proteção das populações atingidas, visto que não se tem claro quem são elas e quais os direitos e reparações que possuem. A decisão do juiz precisa estar fundamentada em uma previsão legal que tenha parâmetros e estes para serem criados necessitam de assessoria técnica e realização de estudos. Da forma como se encontra atualmente, os crimes julgados são tratados como casos de responsabilidade civil comum (como conflitos do cotidiano que precisam de nexo de causalidade, a exemplo de uma batida de carro), e isso não abrange a complexidade da violação de direitos sofrida pelas populações atingidas. A importância da PNAB também está na sua dimensão de compilação e sistematização de direitos (por exemplo, moradia, saúde, educação) que estão pulverizados em diversas leis, mas que nestes casos não podem ser vistos separadamente, nem ficar à margem da interpretação dos magistrados, que por vezes não possuem sequer conhecimento sobre a dimensão desses conflitos.

Outra situação apontada pelo movimento é que a ausência de uma lei específica resulta na diferenciação das indenizações pagas pelas mesmas empresas em diferentes territórios. Os acordos são em maior ou menor favor aos atingidos dependendo do tanto de pressão popular exercida e do momento histórico vivido. Podem-se citar os casos das indenizações pagas pela empresa Tractebel quando da construção da usina de Itá / SC, finalizada no ano 2000 e a usina de Jirau/RO finalizada em 2013. No primeiro caso, houve luta social de massa e os reassentamentos contaram com possibilidade de escolha da terra, os filhos com mais de 18 anos também tiveram direito à terra própria, o dinheiro referente à construção das casas foi repassado para a associação dos atingidos que puderam autoconstruir suas moradias e ter assistência técnica para tal. Também foi garantido acompanhamento para

reinserção produtiva destes agricultores. A mesma empresa, passada uma década dos reassentamentos de Itá, não procedeu da mesma forma em Rondônia, onde os reassentamentos não garantem o mínimo de participação social nem de assistência técnica, os reassentados não escolheram a terra e não puderam opinar no projeto arquitetônico das residências.

Comparando as indenizações entre os casos de rompimento em Mariana e em Brumadinho, também se percebem diferenças nas indenizações de acordo com o grau de mobilização social. Em Mariana, o cadastramento das famílias atingidas foi por núcleo familiar, reproduzindo a ideia de que o homem é o “chefe da família” e que a renda da mulher seria um adicional. Em Brumadinho, as mulheres acessaram o cartão emergencial individualmente e com o mesmo valor que os homens. Outra diferença chave é a questão da assessoria técnica independente que, no caso da Bacia do Rio Doce, foi direito conquistado mais tarde e ainda não implementado na maioria dos territórios; diferente de Brumadinho, que já está em operação. Importante ressaltar que os processos de assessoria são muito importantes, visto que envolvem o direito à participação nas decisões e a construção da política reparatória.

Com o Estado-nação aos moldes que conhecemos, é possível consolidar estratégias de governo que incluem o povo em sua totalidade e que englobem propostas de reparação históricas para com as populações atingidas? Se sim, quais seriam essas estratégias?

CAPÍTULO 3 - O VALE DO JEQUITINHONHA E A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE SETÚBAL

[...] - Desculpe. Só queria lembrar o fato – disse a terra.

- E os outros não sabem disso? – se admirou Zeca.

- Sabem, mas não o querem saber. O que querem é somente dinheiro. [...] assim, eles ganham dinheiro para poder pagar o luxo que querem ter, especialmente carros, aparelhos eletrônicos, coisas raras e finas. E, aí, necessitam construir represas enormes para ter a energia para poderem usar muitas dessas coisas supérfluas, destroem as terras e as matas, matam os animais, deslocam os caboclos.

-Mas, então, estão destruindo a si mesmos quando destroem a terra – espanta-se o menino que agora compreendeu.

- E tudo por causa do dinheiro – observa a terra.

- E o que o dinheiro poderá fazer se ficar sozinho e não tiver mais gente?

O índio ri:

- Ser varrido pelo vento; pois é só papel!

(PRIMAVESI, 2016, p.107)

Neste capítulo, discorre-se sobre o Vale do Jequitinhonha, expõem-se algumas características da Barragem de Setúbal, apresenta-se o reassentamento Agrovila 2 e explicitam-se as categorias de análise utilizadas na pesquisa.

No tocante à grande região Noroeste de Minas Gerais, são 63 municípios situados total ou parcialmente dentro da bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha. O chamado Vale do Jequitinhonha, assim como toda a América Latina, é marcado por colonização violenta e exploratória desde o início do ciclo do ouro no Brasil. Aires da Mata Machado Filho escreveu em 1909 o livro “O Negro e o Garimpo em Minas Gerais”, que apresenta dados importantes para o entendimento da época. Nas Gerais em 1729, quando a moeda ainda era ouro, Diamantina chamava-se Arraial do Tijuco e reluzia literalmente a diamante perante os olhos da Coroa Portuguesa²⁵. Como os processos de espoliação da época baseavam-se em sistemas escravagistas, foram trazidos forçadamente para o território brasileiro milhões de africanos escravizados, sendo que, em Diamantina, em 1883, já havia mais de 7 mil escravos:

Na efeméride de 6 de janeiro de 1883 (id. Ibid. 1º vol. Pág.19), baseando-se em documentos oficiais, apresenta a população de 311.666 indivíduos, distribuindo-se por municípios. Já Diamantina aparece com 7.510 escravos e o Serro com 4.473. Por esses últimos dados, evidencia-se o contínuo aumento de escravos empregados nas minerações, triplicados em 8 anos, vindos principalmente da vizinha cidade do Serro. **A lei-áurea libertou cerca de 800.000 brasileiros, sendo 230.000 os escravos de Minas Gerais.** (MACHADO FILHO, 1909, p. - **grifos nossos**).

²⁵ Em outra parte do mundo, as máquinas estavam a pleno vapor, a insurgência e a revolução também. A França rebelou-se em 1789, coincidentemente ou não, essa foi a época de plena exploração das Minas Gerais. Sangue escravo também financiou ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, vide processo de independência do Haiti.

É nesse terreno pedregulhoso e exponencialmente rico que se passaram séculos e com eles foram se consolidando novas rotas, que por sua vez consolidavam vilas, cidades, distritos e quilombos. Diversas populações nativas já residiam no Vale do Jequitinhonha, dentre elas os grupos Aranã, Maxacali, Mocurin, Boruns, Pataxó, que lutaram bravamente contra a invasão europeia a ponto de o Governo Português declarar a “Guerra Justa²⁶” contra os indígenas em 1808 (LOPES, 2018, p. 53).

No ano de 1964, o Estado criou a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE), que enquadrava 52 municípios em 1966 e mais 28 emancipações na década de 1990, totalizando 80 municípios integrantes (SOUZA, 2010). De acordo com estudos bibliográficos do pesquisador popular e mestrando no Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas – MPICH, Hugo Renan Celestino, “desde os anos de 1950, a extensão territorial compreendida como Vale do Jequitinhonha foi caracterizada como *locus* da pobreza e da desigualdade” (CELESTINO, 2019, p. 03). Esse cenário justificou os planos de desenvolvimento elaborados pela Codevale e, posteriormente, pela Fundação João Pinheiro (em 2017), que são “fundamentados na logicidade do desenvolvimentismo clássico, em que há uma centralização de todo o processo de idealizar e executar as medidas que visam fortalecer o desenvolvimento da região, sem no entanto, promover o bem-estar da população local” (CELESTINO, 2019, p. 08 e 09).

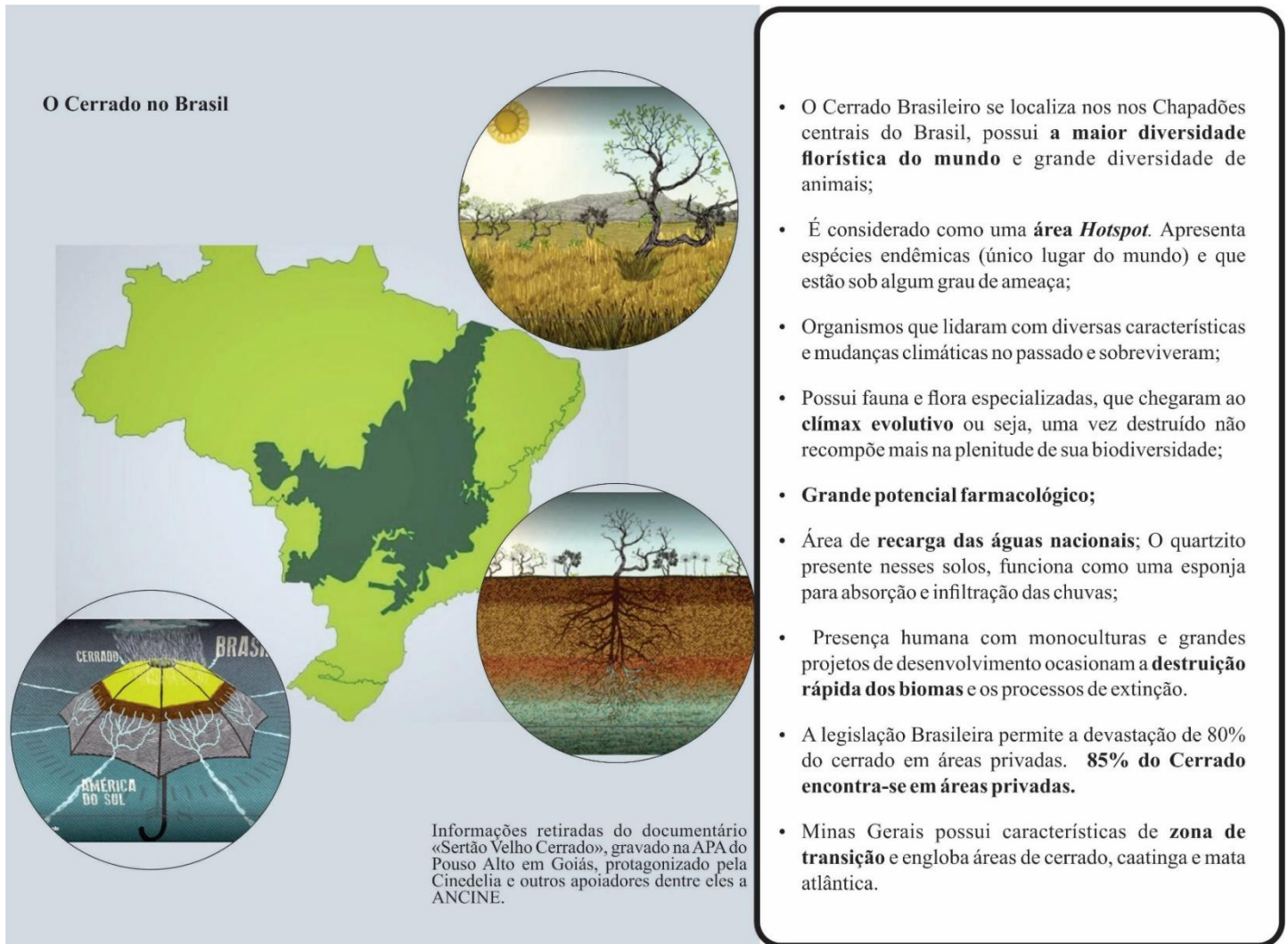
Hoje compreendido em alto, médio e baixo Jequitinhonha, de acordo com dados do IBGE 2010, citados por Souza e Moreira (2017), 36,38% da população reside no campo, 16,85% vivem em situação de extrema pobreza. No tocante a questões climáticas e ambientais, pode-se citar a presença de chuva em dois períodos bem marcados: de novembro a março prevalecem as chuvas e de abril a outubro predominam as secas. Alguns de seus municípios fazem parte do polígono das secas e, assim como todo o semiárido, possui uma grande diversidade de ambientes naturais e grupos humanos.

O Vale do Jequitinhonha abrange área de transição entre três biomas: cerrado, caatinga e mata atlântica, que estão em constantes ameaças ambientais corroboradas pelo discurso desenvolvimentista. O cerrado brasileiro é responsável pela recarga das águas nacionais e está

²⁶ Trecho da Carta Régia – 13 de maio de 1808: [...]contra estes Índios antropofagos uma guerra offensiva que continuareis sempre em todos os annos nas estações seccas e que não terá fim, senão quando tiverdes a felicidade de vos senhorear de suas habitações e de os capacitar da superioridade das minhas reaes armas de maneira tal que movidos do justo terror das mesmas, peçam a paz e sujeitando-se ao doce jugo das leis e promettendo viver em sociedade, possam vir a ser vassallos uteis, como ja o são as immensas variedades de Índios que nestes meus vastos Estados do Brazil se acham aldeados e gozam da felicidade que é consequencia necessaria do estado social [...] (SOARES, 2010 *apud* LOPES,2018).

em constante ameaça pelos diversos ramos do agronegócio. Na Figura 03 são apresentadas algumas das principais características do bioma cerrado.

Figura 3 - Área do Cerrado e suas características



Fonte: DOCUMENTÁRIO SERTÃO VELHO CERRADO, 2014. Adaptado.

Fávero e Monteiro (2014) apontam que o Vale do Jequitinhonha foi considerado local estratégico para construção de hidrelétricas e plantios de monoculturas (principalmente café e eucalipto), tanto que hoje pode ser considerado o maior maciço de eucalipto da América Latina:

Extensas áreas de cerrado foram substituídas por monocultivos de eucalipto, ao ponto de a região ser considerada atualmente **o maior maciço de eucalipto da América Latina**. Empresas receberam terras públicas em regime de comodato; proprietários locais foram pressionados a vender suas terras; e sobretudo, posseiros foram expulsos e/ou empurrados para os vales e grotas. [...] sob a argumentação de **que o Vale tinha**

uma vocação energética, nos anos 1980 foram realizados esforços governamentais para construir usinas hidrelétricas no Rio Jequitinhonha e em seu principal afluente, o Rio Araçuaí. (FÁVERO e MONTEIRO, 2014, p. 11 - **grifos nossos**).

Freire (2001, p. 28) nos diz que essas linhas de atuação desencadearam uma perda enorme de território pelos moradores e ocasionaram desequilíbrios ambientais, pois ao eliminar a vegetação nativa tem-se a redução de nascentes de água, alterações pluviométricas, intensificação do uso do solo e diminuição da diversidade alimentar. O somatório desses fatores dificulta a reprodução e o modo de vida tradicional, intensificando o assalariamento da força de trabalho rural.

A hidrelétrica Presidente Juscelino Kubitschek, também conhecida como Irapé, com 220 metros de altura, que desalojou mais de 1.300 famílias, foi construída em região de transição entre o médio e o baixo Vale. Os moradores locais costumam dizer que “foram encurralados por cima pelo eucalipto e por baixo pela represa de Irapé” (FÁVERO e MONTEIRO, 2014, p.11). Os autores também ressaltam que em meio a esses processos de expropriação aconteceram e acontecem diversos processos de resistência por parte dos moradores e de onde surgem vários movimentos e organizações populares, tais como movimentos sociais, organizações não governamentais, sindicatos, grupos culturais diversos, entre outros. Historicamente, o Vale do Jequitinhonha possui territórios de muita resistência.

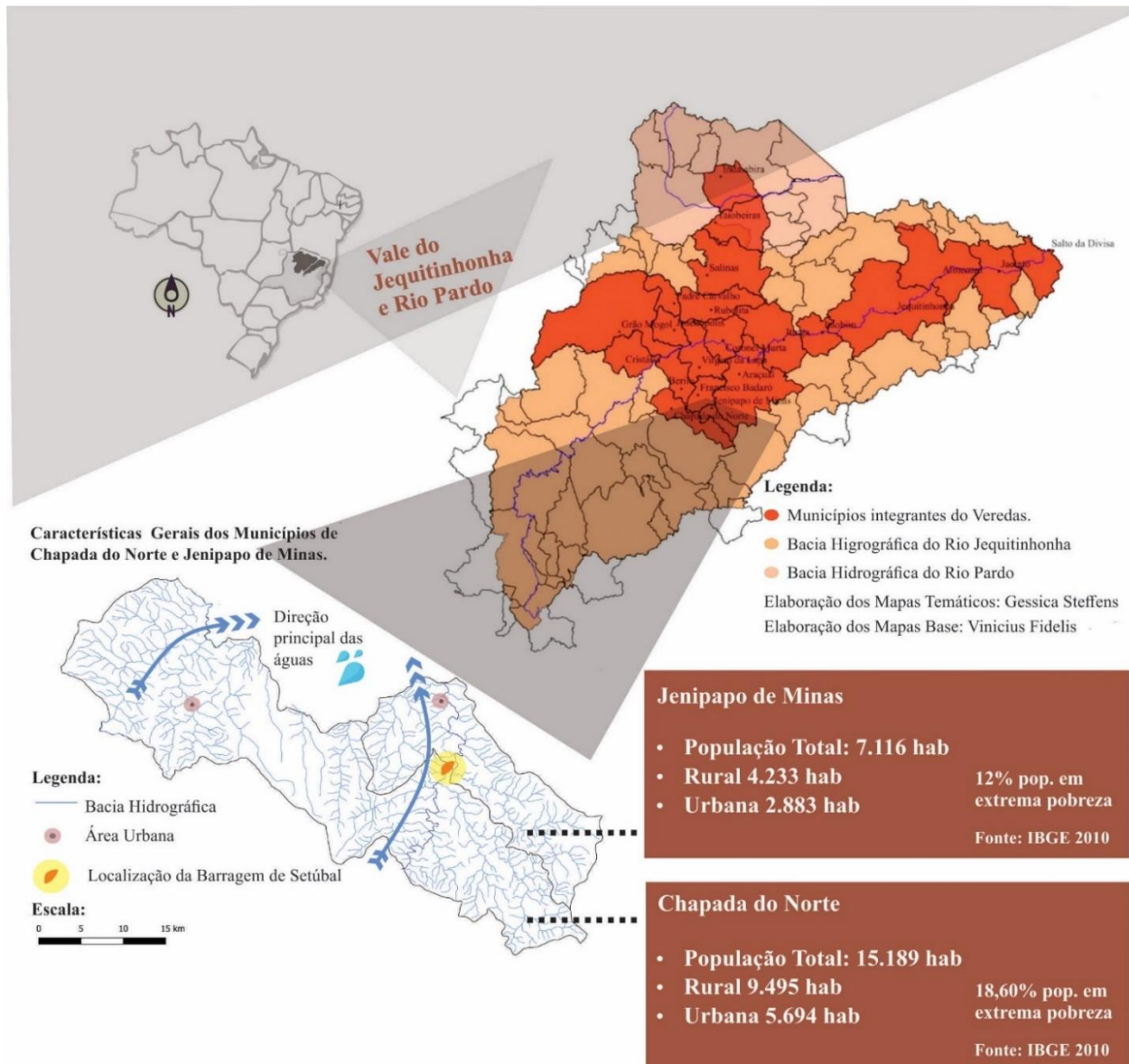
Zucarelli (2006, p. 51), ao trazer os dados elaborados como estudo e inventário da bacia do Rio Jequitinhonha, mostra que foram dezesseis projetos hidrelétricos: onze no Rio Jequitinhonha (Terra Branca, Peixe Cru, Irapé, Murta, Jenipapo, Jequitinhonha, Almenara, Lua Cheia, Salto da Divisa, Itapebi e Itapebi-Mirim) e cinco no Rio Araçuaí (Turmalina, Santa Rita, Berilo, Ivon e Aliança); e quatorze de perenização²⁷ de água.

No contexto da temática e da realidade estudada, analisamos o caso da barragem de Setúbal, seus propósitos e sua realidade, localizada na divisa entre os municípios de Chapada do Norte e Jenipapo de Minas. Primeiramente, a barragem tinha por objetivo a produção de energia elétrica através da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), na década de 1980, porém a obra foi interrompida em 1990 devido aos expressivos impactos negativos.

Tanto Chapada do Norte quanto Jenipapo de Minas possuem população rural maior do que a urbana, assim como a maioria dos municípios do Vale. A Figura 4 apresenta a localização da área de estudo e elenca algumas características dos municípios.

²⁷ Perenização é uma forma de compensar as variações do ciclo hidrológico, armazenar água e distribuir ao longo do rio nos períodos de seca.

Figura 4 – Esquema com características gerais de Chapada do Norte e Jenipapo de Minas



Fonte: DADOS IBGE E MAPAS PRODUZIDOS PELO OBSERVATÓRIO DOS VALES E DO SEMIÁRIDO MINEIRO, 2019. Adaptado.

No entorno de Chapada do Norte e Jenipapo de Minas, o que predomina na paisagem das áreas é a monotonia da monocultura de eucalipto, exemplificada na Figura 5, e em 2015 ocupava uma área de 226.954,02 hectares no Vale do Jequitinhonha (BORGES, LEITE e LEITE, 2018).

Figura 5 Área territorial de Chapada do Norte e entorno com plantações de eucalipto

Área territorial de Chapada do Norte e Entorno _ Plantações de Eucalipto



- No Vale do Jequitinhonha um dos fatores agravantes da escassez hídrica na região é a **monocultura de eucalipto**.
- São milhares de hectares plantados em áreas de recarga hídrica, conhecidas como *Chapadas* e que juntamente com as *Grotas* são parte da dinâmica social, produtiva dos moradores da região;
- Em 2015 foram contabilizadas no Vale do Jequitinhonha, uma área de **226.954,02 hectares de eucalipto**. As cidades com maior concentração da monocultura são: Itamarandiba (53.955 ha); Carbonita (37.973 ha); Minas Novas (33.156 ha) e Diamantina (18.010 ha). (BORGES, LEITE e LEITE, 2018)

Eucalipto plantado em cima de vereda seca



Chapada ocupada por Eucalipto



Produção de carvão



Imagens retiradas do documentário «Por trás da Cortina Verde. Gravado em Turmalina/MG e entorno. Protagonizado pelo Centro de Agroecologia Vicente Nica e apoiadores.

Fonte: ELABORADA POR GESSICA STEFFENS/2019.

O município de Chapada do Norte situa-se a 521 metros de altitude, com área territorial equivalente a 831km². Seus limites territoriais são: Jenipapo de Minas; Francisco Badaró; José Gonçalves de Minas; Leme do Prado; Minas Novas; Novo Cruzeiro e Berilo. A exploração de ouro na região iniciou-se por volta de 1728 e é citado o Rio Capivari como o local em que foram exploradas as minas. Dentre os municípios mineiros, Chapada do Norte é um dos que lidera o percentual de população negra no estado, com uma taxa de 91,1% , conforme dados do IBGE (2010) (SABERES PLURAIS, 2019).

Em janeiro de 2014, o projeto “Quilombos do Vale do Jequitinhonha: Música e Memória” pesquisou e registrou as manifestações culturais nas comunidades quilombolas de quatro municípios: Berilo; Chapada do Norte, Minas Novas e Virgem da Lapa. Nesse projeto enfatizou-se a tradição oral e, a partir disso, foram produzidos diversos materiais, dentre eles 30 vídeos de curta duração, o livro de mesmo nome do projeto (FOGAÇA; SYDOW, 2017) e um grande acervo fotográfico. Em Chapada do Norte, foram acompanhadas as comunidades de: Cruzinha; Cuba; Misericórdia; Moça Santa; Gamela; Gravatá; Córrego Santa Rita; Córrego

do Rocha; Paiol; Poções Porto dos Alves; Ribeirão da Folha; Ribeirão da Cachoeira; Ferreira e Água Suja.

Em dados da Fundação Palmares, em 2016, eram oito as comunidades remanescentes de quilombo certificadas através de autodenominação pela Portaria federal nº 104/2016, aqui listadas: Córrego da Misericórdia; Gravatá; Moça Santa; Poções; Porto dos Alves;; Porto Serrano; Faceira; Córrego do Rocha; e cinco comunidades remanescentes de quilombos com processo de certificação em andamento até a mesma data na Fundação Palmares: Água Suja, Córrego do Buracão, Córrego do Tolda, Ferreira e Samambaia (FOGAÇA; SYDOW, 2017, p. 19).

São eles, os ex-escravos, população negra que minerou, cavou, construiu, plantou, colheu e fez florescer um Vale de riquezas imensuráveis. Em suas costas estão as marcas do trabalho e também a alegria transmutada em festas e celebrações comemoradas por todas as cidades e comunidades. **É deles a força por trás do processamento de todas as riquezas naturais que hoje identificam a região.** Da culinária ao artesanato, da música e dança ao florescimento de municípios que só se desenvolveram, na época do padroado, pelo fortalecimento das irmandades sustentadas pela fé e religiosidade trazidas pelos escravos. (FOGAÇA; SYDOW, 2017, p. 11- **grifos nossos**).

O grupo também entrevistou a Rainha do Congado de Chapada do Norte - Geni Carvalho Soares, da comunidade de Água Suja e hoje residente na área urbana desta cidade. Ao ser questionada sobre comidas típicas, estava citando o angu de milho moído no pilão e trouxe à tona uma problemática que é característica no lugar - a escassez hídrica:

Eu mesma mudei para a cidade por causa da água, porque lá em casa não tinha água. Antes dava bastante milho. Sou mãe de sete filhos, e o que eu podia fazer num lugar sem água com esse tanto de criança? Por isso mudei para a cidade. (FOGAÇA; SYDOW, 2017, p. 27).

Em praticamente todos os relatos são citados os fluxos migratórios, em busca de trabalho, principalmente para São Paulo, seja na capital ou em cidades do interior, no corte de cana, colheita de café ou laranja. É lembrado que atualmente mães e filhos mais velhos também migram na época da safra. Além disso, as pessoas estão precisando ficar mais meses para juntar o dinheiro necessário para passar os meses restantes, tendo às vezes que trabalhar em mais de uma fazenda. Em algumas comunidades, como é o caso de Córrego da Misericórdia, a Festa de Nossa Senhora Aparecida, que era tradicionalmente realizada em outubro, passou a ocorrer quando os migrantes já tenham voltado para a comunidade, às vezes em dezembro ou mesmo em janeiro (FOGAÇA; SYDOW, 2017, p. 148).

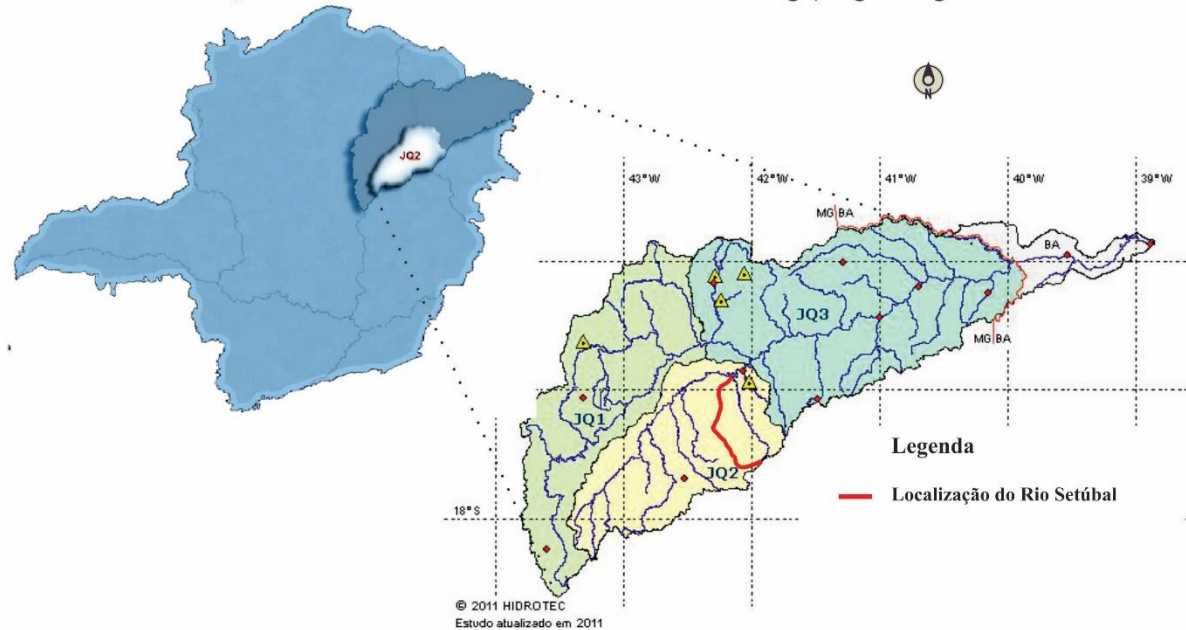
Jenipapo de Minas, por sua vez, possuía em 2010 população de 7.116 habitantes, destes mais de 4 mil vivem em áreas rurais. No que se refere à certificação de comunidades quilombolas, havia até 2016 apenas duas certidões expedidas: Comunidade Lagoa Grande e Vila Silvolândia. Os laudos foram expedidos e elaborados por projeto de extensão vinculado à UFVJM²⁸ em parceria com o INCRA, iniciado em 2011 e denominado “Laudos Antropológicos nas comunidades quilombolas Lagoa Grande, município de Jenipapo de Minas/MG, e Marobá dos Teixeiras, município de Almenara/MG”. Lagoa Grande, por exemplo, é comunidade que abrange 3 municípios em área contínua, são eles: Jenipapo de Minas, Araçuaí e Novo Cruzeiro e duas em áreas descontínuas em Almenara, denominadas Marobá e Feijoal (INCRA, 2018).

O rio Setúbal faz parte da bacia hidrográfica do rio Araçuaí, correspondendo a 18% da bacia, com uma extensão aproximada de 174,74km. Suas nascentes estão situadas, principalmente, na área do município de Novo Cruzeiro/MG, drenando águas nos territórios dos municípios de Setubinha, Novo Cruzeiro, Minas Novas, Jenipapo de Minas, Francisco Badaró, Chapada do Norte e Aracuaí. Na figura 6, encontra-se a bacia do rio Jequitinhonha, bem como sua divisão em Unidades de Planejamentos e Gestão dos Recursos Hídricos. O rio Setúbal se encontra na unidade JQ2.

²⁸ Registrado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC – UFVJM) sob o nº 042.2.036-2011, pelos professores André Mattos e Marivaldo Aparecido de Carvalho.

Figura 6 - Localização da Bacia do Rio Jequitinhonha e UPGRHs

Localização da Bacia do Rio Jequitinhonha e Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos - JQ1, JQ2 e JQ3



Dados: <http://www.atlasedasaguas.ufv.br>.

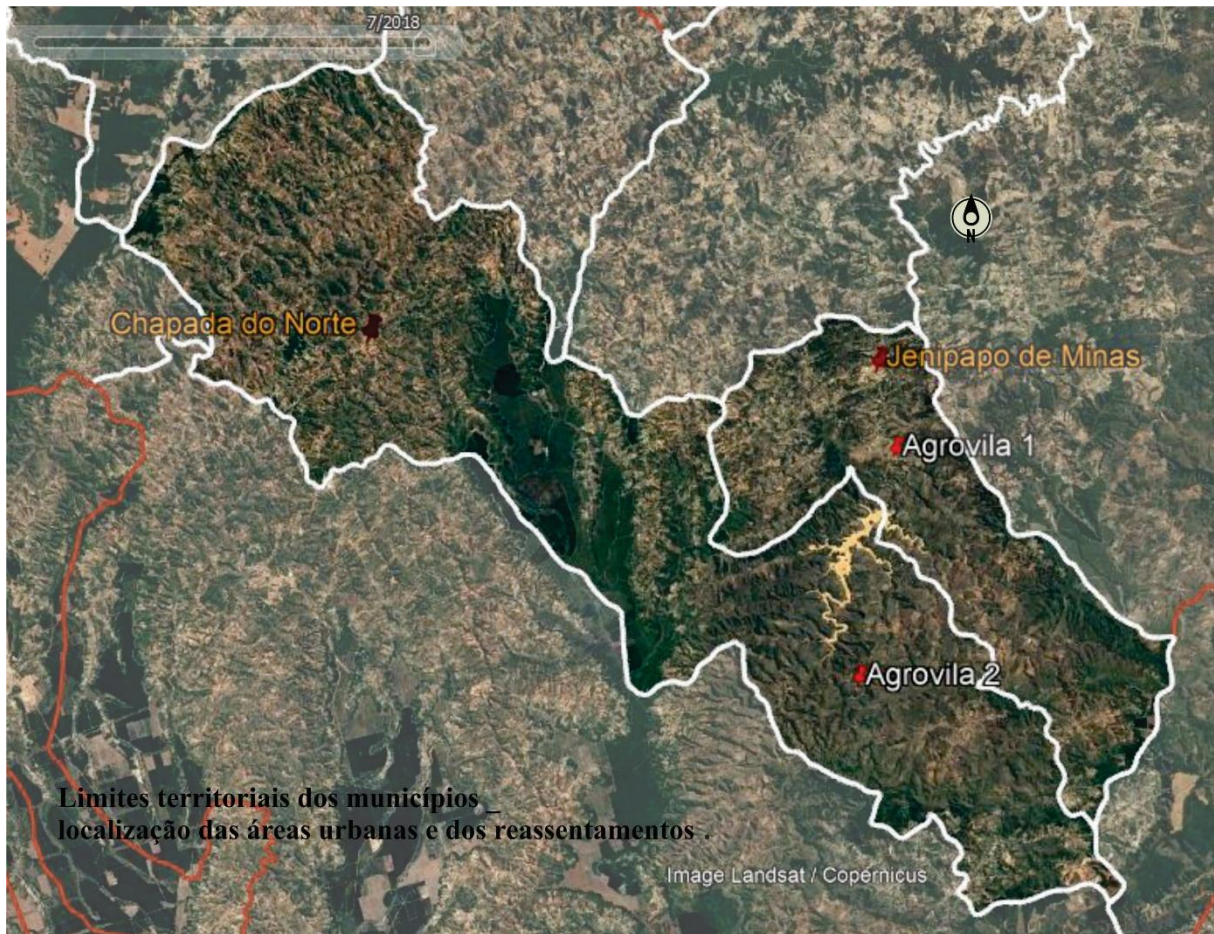
Fonte: ELABORADO POR GESSICA STEFFENS/2020.

3.1 Barragem

A barragem foi instalada na divisa entre os municípios de Chapada do Norte e Jenipapo de Minas. Inundou 980 hectares, deslocou 170 famílias, sendo finalizada em 2009 pela Fundação Rural Mineira Colonização e Desenvolvimento Agrário, conhecida como Ruralminas²⁹. O propósito do empreendimento era servir como depósito de água para manutenção e abastecimento humano e animal da região e também fortalecer o desenvolvimento de atividades econômicas voltadas para a agropecuária e turismo. Na figura 7, é possível encontrar os limites territoriais dos municípios, as áreas urbanas e a localização dos reassentamentos.

²⁹ A Ruralminas, órgão responsável pelo planejamento, gestão, fiscalização e execução de projetos voltados ao meio rural de Minas Gerais, foi extinta no segundo semestre de 2016, com base na Lei 22.293 de 2016. Suas atribuições e competências foram destinadas às seguintes secretarias e empresas: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER/MG) e Departamento Estadual de Telecomunicações (Detel-MG).

Figura 7 - Limites territoriais dos municípios, localização das áreas urbanas e dos reassentamentos



Dados: Google Earth.

Fonte: ELABORADO POR GESSICA STEFFENS – 2020.

Em reportagem do Governo de Minas Gerais, publicada em 2008 e denominada “Ruralminas entrega casas na área da Barragem de Setúbal”, os objetivos para a barragem eram referentes a abastecimento de água para as populações do entorno, perenização do rio e outras atividades econômicas, tais como são citados no seguinte trecho: “Desta vez, a obra será voltada para o uso múltiplo, direcionada à perenização do rio Setúbal e ao **abastecimento humano e animal**. Posteriormente, ainda serão viabilizados projetos de irrigação, piscicultura, lazer e turismo” (GOVERNO DE MINAS GERAIS, 2019, p. 1 - **grifos nossos**).

Na dissertação de Gerson Alves Martins, denominada “A disponibilidade e a qualidade da água na promoção do desenvolvimento socioeconômico no município de Jenipapo de Minas/MG”, vimos mais uma vez que o foco principal dos documentos sobre Setúbal remonta à questão da água. Discorre sobre a importância das barragens de perenização de água, mas cita que seu uso ainda é ínfimo na região. No texto, Martins (2016) aborda que a Assessoria

de Imprensa da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA) realiza denúncias de que estudos de impacto ambiental não foram suficientes e havia questões pendentes até a data de encerramento da pesquisa e defesa da dissertação (2016). Para abastecimento humano, sabe-se, de modo geral, que os municípios de Chapada do Norte, Francisco Badaró e Jenipapo de Minas têm convênio com a COPANOR e que esta abastece os caminhões-pipa para levar água às comunidades rurais na época seca do ano.

Ainda nas leituras da dissertação de Martins (2016), encontramos fotos e depoimentos sobre a qualidade da água e as propostas de irrigação e piscicultura. Além de garantir e aumentar a vazão do rio Setúbal, possibilitando assim melhor acesso à água nos períodos de seca regionais, a barragem foi construída no intuito de criar um polo de agricultura irrigada na região. Todavia, até 2015, não havia registro de nenhum projeto público³⁰ dessa ordem nos municípios. Há sim algumas iniciativas pontuais, de órgãos como a Emater, para acompanhar alguns agricultores, principalmente os que compõem a Associação dos Agricultores Familiares Feirantes de Jenipapo de Minas (20 famílias) que vendem a produção na feira da cidade ou para o PNAE. Martins (2016) aponta que no município de Jenipapo de Minas, em específico, apenas 11 famílias vendiam para o programa de alimentação escolar:

No primeiro ano de fornecimento de produtos por meio do PNAE, apenas 3 agricultores que usavam a água da barragem e do rio Setúbal dispunham de produtos agrícolas e os comercializavam por meio deste programa. Sendo que a partir de incentivos, este número chegou a 11 no ano de 2015. (MARTINS,2016, p.63).

De acordo com o presidente da associação de agricultores, as vendas também são prejudicadas pela contaminação do rio, haja vista que há lançamento de esgoto nas águas:

O presidente da Associação dos Agricultores Familiares Feirantes de Jenipapo de Minas relata que há certa **aversão** por parte de algumas pessoas do município **em comprarem os produtos agrícolas que são irrigados com a água do rio e da barragem de Setúbal**; e isso deve ao medo que elas têm da possível concentração de coliformes fecais presentes na água. Tal fato, para o presidente, tem sido um fator limitante para o aumento da comercialização dos produtos agrícolas. (MARTINS,2016, p.67).

Não houve fomento em projetos de piscicultura. Mesmo tendo sido lançados peixes em 2010, essa ação não é suficiente para garantir qualidade e saúde desses animais. Há relatos de mortandade e foto com parasitas internos, sendo uma delas apresentada na Figura 8. Em 2019, as instalações de transposição de peixes (da parte de baixo da represa para a parte de

³⁰ Falou-se do MDA, mas atualmente esse ministério não existe mais.

cima), não estava em funcionamento e os relatos de populares contam que está desativada desde o início da sua instalação.

Figura 8 - Foto de parasitas internos em traíra pescada na barragem de Setúbal / Elevador desativado para transposição de peixes.



Fonte: MARTINS,2016, p.70 / Fonte: GESSICA STEFFENS - 2019

Além do relato dos moradores, outros autores apontam as mesmas possíveis causas de contaminação e mortandade dos peixes, já que se trata “de um empreendimento recente, onde não foi feita a total decomposição de materiais originados de chiqueiros, galinheiros, fossas e cemitérios que existiam na localidade da barragem”(MEYER e BARCLAY, 2009 *apud* MARTINS, 2016, p. 71). As contradições beiram ao extremo de ribeirinhos removidos das suas casas em virtude da construção da barragem não poderem comer peixes deste mesmo rio, pois estes foram contaminados ou estão doentes.

As estruturas nas proximidades da represa, utilizadas durante a construção do empreendimento, encontram-se abandonadas, enfatizando o descaso com o projeto como um todo.

Figura 9 – Estruturas abandonadas após finalização da construção da barragem



Fonte: GESSICA STEFFENS – 2019.

Os reassentamentos são muito semelhantes, porém guardam algumas singularidades que merecem ser aprofundadas em estudo posterior. Dentre elas, destacam-se a localização geográfica e os projetos dos reassentamentos.

3.2 Agrovila 2

Guardadas as devidas proporções com o caso de Setúbal, acredito ser importante retomar a referência à história de Canudos, no que tange à construção do açude Cocorobó no rio Vaza-Barris, segunda Canudos. Depois do massacre realizado em quatro expedições federais, os que fugiram da guerra reconstruíram a cidade, que entre os anos de 1951 e 1967 foi totalmente submersa por um açude de abastecimento humano e irrigação proposto pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Seca (DNOCS). Seu sistema de irrigação abastece uma área de 4 mil hectares, que divididos em 450 lotes cultivam 90% da área com banana e 10% com caprinos, hortaliças e quiabo. (BARROS, PRIETO, MARINHO, 2019, p. 179).

Para os filhos e netos dos conselheiristas que lá moravam, a construção do açude justamente em cima da cidade (pelos argumentos técnicos de “sela topográfica”) representa a tentativa de esquecimento da memória social da luta em Canudos:

A contranarrativa, contada pelo conselheirista João Batista, que também é historiador e guia do Parque Estadual Canudos, mostra que a área inundada pelo açude é onde havia sido reconstruída Canudos após a guerra, ainda carregando a esperança dos sobreviventes. A inundação da Segunda Canudos é relatada com um momento de tristeza profunda, dado o desaparecimento da cidade que ressurgiu das cinzas. Houve quem acordou com água na porta e muitos foram retirados   força, já de barco, conforme o açude ia se preenchendo de água e se esvaziando de vida e memória. [...] **O desenvolvimento como forma de supera o da seca é descrito pela narrativa hegemônica como alternativa única, o que não permite que se procure na história canudense um modo de vida diferente e uma outra forma de convivência sertaneja com o semiárido.** (BARROS, PRIETO, MARINHO 2019, p. 183 - grifos nossos).

Canudos traz a discussão das barragens para destruir memórias, e no texto os autores comparam com as águas do Lago Paranoá construido em Brasília:

As  guas do açude Cocorobó afogaram a antiga Canudos, como alguns anos antes as águas do Lago Paranoá afogaram os vestígios da Vila Amaury – onde moravam as famílias daqueles que construíram Brasília, muitos deles sertanejos que meio século após Canudos, ainda sofriam com a seca e a fome. (BARROS, PRIETO, MARINHO, 2019, p. 190).

Para as famílias atingidas pela construção de Setúbal, que foram reassentadas no território denominado Agrovila 2, em Chapada do Norte, os problemas citados anteriormente se somam e se agravam. Encadeadas todas as informações coletadas nesta pesquisa, pode-se afirmar que **TODOS os princípios da moradia adequada (segurança de posse, disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura, economicidade, habitabilidade, acessibilidade, localização, adequação cultural) são violados neste local.** Cabe destacar primeiramente a falta de água, o acesso precário para consumo humano e, conseqüentemente, escassez e insuficiência para plantio de alimentos.

Quando acontece o abastecimento através do caminhão-pipa, a água entregue aos moradores não é própria para consumo humano. Como mitigação para este caso, ONGs internacionais fornecem sachês de purificação de água, tais como o P&G³¹. Cada sachê purifica 10 litros de água. Na Figura 10, são apresentadas algumas fotografias com o tratamento adotado pelas famílias para a “purificação” da água, a fim de torná-la adequada ao consumo humano, sendo esta uma realidade dentre as situações vividas pelos moradores.

Figura 10 – Processo de purificação da água para consumo humano



Fonte: GESSICA STEFFENS – 2019.

Em pesquisa de campo realizada em julho de 2019, visitou-se a estação de tratamento de água da comunidade que está abandonada, conforme demonstram as imagens da Figura 11. Ou seja, mesmo na água que passa pela ETA, é necessário fazer uso do tratamento de sachê.

³¹ P&G: O sachê leva o nome abreviado da *Procter & Gamble*, uma multinacional com sede nos Estados Unidos, fundada em 1837, que vende bens de consumo no segmento da saúde, limpeza, higiene pessoal, entre outros. É proprietária de mais de 380 marcas pelo mundo.

Figura 11 – Estação de tratamento de água – Agrovila 2



Fonte: GESSICA STEFFENS - 2019

Na figura 12, pode-se observar a localização da bomba de água situada na barragem, a estação de tratamento comunitária, bem como a área central do reassentamento. Pode-se observar, também, a localização de uma das residências que estavam sem água na época da realização da visita. Na área comunitária, encontram-se as estruturas físicas da escola, posto de saúde, centro comunitário, campo de futebol, quadra aberta e cemitério. De acordo com os relatos das informantes-chave, a escola fecha em determinadas épocas do ano quando falta água, o posto de saúde estava fechado e atualmente atende quinzenalmente (foi realizada a manifestação pública dos moradores em janeiro de 2018³², que dentre as pautas ressaltavam a necessidade de ter atendimento no posto de saúde), o centro comunitário está abandonado, assim como a quadra e o campo. No cemitério, mesmo após 10 anos de reassentamento, nenhuma família enterrou seus entes falecidos no lugar, o que deixa possibilidade de tema de estudos sobre pertencimento e adequação cultural.

³² Ver vídeo do youtube: “Moradores de povoados e distrito de Chapada do Norte/RS protestam na sede por seus direitos, de 15 de janeiro de 2018.

Figura 12 -Localização ETA em relação à Agrovila 2



Fonte: GESSICA STEFFENS – 2020.

Para as famílias que moram longe da rede da estação de tratamento e que não recebem abastecimento via caminhão-pipa devido às más condições das estradas, resta buscar água na própria barragem, retratada pela figura 13.

Figura 13 – Família sem acesso à água em residência na Agrovila 2



Fonte: GESSICA STEFFENS - 2019.

Pelo caminho, encontram-se placas que lembram que a água não é potável, conforme a figura 14.

Figura 14 - Placas no percurso da barragem



Fonte: GESSICA STEFFENS - 2019.

Discutir o acesso à água potável é indubitavelmente a primeira necessidade. Falamos de uma contradição na proposta do projeto que foi basicamente divulgado para ser de abastecimento humano e irrigação. Para todas as formas de campesinato, há um cuidado com a água que é maior do que simplesmente seu consumo. As características da comunidade Vargem do Setúbal (de onde saíram os moradores) são basicamente de comunidades tradicionais ribeirinhas e quilombolas (apesar de não ter certificação, lembremo-nos de considerar que 91% da população de Chapada do Norte é afrodescendente, cabendo neste ponto estudo mais aprofundado).

Ao ler a tese de doutoramento de Flávia Galizoni, denominada “Águas da Vida: população rural, cultural e água em Minas Gerais”, de 2005, é improvável não traçar comparativos com esta barragem. A percepção que os lavradores do Alto Jequitinhonha têm em relação à água envolvem critérios muito mais refinados de qualidade, uso racional, gestão e manutenção da água, principalmente a que envolve consumo humano, as denominadas águas pequenas. Ainda nas palavras da autora, eles possuem intrinsecamente ao seu modo de vida conceitos de bem comum:

Famílias e comunidades de agricultores do Jequitinhonha **operam nítida distinção entre bem comum e bem público**. Bem público, no entender das famílias, está associado a um bem que é gerido pelo Estado e por isso distante do controle e zelo da comunidade: é de todos, mas ao final não é regulado por ninguém. Bem comum é percebido como um patrimônio que pertence e é gerido por comunidade ou coletividade delimitada. (GALIZONI, 2005, p.64 - **grifos nossos**).

Os processos de gestão da água nessas novas propostas de território (os reassentamentos) desconsideram quaisquer regras e convenções sociais que existam anteriormente. Adriana Freire, em sua dissertação denominada “Águas do Jequitinhonha: a gestão coletiva dos recursos hídricos pelos agricultores de Turmalina, Alto Jequitinhonha/MG”,

reitera as concepções morais de cuidado coletivo com a água: [...] "bem comum a todos, uma dádiva de Deus, um dom oferecido pela natureza."- Deus fez a água pra todo mundo" (TN), [...], "a água nunca deve ser negada" (JQ), "deve sempre correr" (RS), e assim servir a todas as pessoas que dela necessitem (FREIRE, 2001, p. 64).

No decorrer do texto, a autora sistematiza depoimentos de agricultores e ouve as definições de conceitos regionais, tais como “águas finas” e “águas grossas”. De acordo com os moradores locais, a definição de “água fina” se refere a uma condição de nascente, fontes e pequenos córregos, portanto passível de consumo humano, e “água grossa” se refere às águas de grande volume ou represadas, logo, imprópria para consumo humano (FREIRE, 2001, p. 64). Ou seja, pressupõe-se que também para os moradores reassentados existem critérios de qualidade de água para consumo humano que não foram levados em consideração quando se capta água parada para direcionar para a ETA.

Nos relatórios técnicos encontrados, as menções referentes à qualidade da água eram exclusivamente em princípios estabelecidos pelo Índice de Qualidade das Águas - ICA³³ e considerados pela Agência Nacional das Águas - ANA. Percebe-se, pelos relatos dos populares, certa dificuldade em interpretar quem são os responsáveis pela barragem atualmente e de quem deveriam ser cobradas medidas mitigatórias referente à situação em que vivem os reassentados atualmente.

Se cruzarmos as informações de construção de cisternas no ano de 2013, provenientes do Programa 1 Milhão de Cisternas ³⁴com a data do reassentamento Agrovila 2, nota-se que 51 das 84 famílias reassentadas necessitavam da instalação da cisterna 16 mil litros. Isso aponta que, entre os 3 a 5 primeiros anos do reassentamento, 60,71% das famílias não tinham água para abastecimento humano, necessitando enquadrar-se em medidas paliativas de captação de água. Esses dados provêm do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica -

³³ Para calcular o ICA, são observados os seguintes parâmetros: temperatura da água, pH, oxigênio dissolvido, resíduo total, demanda bioquímica de oxigênio, coliformes termotolerantes, nitrogênio total, fósforo total e turbidez. É um indicador bastante utilizado nas avaliações sobre qualidade da água para abastecimento humano e quanto mais baixo o valor, menor a qualidade da água. Dados disponíveis em: <https://www.ana.gov.br/panorama-das-aguas/qualidade-da-agua/indicadores-de-qualidade#:~:text=O%20%C3%8Dndice%20de%20Qualidade%20das,indicador%20qualitativo%20usado%20no%20pa%C3%ADs.&text=O%20IQA%20%C3%A9%20calculado%20com,total%2C%20f%C3%B3sforo%20total%20e%20turbidez>. Acesso em: Agosto de 2020.

³⁴ Programa 1 Milhão de Cisternas: Foi um dos primeiros programas desenvolvidos pela Articulação Semiárido - ASA, para suprir a demanda de água de beber nas proximidades da casa. Cisternas que armazenam 16 mil litros de água e em sua metodologia de construção previa mobilização e formação das famílias beneficiárias. <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>. Acesso em: Agosto 2020.

CAV, uma das organizações vinculadas à ASA³⁵, que foi responsável pela gestão dos recursos destinados à construção das cisternas principalmente no Alto Jequitinhonha.

É possível realizar comparações importantes entre as informações coletadas, de forma a notar os diferentes discursos nos documentos. Entre os anos de 2008 a 2010, aparecem os investimentos, os envolvidos, a forma digna que seria realizada o reassentamento das pessoas, a padronização das casas, as irrigações para as lavouras (já em 2008) e quanto desenvolvimento e empregos seriam propiciados para a região.

No que se refere ao projeto da casa em específico, são citadas moradias com 61m², não cita alterações no projeto base, caso houvesse necessidade na família, não leva em considerações as regionalidades nem os métodos construtivos locais, não atende às demandas do habitat rural. Levando em consideração os dados do CAV, 68,63% das moradias não atendem nem o número de quartos necessários para os moradores da casa.

Nas imagens da Figura 15, pode-se perceber ao fundo a formação de “peladores”, áreas de solo expostas que se formam pelo uso intensivo de uma área. Notam-se nas casas as ampliações e construções no entorno para atender às demandas da família. A Agrovila 2 sofre também com precariedade ou mesmo falta de estradas e não funcionamento da escola em parte do ano devido à falta de abastecimento de água. Os moradores não possuem até hoje a documentação da terra, afirmam que, além da insegurança que isso causa, existem políticas públicas que não podem acessar por esse motivo, tais como aposentadoria e salário maternidade.

³⁵A criação da Articulação Semiárido Brasileiro – ASA foi processo de mobilização da sociedade civil no decorrer da década de 1990, pautando a convivência com o semiárido e um conjunto de medidas políticas práticas para tal. Contraria as ações de combate à seca, amplamente divulgadas e realizadas. Esta rede engloba dez estados e mais de três mil organizações de naturezas distintas. Disponível em: <<https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>>. Acesso em: Agosto 2020.

Figura 15 - Residência do reassentamento



Fonte: GESSICA STEFFENS – 2019.

Em relatório técnico produzido pelo Instituto de Ciência e Tecnologia - ICT - Campus do Mucuri da UFVJM e apresentado na reunião de comitê de bacia em maio de 2019, apresentam-se as causas técnicas da turbidez da água: aponta-se a ausência de cobertura vegetal, propiciando maior escoamento superficial e intensificação dos processos erosivos. Na Figura 16, é apresentada uma comparação de imagem de satélite entre os anos 2014 e 2016, em que se pode observar a mudança na tonalidade da água. Além disso, o relatório também indica fatores como a compactação do solo, pecuária extensiva e garimpo clandestino que podem contribuir para esse aumento de sedimentos em suspensão na barragem.

Figura 16 - Comparação de tonalidade da água no decorrer dos anos.










Fonte: FRANCO, *et al.*, 2019.

O Quadro 3 apresenta a síntese das informações contidas em cada documento analisado e a partir desses dados podem ser feitas diversas análises. Percebe-se que há uma contradição entre o que está escrito em documentos oficiais sobre a localidade e como os moradores vivem realmente. Se observarmos apenas documentos da época de construção da

barragem, seremos direcionados a pensar que os reassentamentos estão prontos, contando com irrigação, inserção produtiva e moradias adequadas em todos os aspectos, porém isso se contrapõe à realidade atual.

Há uma ausência em termos que compõem a categoria “sujeitos atingidos” nos documentos. Com exceção das metodologias participativas executadas no âmbito do projeto Veredas, não foram encontradas menções de consulta aos moradores da região ou mesmo critérios que considerem o indivíduo como parte integrante do que poderíamos chamar de “bacia hidrográfica atingida por barragem”.

Quadro 3: Quadro síntese das categorias de análise

Legenda						
Reportagem	Discurso presidencial	Ata CBH – JQ2	Relatório Técnico	Atividades participativas	Conversas e relatos anotados	Dados Secundários
						

Categorias de Análise			
Água (rio, barragem, açude).	Reassentamento (terra, lote)	Moradia (casa, habitação).	Sujeitos atingidos (pessoas, famílias, moradores, comunidades).
<ul style="list-style-type: none"> - 52 mil famílias beneficiadas diretamente; ● - Investimentos de R\$160 milhões; ● - Convênio Rural Minas e Ministério da Integração Nacional; ● - Desapropriação de 227 famílias; ● - 58 m de altura, 160 milhões de metros cúbicos de água; ● - 8,7 Km² inundados; ● - Perenização do Rio; ● - Rural Minas em dia com os condicionantes ambientais LA, LP, LO; ● - Organização de movimentos pró barragem – cita carta de pessoa que mora nos EUA e agradece as obras. ● - Inserida nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento; ● - Possibilitará irrigação – área é parte do polígono das secas; ● - Beneficiará diretamente Araçuaí, Chapada do Norte, 	<ul style="list-style-type: none"> - Processo digno e sintonizado com as expectativas dos moradores; ● - Condições para iniciar o plantio ainda em 2008; ● - 2 Agrovilas com escola, posto de saúde e área de lazer; ● - 68km de estradas abertas, recuperação de 24km e acesso a todos os lotes; ● - 40 ha de terra por família – irrigados; ● - Riqueza cultural da região ● - Antes do reassentamento moravam na Comunidade Vargem do Setúbal – Plantio para Autoconsumo, abundância de água; ● - Não foram todas as famílias reassentadas; ● - Perda do vínculo com os parentes; ● 	<ul style="list-style-type: none"> - Novembro de 2008 começou a entrega das casas. Negociação entre a Rural Minas com as famílias; ● - 61m² – sala, cozinha, 3 dormitórios, banheiro, área de serviço, água tratada e energia elétrica. ● - Casas que não comportam toda a família. Precisou de alterações; ● - Não tem o título de propriedade da terra/documentação; ● - Lugar seco. De difícil acesso, índice elevado de pobreza; ● - Casas sem energia elétrica porque não tem documentação da propriedade; ● - abastecimento por caminhão pipa; ● - 68,63% das moradias não atendem o número de quartos necessários para 	<ul style="list-style-type: none"> - Na época da construção as pessoas apoiaram, pois iria melhorar muito a qualidade de vida na região. Água, empregos, ● - desenvolvimento; ● - Algumas famílias foram indenizadas e outras não; ● - Não foram consultados sobre a barragem; ● - Necessidade de uso de sachês purificadores de água para consumo humano; ● - Processos forçados de migração e êxodo rural; ● - Altas taxas de analfabetismo entre os moradores; ● - Muitas famílias em situação de extrema pobreza; ●

<p>Jenipapo de Minas e Minas Novas; 150 mil hab; ●</p> <ul style="list-style-type: none"> - Investimento final 203,9 milhões (183,5 gov. federal + 20,4 milhões gov. estadual); ● - Questionamento sobre a assistência a projetos de recuperação de recursos naturais; ● - Propostas a partir de ONGs; ● - Resultados apontados sobre a água turva e barrenta: ausência de cobertura vegetal, relevo acentuado e degradação do solo, propiciam aumento do escoamento superficial, consequentemente ● intensificação dos processos erosivos; ● - Antes da construção da barragem a água do rio Setúbal era límpida e transparente; ● - Representante de comunidade rural fala da má qualidade da água e relação com doenças (esquistossomose); ● 	<ul style="list-style-type: none"> - Dualidade entre Inkra e a prefeitura; ● - Dificuldade em acessar direitos sociais (aposentadoria, auxílio maternidade); ● - O plantio é possível apenas em épocas chuvosas ou em áreas longe de casa, próximas do rio; ● - Precisam procurar empregos fora do reassentamento pois não é possível viver da produção; ● 	<p>o número de moradores da casa. ●</p> <ul style="list-style-type: none"> - 60,71% das moradias sem acesso à água para abastecimento humano entre os primeiros 3 e 5 anos; ● 	
---	--	--	--

Fonte: ELABORADO POR GESSICA STEFFENS – 2020.

Ao falarmos de um reassentamento que não atende às demandas dos moradores, podemos descrever diversas situações³⁶, dentre elas o deslocamento forçado e a moradia em piores condições daquelas que as famílias tinham anterior ao reassentamento. Em documento da ONU sobre direito à moradia adequada, retrata-se que as remoções forçadas acontecem em diversos circunstâncias, podem ser para dar lugar à construção de grandes obras de eventos (jogos olímpicos, por exemplo), embelezamento urbano, projetos de infraestrutura ou desenvolvimento, conflitos agrários, discriminação (SDHPR, 2013).

As remoções forçadas tendem a ser violentas e afetam desproporcionalmente os mais pobres, que muitas vezes ainda sofrem outras violações de direitos humanos como resultado. **Em muitos casos, as remoções forçadas agravam o problema que elas buscavam resolver.** Independentemente de sua causa, as remoções forçadas podem

³⁶ Devido à ausência das entrevistas formais e das observações participantes não será possível neste trabalho adentrar nos aspectos culturais, afetivos e de memória.

ser consideradas uma grave violação dos direitos humanos e uma violação direta ao direito à moradia adequada. (SDHPR, 2013, p.15 - **grifos nossos**).

Para o Movimento dos Atingidos por Barragens, o direito à moradia é violado, juntamente com outros 15 direitos quando da construção de uma barragem, de uma hidrelétrica ou quando do rompimento de alguma. Durante a construção da Hidrelétrica de Itaipu, foram removidas mais de 40 mil pessoas só no território brasileiro. No documentário denominado *O Canto de Acauã*, produzido pelos próprios atingidos por barragens, é relatado o processo de remoção das famílias atingidas pela barragem de Acauã, em 2002, no agreste da Paraíba. A empresa propôs apenas duas alternativas: uma indenização entre 4 a 5 mil por casa ou a ida para uma agrovila com casas pequenas e construídas com placas de concreto pré-moldadas, chamadas posteriormente de “casa de placa”, extremamente frágeis e descontextualizadas. Foram realocadas 4 mil famílias e, em 2012, época de gravação do documentário, as famílias viviam em um local desprovido ou com serviços públicos precários. Os moradores mostraram as casas esfarelado ou rachando, sem área para plantio ou condição de trabalho, sem saneamento básico, com escola improvisada e acessos ruins. Afirmam que uma casa de placa, se for posta à venda, não custaria mais de R\$800,00 (Doc.O Canto de Acauã, 2009).

Isso sem contar a descontextualização que existe na maioria das propostas de assentamentos e reassentamentos do país. Nesse sentido, lembremos aqui da fala de Fals Borda: “Yerra el que quiera imponer la vivienda sulina a los caboclos amazónicos, como fracasaría el arquitecto que trate de establecer concepciones y técnicas urbanas dentro de medios rurales determinados” (BORDA, 1963, p. 19). Não é eficiente priorizar o modo urbano de produção de moradia em áreas rurais, sejam elas em quaisquer partes do país, pois como bem diz Bonduki (se referindo ainda à década de 1940), as propostas:

São conservadoras e pequeno-burguesas, tanto no âmbito político mais geral, como no âmbito micropolítico, da organização da vida privada. Esta passa a girar em torno da família nuclear, consolidada, monogâmica e reprodutora dos valores tradicionais, concretizando um modo de vida individualista, pobre de relações sociais e pouco receptivo aos processos de organização e participação (BONDUKI, 2017, p. 317).

Em Setúbal, o executor do reassentamento foi o próprio Estado, na época através da Ruralminas, órgão responsável pelo planejamento, gestão, fiscalização e execução de projetos voltados ao meio rural de Minas Gerais. Foi extinta em setembro de 2016, com base na Lei nº 22.293, de 2016. Suas atribuições e competências foram segmentadas e destinadas a duas secretarias, uma empresa e um departamento: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA); Empresa

de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER/MG) e Departamento Estadual de Telecomunicações (Detel-MG).

Dos questionamentos elencados neste estudo, é possível afirmar que não há possibilidade de pensar moradia adequada sem pensar primeiramente em acesso à água e a energia. Os direitos humanos são sistêmicos e não há possibilidade de defendê-los quando o próprio Estado os viola.

CAPÍTULO 4 – OS SUJEITOS COLETIVOS E AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS: DENÚNCIAS DA REALIDADE

[...] as experiências de participação demonstram que estas não podem ser forçadas, inventadas, nem implantadas, mas devem surgir dos próprios moradores e dos movimentos sociais, de lugares e problemas reais (MONTANER E MUXÍ, 2014, p.220).

Neste capítulo, discorre-se sobre participação popular, principalmente em se tratando da pesquisa-ação. São descritas algumas atividades do projeto Veredas.

Já é de conhecimento público que os recursos fósseis são finitos. Seu uso constante, sempre em aumento e desconsiderando o meio ambiente provoca impactos em nível global. A partir dessas perspectivas, a energia solar se insere como fonte renovável e de produção mais limpa. Acosta (2016), em sua defesa sobre a ampliação do uso da energia solar, refere-se à descentralização da geração de energia como possibilidade de crescente controle comunitário do sistema energético e de um caminho de maior igualdade social:

A energia pode ser uma ferramenta para incentivar a transferência de riqueza, necessária à construção de equidades sociais e ambientais. Isso conduz à elaboração de outros padrões sociais de produção, de consumo, transporte, distribuição e controle da energia, **vista como direito e não simplesmente como mercadoria**. (ACOSTA, 2016, p.199- **grifos nossos**).

O Vale do Jequitinhonha ocupa uma posição geográfica estratégica para captação de energia solar. Pinheiro *et. all* (2018) apontam que, além de aumentar os interesses do mercado privado, houve possibilidade de participação social na produção de energia para autoconsumo e compartilhamento. Através de edital de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (P&D) em chamamento público 02/2047, vinculado à Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), os atingidos organizados no MAB, por intermédio da AEDAS, tiveram edital aprovado para instalação de usina fotovoltaica flutuante na Usina de Santa Marta, em Grão Mogol/MG:

Inaugura-se, assim, um processo e marco legal para a discussão da minigeração de energia, da geração compartilhada e da geração distribuída e é neste contexto que a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) e o MAB demarcam a importância política da participação popular na produção energética (não somente no consumo, mas, sobretudo na geração e distribuição). (PINHEIRO, et. al., 2018, p. 3).

Dessa forma, o “Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento D 0632 Veredas Sol e Lares – uma alternativa para o múltiplo aproveitamento energético em reservatórios de usinas hidrelétricas na região do semiárido mineiro” foi assinado dia 8 de março de 2018, em Belo Horizonte, e terá tempo de implementação de 4 anos. Atualmente, os parceiros executores do projeto são: Axxiom Soluções Tecnológicas (empresa do Grupo CEMIG); Efficientia (subsidiária integral da CEMIG); Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), o Movimento dos Atingidos por Barragens e o Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro (UFVJM). Está sendo implementado em quatro eixos principais:

1) Desenvolvimento e instalação de sistema fotovoltaico flutuante com potência nominal de 1,179 Mwp, sob lago de represa da hidrelétrica Santa Marta, localizada no município de Grão Mogol; 2) Sistema de supervisão e controle, incluindo pesquisas sobre degradação de módulos fotovoltaicos; **3) Pesquisa social envolvendo elaboração de Metodologia de Mobilização, Capacitação e Participação Popular para P&D, de Diagnóstico Social e de Planos de Desenvolvimento Regional**; 4) Diagnóstico sobre o marco regulatório da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) e geração distribuída através da minigeração compartilhada de energia, incluindo participação social para elaboração de modelo de geração distribuída que atenda interesses da população. (SULZBACHER e STEFFENS, 2019, p. 215 - **grifos nossos**).

O eixo três corresponde à parte responsável pela pesquisa social, ampara-se teoricamente na aplicação de metodologias populares através da Pesquisa-Ação. A abrangência do projeto se dá principalmente em 21 municípios do Vale do Jequitinhonha e Rio Pardo, são eles: Almenara, Itaobim, Jacinto, Jequitinhonha, Salto da Divisa, Araçuaí, Coronel Murta, Itinga, Virgem da Lapa, Chapada do Norte, Jenipapo de Minas, Francisco Badaró, Berilo, Grão Mogol, Josenópolis, Padre Carvalho, Cristália, Indaiabira, Salinas, Rubelita e Taiobeiras.

Os princípios da pesquisa-ação encabeçados por autores consagrados no Brasil e em outras partes do mundo, tais como Orlando Fals Borda, Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão, remetem-nos ao diagnóstico – planejamento - ação sobre determinada realidade. De acordo com Rosiska e Miguel Oliveira (1986), parte-se da afirmação de que a ciência, desde que se propôs a se dizer neutra, apolítica e descomprometida é utilizada para controle social. Os autores argumentam que uma ciência limitada à previsão e elaboração de resultados aceita facilmente “todo tipo de manipulação por parte dos que controlam os centros de decisão e de poder (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1986, p.23).

Como alternativa aos moldes da ciência predominante, em vários países da América Latina efervesceram pesquisas que se propunham a trabalhar com o povo, com questões pertinentes ao cotidiano das pessoas oprimidas. No Brasil, a proposta de educação popular dirigida ao mundo rural contrapõe-se à educação urbana dirigida a esses sujeitos e

descontextualizada da realidade dos mesmos. Nessa perspectiva, propõe-se a ser método de ação política nos espaços coletivos de planejamento social.

Para poder desempenhar tais especificidades, não é possível que o cientista esteja distante dos seus sujeitos de pesquisa. A pesquisa participante se propõe analisar as relações e envolvimento entre os processos de mudança social e o próprio cientista, causando assim uma situação de dualidade entre o pesquisador: ora como sujeito participante, ora como observador externo:

Ao invés de se preocupar somente com a explicação dos fenômenos sociais depois que eles acontecem, a finalidade da pesquisa/ação é de **favorecer a aquisição de um conhecimento e de uma consciência crítica do processo de transformação** pelo grupo que está vivendo este processo, para que ele possa assumir, de forma cada vez mais lúcida e autônoma, seu papel de protagonista e ator social (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1986, p.27 - **grifos nossos**).

As propostas vinculadas à pesquisa participante ressignificam as vivências no campo e propunham pensar melhores condições de vida para os trabalhadores, reforma agrária, moradia adequada, saneamento básico, alfabetização dos trabalhadores, entre outros ideais.

Para Montaner e Muxí (2014), enquanto diversidade e igualdade são valores, participação é um instrumento conhecido há muito tempo nas sociedades democráticas e um de seus indicadores de atenção à realidade, diversidade e memória mais importante. Faz com que os cidadãos se reconheçam enquanto parte do processo e das transformações da cidade e demanda que as ações dos proponentes (sejam municípios, estados, governo federal, entre outros) sejam claras e transparentes. Os autores arriscam-se dizer que muito se fala de participação popular, mas com pouco interesse e profundidade:

No entanto, muitos municípios têm a participação entre suas propostas, mas em poucos casos esta é levada adiante com rigor. Fala-se muito dela, mas no fundo, **a maior parte dos políticos e técnicos a temem e prefeririam tomar decisões sem a intervenção dos envolvidos**. Poucos deles estão dispostos a assumir o esforço do trabalho em equipe e da mudança de mentalidade nos processos de projeto e gestão que isso implica (MONTANER E MUXÍ, 2014, p.218 e 219 - **grifos nossos**).

Reforçam que os processos de participação são necessários antes, durante e depois da conclusão de qualquer obra, sendo imprescindível que se escutem todas as pessoas, pois processos nos quais somente as representantes falam não é de fato participação. Outro fator importante é não confundir informação com participação:

[...] confundem a participação com a mera informação, e, às vezes, a informação é escassa e confusa, de definição imprecisa, continuamente alterada; dessa maneira, os cidadãos continuam a ser agentes passivos e poucas vezes escutados. Por vezes, deixa-

se que alguns setores opinem sem a menor garantia de que aquilo que propõem será levado em consideração. (MONTANER E MUXÍ, 2014, p. 219).

Os autores ainda expõem que uma prova de “falta de espírito crítico e participativo” são os poucos estudos pós-ocupação que existem. Estes deveriam ser realizados por equipes multidisciplinares e avaliar o nível de satisfação dos usuários, bem como quais mudanças foram necessárias realizar para a melhor utilização do espaço e, assim, ter argumentos e materiais para retificações em projetos futuros. As experiências citadas pelos autores deste livro são urbanas, mas elas assim o são pela proposta do livro e caminho profissional dos escritores. Porém, cabem certamente na realidade de construção de reassentamentos, a exemplo do estudado.

1.2 4.1 Mapa Falado e Diagrama de Fluxo

As metodologias participativas de mapa falado e diagrama de fluxo estão inseridas no que Faria e Neto (2006), em material produzido através Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, chamam de ferramentas de Diagnóstico Rural Participativo – DRP. Este diagnóstico proporciona diversos processos de reflexão coletiva e sua utilização inicial se deu dentro das ciências agrárias. Atualmente, é utilizado por outras áreas do conhecimento, permitindo aperfeiçoar a comunicação em quatro diferentes dimensões da realidade: espacial, temporal, de fluxos e relações. Uma das intenções da DRP é, por meio da abstração referente à realidade passada, presente e/ou futura, partilhar e ampliar conhecimentos e assim melhor planejar ações de incidência nesta realidade.

O mapa falado é uma das ferramentas que possibilita a abordagem da dimensão espacial, se trata da representação de um determinado território (pode ir desde a escala de propriedade individual até mundial). Pode ser desenhado no chão, com elementos móveis (barbantes, folhas, pedras, fitas), como também em papéis com tintas ou canetas. No decorrer do mapa falado, as informações verbais são muito importantes e precisam ser registradas. Cumpre salientar que, mais importante que o resultado final do mapa falado, são as discussões por ele propiciadas (FARIA e NETO, 2006, p.27) O diagrama de fluxo, por sua vez, abrange dimensões inter-relacionais e basicamente se executa com a utilização de tarjetas e setas de sentido representando o que entra (de onde vem?) e o que sai (para onde vai?), neste caso em escala comunitária. Ambos foram parte de capacitação e aprendizado quando da realização dos módulos de formação com os jovens pesquisadores. De acordo com relatório técnico publicado pela AEDAS, estas etapas foram importantes no processo formativo, já que:

[...]os jovens pesquisadores populares foram dando passos importantes na sua construção como sujeitos, que apreendem o mundo em sua volta e, com ele atuam para, junto de homens e mulheres dos Vales do Jequitinhonha e Rio Pardo, **possam fortalecer modelos de desenvolvimento local que reconheçam as vivências já construídas.** (AEDAS, 2020, p. 07 grifos nossos).

Ainda neste documento, é possível encontrar o posicionamento da coordenação da pesquisa social, enfatizando que estes jovens podem desenvolver aptidão para “construir criticamente e responsabilmente processos locais, que resultem na continuidade do desenvolvimento local construído e proposto, fomentando outras ações potencializadas através deste projeto.” (AEDAS, 2020, p. 07).

Cabe dizer que a coordenação da pesquisa social é interdisciplinar e composta majoritariamente por mulheres. Assim, passa-se a considerar as situações a partir de diferentes perspectivas e a ocupar postos de decisão e coordenação historicamente destinados aos homens (geralmente brancos, abastados e/ou de maior capital simbólico e cultural). Essa condição confere ao trabalho de diagnóstico, capacitação e mobilização grande comprometimento, rigor teórico, avaliações de situações coerentes com a realidade das mulheres, não somente com avaliações predominantemente masculinas.

A Figura 17 refere-se ao mapa falado da microrregião de Chapada do Norte, realizado em módulo de formação em outubro de 2018.

Figura 17 - Mapa Falado da Microrregião de Chapada do Norte



Fonte: PROJETO VEREDAS, SOL E LARES- 2019.

Já de início, é possível ver a caracterização da região com alguns dos principais problemas encontrados: monocultura de eucalipto, plantações de bananas em poucas propriedades ao redor da barragem de Setúbal. Na parte superior do mapa, foram desenhados símbolos que representam a região, dentre eles o batuque, queijo, cachaça, vaso de cerâmica e plantio em canteiros. Aqui, destaca-se o histórico de resistência da população negra da região, bem como a produção de alimentos tanto para autoconsumo, quanto para a venda e a produção de artesanato muito presente na região. A barragem de Setúbal está com a cor da água representada com um tom de marrom junto com o azul, notando-se que se referem à cor turva da água de Setúbal.

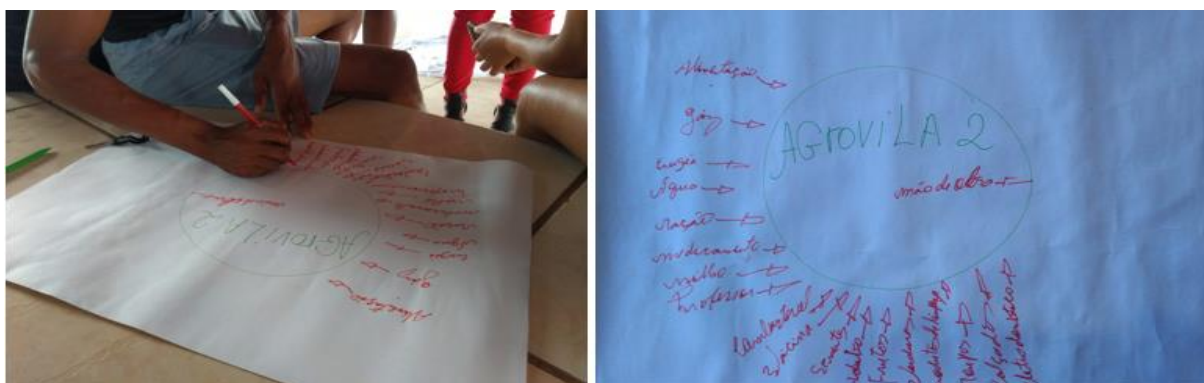
Em 21 de novembro de 2018, foi realizado o mapa falado, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisca Reis, contando com a presença de 28 pessoas, sendo 17 mulheres, 8 homens e 3 crianças. O diagrama de fluxo foi realizado no salão da comunidade, no dia 05 de fevereiro de 2019, estando presentes 45 pessoas, sendo 24 homens, 19 mulheres e 2 crianças.

Figura 18 - Realização do Mapa Falado e do Diagrama de Fluxo na Agrovila 2



Fonte: PROJETO VEREDAS, SOL E LARES, 2019

Figura 19 - Diagrama de Fluxo



Fonte: PROJETO VEREDAS, SOL E LARES, 2019.

No diagrama, é possível analisar rapidamente o tanto de expropriação sofrida por esta comunidade, já que “entra” todos os insumos necessários à vida: alimentação; gás; energia; água; ração; medicamento; milho; professor; combustível; vacina; sementes; adubo; frutas; verduras; produtos de limpeza; roupas; calçados e eletrodomésticos, e “sai” apenas mão de obra.

Os dados do CAV de 2013 nos apontam que a taxa de analfabetismo entre as mulheres cadastradas no programa 1 milhão de cisternas era de 41,17% e o diagrama de fluxo nos diz que se faz necessária a “entrada” de professor na Agrovila. Qual foi o desenvolvimento prometido para esta comunidade e o que foi cumprido realmente? O que melhorou na vida destas pessoas com a construção da barragem de Setúbal? Ou ainda: se uma comunidade rural ribeirinha afirma que de seu novo local de moradia sai exclusivamente mão de obra, podemos afirmar que houve uma expropriação capitalista dos meios de produção dessas famílias?

O projeto Veredas, categorizado no P&D como desenvolvimento sustentável, aponta formas para construção e metodologia de caráter popular nas regiões atingidas por projetos de desenvolvimento que não consideram as pessoas que moram no lugar como sujeitos de sua própria existência. A participação social é o protagonismo dos sujeitos atingidos no processo de descrição e alteração de sua própria realidade.

Porém, é justamente pelo seu caráter emancipador, formativo e mobilizador que a participação social é tão atacada e muitas vezes distorcida. É necessário contextualizar, mesmo que de forma breve, os grandes desafios que propostas assim enfrentam. Pesquisas populares destacam recorte de classes e questionam a realidade; remexem em estruturas oligárquicas de poder local; possibilitam ao povo acesso a informações antes negadas ou repassadas de forma incompreensível; fomentam busca por garantia de direitos; possibilitam aos estudantes visão sistêmica da realidade e contato direto com as comunidades rurais (desde saberes tradicionais até a visão de como multinacionais atuam nos territórios no Vale do Jequitinhonha).

O Projeto Veredas está (agosto de 2020) em situação de contingenciamento significativo dos recursos financeiros e não recebe repasses da CEMIG desde dezembro de 2019: [...] devido ao não repasse das parcelas de dezembro de 2019 e abril de 2020, a AEDAS está sem condições de manter o pagamento das bolsas dos estudantes de ensino médio, graduação e mestrado.

Por causa da redução drástica no grupo de pesquisadores, já que a maioria das bolsas de estudo (nível técnico, graduação e pós-graduação) estão suspensas, todas as situações de estudo, pesquisa e diagnóstico estão seriamente comprometidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afinal, podemos construir um modelo energético que atenda às demandas da sociedade e que mantenha e promova cuidado com os povos e a natureza? Urge discutirmos transição energética justa. Com este estudo, foi possível compreender um pouco mais sobre a estrutura do modelo energético brasileiro e assim corroborar o entendimento de que há um padrão de violação de direitos humanos na construção de barragens e hidrelétricas no Brasil e na América Latina.

Os territórios que compõem o estado de Minas Gerais também materializam a ordem mundial vigente e é possível encontrar na construção das moradias na Agrovila 2 um modo de operação do Estado e das empresas privadas que prioriza o lucro em detrimento de um serviço de qualidade. Este modo de operação não garante e, por vezes, piora as condições básicas para a reprodução da vida nos reassentamentos propostos, o que inclui todos os direitos humanos que debatemos até aqui.

A barragem de Setúbal, que inicialmente enquadrava-se em planos de geração de energia, não foi viável desde as suas primeiras propostas e, atualmente, pouco atende aos interesses públicos e demandas sociais de abastecimento humano e irrigação. Além disso, não parece ter um futuro coerente com suas propostas originais.

As barragens no Brasil aumentam ano após ano, ampliam e complexificam os conflitos nos territórios, possuem um discurso promotor de desenvolvimento facilmente questionado e passível de ser desmistificado. É preciso rever essa forma naturalizada de produção de energia sem considerar os danos sociais e ambientais que ela causa. É importante também que sua comercialização seja coerente com seu preço de produção, que tenha valor mais justo e acessível para os consumidores cativos e que atenda aos propósitos da função social da energia.

É importante também dizer que as energias renováveis (tais como a solar no projeto Veredas) só serão caminho viável se andarem concomitante à uma grande reestruturação do modelo energético vigente em grande parte do mundo. Destaca-se o importante papel dos movimentos sociais na luta, conquista e garantia dos direitos humanos da população, como também se reforça o papel formativo que resulta da articulação entre os movimentos sociais populares e as instituições de ensino superior públicas, gratuitas e de qualidade (aqui respaldadas pelo PPGER).

No que tange ao processo de P&D do Projeto Veredas, pode-se afirmar que as metodologias participativas contribuem para análise do território e que esta dissertação, sendo parte do processo de diagnóstico da pesquisa-ação, não pode (e não deve) findar aqui.

Espera-se que esta dissertação possibilite correlações e estudos futuros, de forma a reconhecer, gradativamente, a importância de visões sistêmicas e interdisciplinares dos problemas. Registra-se, por fim, a intenção de retornar à comunidade assim que possível, para continuar os estudos impossibilitados pela pandemia.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** Tradução Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 268 p.
- ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE DEFESA AMBIENTAL E SOCIAL – AEDAS. **Execução do Plano de Mobilização, Capacitação e Participação Popular.** 4. ed. Belo Horizonte: AEDAS, 2020. 314 p.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - ANAB. **Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens.** São Paulo, 2013.
- ALENTEJANO, P. **Questão Agrária no Brasil do Século XXI: uma abordagem a partir da geografia.** Terra Livre. São Paulo, 2011, p. 69-95.
- ALVES, Y. de C. **As mães que enraízam e o mundo que gira: criação e movimento no Vale do Jequitinhonha - MG,** 2017.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** 70. ed. São Paulo: Presses Universitaires de France, 1977.
- BARROS, Joana. PRIETO, Gustavo. MARINHO, Caio (org.). **Sertão, Sertões: repensando contradições, reconstruindo veredas.** São Paulo: Editora Elefante, 2019. 264 p.
- BENINCÁ, D. **Energia & Cidadania a luta.** 1. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.
- BENINCÁ, Dirceu. **Severiano de Almeida e sua História.** Passo Fundo: P. Berthier, 1990.
- BRASIL. INCRA. **Reconhecidos territórios de duas comunidades quilombolas mineiras.** 2018. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/noticias/reconhecidos-territorios-de-duas-comunidades-quilombolas-mineiras>>. Acesso em: Nov. 2019.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDHPR. **Direito à moradia adequada.** Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. p.76
- BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea. Ministério da Economia. **Nota Técnica estima o déficit habitacional brasileiro: proporção em relação ao total de domicílios do país passou de 10%, em 2007, para 8,8% em 2011.** 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18179>. Acesso em: Nov. 2019.
- BRINGEL, Breno; MALDONADO, Efendy Emiliano. **Pensamento Crítico Latino-Americano e Pesquisa Militante em Orlando Fals Borda: Práxis, subversão e Libertação. Direito & Práxis,** Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p.389-413, jan. 2016.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria.** 7. ed. São Paulo: Estação Liberdade FAPESP, 2017. 352p.

BORDA, Orlando Fals. **El Brasil: Campesinos e Vivienda**. 3. ed. Bogotá: Imprensa Nacional, Facultad de sociologia Universidad Nacional de Colombia, 1963. 167 p.

BORGES, Mariley Gonçalves; LEITE, Marcos Esdras; LEITE, Manoel Reinaldo. Mapeamento do Eucalipto no Estado de Minas Gerais Utilizando o Sensor Modis. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 53-70, nov. 2008.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA - CDDPH. **Comissão Especial de Atingidos por Barragens**: Relatório. Brasília: CDDPH, 2010, p.12.

CELESTINO, H. **Desafios e Possibilidades do Desenvolvimento Regional**: o caso do Vale do Jequitinhonha. Relatório final de iniciação científica. Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da UFVJM, Diamantina, 2020.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG. **Usinas da CEMIG: 1952-2005**. Paulo Brandi de Barros Cachapuz (Coord.). Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2006. 304p.

CERTIDÕES EXPEDIDAS ÀS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS (CRQs) Atualizada até a Portaria N°- 104/2016, Publicada no DOU de 20/05/2016.

CERVINSKI, G. **Como está organizado o modelo energético brasileiro?** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8GFAunAi_e4&feature=emb_logo>. Acesso em: 10 nov. 2019.

COLOGNESE, S. A.; MELO, J. L. B. de. A técnica da entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasília). Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. **Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. Diário Oficial [da] União: parte 1:, n. 98, p. 44,45 e 46. abr 2016.

_____. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas envolvendo pesquisas com seres humanos. Diário Oficial [da] União: parte 1:, n. 12, p. 59. Jun 2013.

ENGELS, F. **Para a Questão da Habitação. 1873**. Disponível: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1873/habita/index.htm>>. Acesso em: out. 2019.

ESTEVE, E. V. **O Negócio da Comida: quem controla nossa alimentação?** São Paulo: Expressão Popular, 2017. p.269

FARIA, C.A. Andréa. NETO, F. S. Paulo. **Qualificando o uso das técnicas de DRP – Diagnóstico Rural Participativo**. Brasília: MMA; IEB, 2006. 76 p.

FÁVERO, C. MONTEIRO, F. Disputas territoriais no Vale do Jequitinhonha: uma leitura pelas transformações nas paisagens. **Agriculturas**, v.11, n. 3, p. 9, out. 2014.

FIORI, Luis. Estado e Desenvolvimento na América Latina. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 24, p. 1-23, abr. 2018.

FOGAÇA, S.; SYDOW, E. **Quilombos do Vale do Jequitinhonha: Música e Memória**. Disponível em: <<http://cultura.gov.br/quilombos-do-vale-do-jequitinhonha-musica-e-memoria/>> Acesso em : out. 2019. p. 364, 2017.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 5ª ed. São Paulo/Campinas: Editora Autores Associados, 2018, p.87.

FREIRE, Adriana Galvão. **Águas do Jequitinhonha**: a gestão coletiva dos recursos hídricos pelos agricultores de Turmalina, Alto Jequitinhonha/MG. Lavras: UFLA, 2001. 109 p.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 34-41.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha**. Desafios e Direções para o Desenvolvimento da Região. Org. Alexandre Queiroz Guimarães. 2017. Disponível em: <<http://fjp.mg.gov.br/index.php/pdvj>> Acesso em: Maio de 2018.

GALIZONI, Flávia Maria. **Águas da Vida**: população rural, cultura e água em Minas Gerais. 2005. 198 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-513, maio 2011.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. **Ruralminas entrega casas na área da Barragem de Setúbal**. Disponível em: <<https://governo-mg.jusbrasil.com.br/noticias/168506/ruralminas-entrega-casasna-area-da-barragem-de-setubal>> Acesso em: Jun. 2019.

HABIS -Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade. **Síntese das Discussões e Propostas do II Colóquio Habitat e Cidadania** – Habitação Social no Campo. IAU/USP e UFSCar. São Carlos - SP, 2011.

INO, A; PERRIN G, A; RODRÍGUEZ, A; LENZI, C; LOPES, J. M; COL T. M; SERTORI, R; FERREIRA, T. **I Seminário Regional do Habitat Rural**: moradia, produção e a questão agrária no oeste paulista. São Carlos, Brasil, 2019.

LOPES, E. F. **Comunidade Cabeceira do Piabanha, território de resistência**: "Nossa identidade, parte da gente". 197p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais, Diamantina, Minas Gerais. 2018

MACHADO FILHO, A. M. **O Negro e o Garimpo em Minas Gerais**. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1909.

MACHADO, Marília Pacheco. **Superquadra**: pensamento e prática urbanística. 2007. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília,

Brasília. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3034/9/textocompleto_ate_pag150.PDF>. Acesso em: Out. 2019.

MAHARISHI, Mayan. **Narrativas orais**: Saberes e fazeres da arquitetura vernácula na comunidade de São Gonçalo do Rio das Pedras (MG) e entorno. 2018. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Interdisciplinar em Estudos Rurais, Fih, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2018.

MARTINS, Gerson Lucas Alves. **A disponibilidade e a qualidade da água na promoção do desenvolvimento socioeconômico no município de Jenipapo de Minas/MG**. 2016. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Tecnologia, Ambiente e Sociedade, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni, 2016.

MONTANER, J. MUXI, Z. **Arquitetura e Política** - ensaios para mundos alternativos. Tradução: Frederico Bonaldo. Barcelona: Gustavo Gili, 2014. 253 p.

OLIVEIRA, R. OLIVEIRA, M. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: Carlos Rodrigues Brandão (Org.). **Pesquisa Participante**. 6. ed. Ed. São Paulo, Brasil: [s.n.]. v. 1p. 17-41.

PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=destaques>>. Acesso em: jul. 2019.

PALLASMAA, Juhani. **Habitar**. Tradução Alexandre Salvaterra. Barcelona: Gustavo Gili, 2017.

PECHMAN, Robert Moses. A cidade dilacerada. In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Imagens Urbanas**: os diversos olhares na formação do imaginário urbano. 2. ed. Porto Alegre: Ufrgs, 2008. p. 205-223.

PERES, R B. **Habitação Rural**: Discussão e diretrizes para políticas públicas, planejamentos. 2003. 212 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.

PINHEIRO, F. D.; SULZBACHER, A. W.; RAMOS, D. A.; LOVO, I. C. **A participação social na geração e gestão de energia solar fotovoltaica**: reflexões para uma agenda política. In: CONGRESSO ALASRU. 10., 2018. Montevideu: ALASRU, 2018. p. 1-17.

PORTO-GONÇALVES, C. W. QUENTAL, Pedro de Araújo. **Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina**. Polis (Online). Disponível em:<<http://journals.openedition.org/polis/3749>>. Acesso em: jul. 2019.

PRIMAVESI, Ana. **A Convenção dos Ventos**: agroecologia em contos. São Paulo: Expressão Popular, 2016. 168 p.

RAMA, Ángel. **A cidade das Letras**. Trad. Emir Sader. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

FRANCO, Elton Santos *et al.* **Análise Preliminar da Barragem do Rio Setúbal em Jenipapo de Minas/MG**. Teófilo Otoni: Ufvjm, 2019.

RENK, Arlene. **Etnicidade e itinerários de grupos étnicos no sul do Brasil**. Unoesc_Chapecó s/a.

RIBEIRO, Ana Maria Motta; MORAIS, Hugo Belarmino de. Classe social, identidade e luta por Direitos Humanos no Movimento de Atingidos por Barragens - Brasil. **Revista Direito e Práxis**, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 1046-1070, jun. 2019. FapUNIFESP.

SABERES PLURAIS. Município Chapada do Norte. 2019. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/saberespurais/municipio/chapada-do-norte/>> Acesso em: Maio 2019.

SILVA, C. **Habitação Rural: uma luta por cidadania**. 2014. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional, Universidade de São Paulo, São Paulo - SP, 2014. Disponível em: <www.teses.usp.br>. Acesso em: abril 2018.

SOUZA, C. L. S.; MOREIRA, R. C. **Vale do Jequitinhonha: migrações temporárias e superexploração da força de trabalho**, 2017.

SOUZA, J. V. A de & HENRIQUES, M. S. (org). **Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010. 268p.

SULZBACHER, A; STEFFENS, G. **Veredas Sol e Lares nos Vales do Jequitinhonha (MG): direitos humanos e políticas públicas para quem ?**. 2019.

SULZBACHER, A; STEFFENS, G . O pensar e o fazer habitação rural no Brasil: um olhar sobre a contribuição da Arquitetura e do Urbanismo. **Congresso Brasileiro de Arquitetura**. 2019

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: **Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo**. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006- disponível em: <http://www.projetovidanocampo.com.br/livros/Diagnostico_rural_participativo.pdf>. Acesso em: março de 2019.

WANDERLEY, M. N. **A Sociologia do Mundo Rural. XV Congresso Brasileiro de Sociologia. 26 a 29 de julho de 2011. Curitiba**. (Conferência) Youtube. 2 de Novembro de 2011.

WANDERLEY, M. N. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, p. 25-44, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: ago. 2019.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **Estratégias de Viabilização Política da Usina de Irapé: o (des)cumprimento de normas e o ocultamento de conflitos no licenciamento ambiental de**

hidrelétricas. 2006. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

Dados consultados:

Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica - CAV. Turmalina/MG, jun. 2020.

Documentários:

Por Trás da Cortina Verde. Direção de Caio Ferraz e Paulo Plá. Turmalina/MG, 2019 (28m36s). Disponível em:

< <https://www.youtube.com/watch?v=jrcHp2QYuCI>>. Acesso em: nov. 2019.

Sertão Velho Cerrado. Direção de André D'Elia. Brasil. 2018 (96m 02s). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=5BZoEyBvXpc>>. Acesso em: nov. 2019.

O Canto de Acauã. Produção, imagens e edição: Setor de comunicação -MAB (14m15s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0hUVsxxgZcXI&t=528s>> Acesso em: out. de 2019.

Sites Consultados:

Agência Nacional de Energia Elétrica. ANNEL. Disponível em:<<http://www.aneel.gov.br/>>. Acesso em: abr. 2018.

Companhia Energética de Minas Gerais. CEMIG. Disponível em: <http://www.cemig.com.br/pt-br/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: maio 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE- Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: abr. 2018.

Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens. MAB. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br>>. Acesso em: maio de 2018.

Edições da Revista P&D da CEMIG. CEMIG - Disponível em: http://www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/inovacao/Paginas/default.aspx. Acesso em: maio de 2020.

Lives:

MASO, T. PEREIRA, D. CORREIA, R. **A luta dos atingidos por barragens.** Disponível em: < <https://www.facebook.com/mabbrasil>>. Acesso em: maio 2020.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Comitê de Ética em Pesquisa



APÊNDICE A – PROPOSTA DE ROTEIRO DE
ENTREVISTA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Comitê de Ética em Pesquisa



ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Este roteiro de perguntas, foi elaborado em conformidade com os objetivos da pesquisa descritos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento – TCLE, com posterior aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa – CEP.

Chegada na casa da família com contextualização da pesquisa, explicação do TCLE, leitura em conjunto com o entrevistado. Entrevistas individuais, com duração máxima de 2 horas.

A entrevista será semiestruturada em blocos temáticos, de forma a abranger temas os especificados a seguir:

Bloco temático 1: Caracterização da unidade produtiva e da dinâmica familiar antes da relocação para o reassentamento e a atual:

Conte-me um pouco sobre a vida da família, antes do reassentamento. (O que produziam, se comercializavam os produtos agrícolas, quantos eram os integrantes da família, como era a relação com os vizinhos, quais festas mais gostavam de participar.)

Qual era o nome da comunidade, quantas famílias moravam lá?

Quando foram relocados, qual foi a forma de compensação pela terra? (Como foi a vinda para o assentamento, sentiram que foram indenizados de forma justa?)

Atualmente, quais são as atividades agropecuárias realizadas pela família? Trabalham fora da propriedade também? (Pluriatividade agrícola ou renda não agrícola)

Quando precisam ir para a cidade, vocês costumam ir mais para Jenipapo de Minas ou para Chapada do Norte?

Bloco temático 2: Caracterização passada e atual em relação a água. Critérios de comparação.

Conte-nos um pouco como era o acesso à água, antes de morarem no reassentamento.

Na época, como ficaram sabendo da construção da barragem e por quem?

Qual era o discurso principal na época? (Dos funcionários da Rural Minas, dos vizinhos, na cidade, etc.)

O que você pensou sobre isso?

Como você avalia a qualidade da água que vocês consomem atualmente?

Como conheceram o Movimento dos Atingidos por Barragens?

Bloco temático 3: Caracterização passada e atual da questão energética. Critérios de comparação.

Havia energia elétrica na comunidade em que vocês moravam anteriormente? Era de boa qualidade? (Conseguiram ligar todos os eletrodomésticos da casa, suprir as demandas.)

Aqui na Agrovila II, como foi o processo de instalação de luz elétrica? A energia supre a demanda da casa?

Qual sua opinião referente à conta de luz? (Acha o valor justo ou elevado)

Vocês conhecem casas que ainda não tem eletricidade aqui nas proximidades?

Bloco temático 4: Caracterização passada e atual da questão habitacional. Critérios de comparação.

Como era a casa antiga da família? (Materiais, localização geográfica, número de cômodos, pessoas que compartilhavam o espaço, áreas externas, proximidade com os vizinhos)

O que disseram para vocês sobre a nova moradia no reassentamento?

Como era a casa no começo?

Vocês fizeram alguma mudança nela com o passar do tempo?

Bloco temático 5: Propostas habitacionais.

Hoje em 2019, como você descreve o reassentamento para alguém que não conhece aqui? Se fosse possível, quais mudanças você gostaria de fazer nessa casa, nos arredores dela ou na comunidade?

O que você considera importante que exista numa moradia, para que as pessoas que lá residam se sintam bem?

Qual seria a casa dos sonhos para você? Onde ela seria?

ANEXO A – TERMO DE APOIO FINANCEIRO



Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - AEDAS

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frel Caneca 139 – B. Bonfim – Belo Horizonte/MG – CEP: 31.210-530 – (31) 3327-2831

PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO CEMIG/ANEEL Chamamento Público 02/2017 – PROJETO de Pesquisa e Desenvolvimento "D 0632 Veredas Sol E Lares – Uma alternativa para o múltiplo aproveitamento energético em reservatórios de usinas hidrelétricas na região do Semiárido Mineiro"

TERMO DE APOIO FINANCEIRO

Considerando o Acordo de Cooperação Técnica nº PRPPG 003/2018 celebrado em 30/11/2018 entre a Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM e a AEDAS;

Considerando o projeto de pesquisa, nível de mestrado, vinculado ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER), intitulado **Habitação rural e energia elétrica como direitos humanos: análise de comunidades atingidas no Vale do Jequitinhonha** da discente Gessica Steffens, tendo como orientadora a Profa. Dra. Aline Weber Sulzbacher, registrado na UFVJM, com o número 3082019, cujas atividades são referentes ao período de 01 de setembro de 2018 a 30 de agosto de 2020, vinculado ao Projeto de P&D Veredas Sol & Lares.

Declaro o presente Termo de Apoio Financeiro para execução do referido Projeto de Pesquisa, nas seguintes condições:

Item	Quant./Unid.	Período	Valor Unitário (R\$1,00)	Valor Total (R\$1,00)
Estagiária	03 meses	01 set. até 30 nov. 2018	1.500,00	4.500,00
Bolsa de Mestrado	21 meses	01 dez. até 30 ago 2020	1.500,00	31.500,00
Diária de Capacitação	30 diárias	Todo período	200,00	6.000,00
Diária de Atividade de Campo	60 diárias		150,00	9.000,00
TOTAL				51.000,00

As quantidades dos itens destinados ao apoio financeiro poderão ser adequadas e ajustadas mediante necessidades verificadas no acompanhamento da execução do Projeto de Pesquisa.



Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - AEDAS

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Rua Frel Caneca 139 – B. Bonfim – Belo Horizonte/MG – CEP: 31.210-530 – (31) 3327-2831

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'H. Macedo', enclosed within a large, loopy oval stroke.

HELIENE MACEDO DE ARAÚJO

Coordenadora Projeto D0632

AEDAS

ANEXO B – COMUNICADO INSTITUCIONAL Nº 02 NO CONTEXTO DE PANDEMIA DO CORONAVÍRUS



COMUNICADO INSTITUCIONAL Nº 02 NO CONTEXTO DE PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Belo Horizonte, 20 de março de 2020

Com base nos diálogos realizados com as equipes dos Projetos da AEDAS a partir do "Comunicado Institucional no Contexto de Pandemia do Coronavírus", no avanço das medidas de segurança adotadas pelo Estado de Minas Gerais e na Circular 14 /2020 do Sintibref (Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Estado de Minas Gerais) de 17 de março de 2020, que orienta caso possível colocar os funcionários em trabalho residencial, a AEDAS passa a adotar as seguintes medidas:

1 – Adoção de teletrabalho (home office) a partir de 23/03/20 por tempo indeterminado. Será realizada comunicação semanal sobre a manutenção das medidas de segurança para as coordenações dos projetos e desses para os profissionais que atuam nos projetos da AEDAS. Para efetivação da medida devem ser observadas:

- a) Organização: ser entregue planejamento por eixo de trabalho ou área (a depender do projeto) e plano de trabalho individual para um mês. Não há necessidade do detalhamento diário, apenas estabelecimento dos objetivos de entrega. Maiores especificações poderão ser feitas na reunião semanal;
- b) Registro: os relatórios individuais que já são feitos para a auditoria devem continuar sendo realizados e constar a situação de teletrabalho (com referência as comunicações da AEDAS e da concordância/ciência da Comissão de Atingidas e Atingidos);
- c) Acompanhamento e continuidade do trabalho: as reuniões de acompanhamento, discussão e decisão, nos formatos e periodicidade que já existiam, devem ser mantidas e realizadas por videoconferência¹;
- d) Podem ser previstos estudos e formações relativas aos temas de trabalho.

2 – Suspensão de todas as atividades com as Atingidas e os Atingidos (incluindo atendimento no escritório ou domiciliar) por tempo indeterminado.

¹ Sugerimos usar salas de videoconferência como o <https://itsi.org/itsi-meet/>.



3 – Fechamento de todos os escritórios ao público. Devem ser fixados cartazes nas portas para comunicação e registro do motivo. Atividades em escritório que sejam essenciais a transição do trabalho presencial para o teletrabalho e para a continuidade do projeto devem ser feitas sem abri-lo ao atendimento público.

4 – Sobre os Contratos de Serviços dos Produtos/Consultorias:

- a) Os contratos cujo objeto não dependa exclusivamente do contato presencial com as famílias atingidas estão mantidos, sendo a execução na mesma modalidade remota (home office), incluindo reuniões de planejamento junto aos técnicos da equipe permanente da AEDAS responsáveis pelo acompanhamento de cada Consultoria.
- b) Os contratos cujo objeto limitasse ao contato presencial com as famílias atingidas devem suspender integralmente suas atividades. A necessidade de reconstrução de cronograma e os impactos financeiros serão discutidos caso a caso, sob a luz da fase de execução, os regramentos do contrato e a razoabilidade.

5 – Atividades que necessitam de continuidade:

- a) Atendimento aos atingidos: deve ser feito por telefone e e-mail. Deve ser realizada comunicação sobre como funcionará o atendimento. Para acompanhamento interno pelas coordenações e da equipe devem ser feitos registros online dos atendimentos, do encaminhamento dado (solicitação de informação aos técnicos, etc) e do retorno feito às atingidas e aos atingidos.
- b) Administrativo: existe a necessidade de manutenção de atividades referentes a continuidade de pagamento de fornecedores (água, energia, telefone, etc), da revisão da folha de pagamento da equipe fixa e prestadores de serviço (Consultorias) e de garantir a segurança das instalações. **Para isso deve ser feito o mínimo de transito e permanência nos escritórios, apenas o estritamente necessário para coleta e/ou envio de documentos e no máximo uma vez na semana checar as instalações;**
- c) Limpeza: manter o pagamento no caso de diaristas e a limpeza no máximo uma vez na semana.

6 – Acompanhamento dos profissionais em quarentena (que estiveram em locais de transmissão comunitária): organizar tabela online para acompanhamento da situação dos profissionais na qual registre a data de exposição, data de isolamento e situação de saúde.



7 – Zelo pela saúde dos profissionais da AEDAS: semanalmente ser conferido como todas e todos estão, caso necessário deslocamento para hospital ser garantido o transporte.

Para registro:

1 – As medidas de não atendimentos ao público e fechamento dos escritórios foram iniciadas em 19 de março de 2020.

2 – A partir de 19 de março foi orientado que o trabalho presencial no escritório somente fosse realizado para reuniões organizativa do trabalho residencial (uma transição organizada).

Reiteramos nosso compromisso com a saúde pública, das Atingidas e Atingidos e dos profissionais que se dedicam aos projetos da AEDAS.

Seguimos atentas e atentos à situação e em comunicação permanente para andamento dos trabalhos e para melhor atendimento às exigências nos cuidados com saúde.

Cauê Vallim de Melo

Coordenador de Projetos